

João Luis Abrantes Bertoli

**BLOCOS HEGEMÔNICOS METROPOLITANOS:
A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA
(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
(2005-2016)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Florianópolis

2017

Abrantes Bertoli, João Luis

Blocos Hegemônicos Metropolitanos : A relação entre o público e o privado na (re)produção do espaço urbano de Florianópolis (2005-2016) / João Luis Abrantes Bertoli ; orientador, Hoyêdo Nunes Lima - SC, 2017.

231 p.-

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Economia. 2. Esferas pública e privada. 3. Bloco hegemônico metropolitano. 4. CNU Florianópolis. I. Nunes Lima, Hoyêdo. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

João Luis Abrantes Bertoli

**BLOCOS HEGEMÔNICOS METROPOLITANOS: A RELAÇÃO
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO (RE)PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS (2005-2015)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia.

Florianópolis, 28 de março de 2017.

Prof. Dr. Jaylson Jair da Silveira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Iara Costa Leite
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Sugai
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr.^a Vera Lúcia Nehls Dias
Universidade do Estado de Santa Catarina

Dedico à todos aqueles que lutam por
uma vida digna nas grandes cidades
brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins pela paciência, pela compreensão e pela liberdade com que permitiu explorar minha criatividade ao longo do processo de elaboração desta pesquisa. Também agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC (PPGECO – UFSC), bem como seus funcionários.

Agradeço também à Ingridhe Magalhães e Ivan Pedemonte, grandes parceiros do curso de mestrado e da vida toda. Não posso deixar de agradecer também à todos que fizeram parte da Associação de Pós-Graduandos da UFSC (APG – UFSC), na sua gestão pós-ativa. À minha namorada Gabriela Zappellini pelo companheirismo ao longo do período em que tive que me dedicar a esta dissertação.

Ao pessoal do Núcleo Catarinense da Auditoria Cidadã da Dívida pelo aprendizado constante que venho tendo neste espaço, tanto pelo conhecimento que tenho adquirido, quanto pela própria luta que seguimos.

Aos meu pais e minhas avós pelo suporte que me foi dado nestes dois anos. Um agradecimento especial ao meu falecido avô, que seja lá onde ele estiver, com certeza deve estar rodeado de muito vinho e muito tango.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as relações entre as esferas pública e privada na (re)produção do espaço urbano florianopolitano. A partir dos autores do debate da chamada “nova questão urbana”, se observa que com o fenômeno da globalização em andamento, diversas urbes passaram a compor um jogo competitivo de disputa por investimentos, o que provocou uma verdadeira metamorfose em sua configuração espacial e na gestão do espaço urbano. Desta maneira, determinados setores da economia ligados as cadeias globais de valor passaram a ganhar importância, não só economicamente, mas também politicamente. É o caso dos setores ligados a construção civil, serviços, turismo, lazer, gastronomia e etc., que em muitas regiões articulam-se entre si e com demais frações de classe, formando um verdadeiro *bloco hegemônico metropolitano*. Suas posições foram fortalecidas em diversas associações de representação do interesse empresarial. Neste sentido, procura-se analisar estes aspectos na Ilha de Santa Catarina e na região de seu entorno, que passa por um intenso processo de expansão urbana, especialmente na década de 70. Neste mesmo período se verifica a ascensão de setores da economia especialmente relacionados ao binômio turismo-construção civil, que a partir dos anos 2000’s procuram se articular com frações da sociedade florianopolitana, afim de pressionar e influenciar o setor público em favor de seus interesses. Estas articulações do setor privado em Florianópolis tem sido expressas pela ONG Floripamanhã. Neste sentido, o trabalho propõe-se a investigar as maneiras com que esta organização se relaciona com o setor público, com o objetivo de intervir urbanamente na cidade de Florianópolis. Conclui-se que a ONG surgiu em um momento de crescente participação popular com respeito as questões urbanas da cidade. Sua atuação tem caminhado no sentido de tentar barrar propostas alternativas que possam atenuar ou reverter as tendências atuais da (re)produção do espaço urbano da região metropolitana de Florianópolis.

Palavras-chave: Esferas pública e privada; *Bloco hegemônico metropolitano*; ONG Floripamanhã

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the relations between the public and private spheres in the (re) production of florianopolitan urban space. From the authors of the debate on the so-called "new urban question", it is observed that with the phenomenon of globalization in progress, several cities started to compose a competitive game of investment dispute, which provoked a true metamorphosis in its spatial configuration and in the management of urban space. In this way certain sectors of the economy linked to the global value chains began to gain importance, not only economically, but also politically. It is a case of the sectors related to civil construction, services, tourism, leisure, gastronomy and etc., which in many regions have become a true metropolitan hegemonic block. Their positions were strengthened in several representative associations of business interest. In this sense, it is sought to analyze these aspects in the Island of Santa Catarina and in the region of its surroundings, which undergoes an intense process of urban expansion, especially in the decade of 70. It is verified the rise of sectors of the economy especially related to the binomial tourism - civil construction, which since the early 2000s seek to articulate with fractions of Florianopolitan society in order to pressure and influence the public sector in favor of their interests. These articulations of the private sector in Florianópolis have been expressed by the NGO Floripamanhã. In this sense, the work proposes to investigate the ways in which this organization relates to the public sector with the objective of intervening urbanly in the city of Florianópolis. It is concluded that the NGO emerged at a time of growing popular participation in the urban issues of the city and that it has acted to try to bar alternative proposals that could attenuate or reverse the current trends of the metropolitan region.

Keywords: Public and private spheres; Metropolitan hegemonic block; NGO Floripamanhã

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das redes hoteleiras nacionais e internacionais em 2010.....	101
Figura 2 - Proposta de Rota da Inovação.....	118
Figura 3 - Proposta de mobilidade urbana do Floripa 2030, o modelo de duplo “H”.....	186
Figura 4 – Síntese do Modelo Proposto no Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População da área conturbada de Florianópolis (1949 - 2010).....	200
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de vínculos empregatícios no setor da construção civil em toda a região conurbada.....	202
Gráfico 2 – Número de vínculos empregatícios no setor da construção civil para cada cidade da região conurbada.....	203

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH - Banco Nacional da Habitação
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas
CERTI - Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
CF – Constituição Federal
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CMF – Câmara Municipal de Florianópolis
CMHIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
CODERF - Comitê de Desenvolvimento da região Metropolitana da Grande Florianópolis
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUCABEM - Fundação Catarinense do Bem-estar do Menor
GESC – Governo do Estado de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
IED – Investimento Externo Direto
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ISP – Instituto Silva Paes
LOGO - Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MCQV - Movimento Campeche Qualidade de Vida
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não-Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RBAU – Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano
RBU –Reserva de Biosfera Urbana
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SHRBS - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil
TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 A PROBLEMÁTICA E O OBJETO DE PESQUISA.....	23
1.2 OBJETIVO GERAL	25
1.2.1 Objetivos específicos:.....	25
1.3 PERCURSO DO TRABALHO.....	26
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E A APRESENTAÇÃO DE ALGUNS ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS URBANOS.....	29
2.1 O NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	31
2.1.1 A problemática do trabalho: com destaque ao sindicalismo.....	37
2.1.2 O “terceiro setor” e a fragmentação dos movimentos sociais.....	42
2.2 O JOGO DAS URBES E A METAMORFOSE METROPOLITANA.....	51
2.2.1 A Economia Urbana e a nova gestão pública das cidades.....	54
2.2.2 Da Economia Urbana para a Economia Política Urbana: o <i>bloco hegemônico metropolitano</i>.....	60
2.3 A CIDADE EM ERUPÇÃO.....	65
2.3.1 Abordagens de inspiração neoclássica (ortodoxa).....	66
2.3.2 keynesiana-schumpeteriano (heterodoxa).....	67
2.3.3 A sociologia Marxista.....	69

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
3 O PROCESSO DE CRESCIMENTO URBANO-TURÍSTICO EM FLORIANÓPOLIS.....	81
3.1 PERÍODO DE “INDECISÃO”: ANOS 30 E 40	82
3.2 CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO-TURÍSTICO: DÉCADAS DE 50, 60 e 70	87
3.3 CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO: AS DÉCADAS DE 80 E 90.....	94
3.3.1 Consolidação do setor turístico em Florianópolis.....	95
3.3.2 Crise e estagnação na construção civil.....	102
3.3.3 O Sul da Ilha: o primeiro episódio de resistência ao crescimento urbano-turístico.....	106
3.4 NA VIRADA DO SÉCULO.....	113
3.4.1 <i>Sapiens Park</i>: uma alternativa ao fracasso.....	114
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
4 FLORIPAMANHÃ: A ONG DAS ONGs?.....	129
4.1 O CANTO DA SEREIA: OS DISCURSOS QUE PERMEIAM O FUNCIONAMENTO DA ONG FLORIPAMANHÃ.....	132
4.1.1 O discurso da conciliação.....	134
4.1.2 Discurso do desenvolvimento sustentável.....	138
4.1.3 Discurso tecnicista.....	144
4.1.4 Discurso da criatividade e da cultura.....	148
4.2 O <i>MODUS OPERANDI</i> DA FLORIPAMANHÃ	153
4.2.1 O marco legal que dá suporte à operação.....	153

4.2.2 Estrutura e forma de organização.....	158
4.2.3 Forma de atuação.....	164
4.2.4 Projetos e propostas.....	167
4.3 EVIDÊNCIAS DA INFLUÊNCIA DA ONG FLORIPAMANHÃ NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL: O PAPEL DA ENTIDADE NAS DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS	176
4.3.1 Processo de grande eloquência: as questões ligadas ao Plano Diretor Participativo de Florianópolis.....	177
4.3.2 O Ante projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.....	182
4.3.2 A Lei Complementar nº 482/2014.....	190
4.3.3 Outros documentos que sugerem a influência da Floripamanhã no setor público.....	194
4.3.4 O papel da Floripamanhã nas disputas pelo espaço urbano de Florianópolis.....	198
5. CONCLUSÃO.....	207
REFERÊNCIAS.....	213
ANEXO I – EMAILS TROCADOS COM A FLORIPAMANHÃ.....	228

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das relações entre o público e o privado na “construção” do espaço-urbano florianopolitano. Com o fenômeno da globalização em andamento, diversas urbes passaram a compor um jogo competitivo de disputa por investimentos, desta maneira determinados setores da economia ligados as cadeias globais de valor passaram a ganhar importância, não só economicamente, mas também politicamente. Suas posições foram fortalecidas em diversas associações de representação do interesse empresarial. Em Florianópolis as articulações do setor privado tem sido expressas pela ONG *Floripamanhã*. Neste sentido, de maneira geral, as relações desta organização com o setor público nas intervenções urbanas da cidade de Florianópolis será o foco desta pesquisa.

O espaço urbano representa uma das esferas da vida social que refletem mais intensamente os embates no interior da sociedade civil e do próprio Estado. Para citar um exemplo, os planos diretores, mesmo quando tratavam-se de meras sugestões de técnicos especializados, suscitavam e ainda suscitam uma série de conflitos de interesses entre empresários, população e Estado. Já na era da globalização, em que diferentes cidades passam a ser geridas como “instituições econômicas” que concorrem entre si e procuram promover o seu espaço, estes embates aparentemente se agudizam.

A cidade de Florianópolis, como tantas outras cidades, exhibe tais conflitos, sobretudo, pelo interesse crescente em torno dos seus atributos. O caráter de importante reduto turístico no Brasil e o fato de ser ambiente que propiciou a expansão de atividades de alta tecnologia,

entre outros aspectos, subjazem a esse interesse. O crescimento da população e a expansão do seu tecido urbano em direção a vários distritos do município representariam sintomas dessa atratividade e uma eloquente manifestação é o crescimento do “espaço construído ou edificado”, mostrando que o setor da construção civil, em articulação com o de turismo/lazer, marca forte presença na dinâmica urbana.

A literatura sobre o “novo urbanismo” destaca o papel de agentes, no planejamento e na gestão da cidade na era da globalização que representam interesses empresariais e mantém vínculos estratégicos e densos com o Estado. Dentre outras coisas é possível observar, a emergência de determinados setores da economia, cuja importância passa a pesar na vida política das cidades. Estes setores muitas vezes se articulam em torno de entidades de representação empresarial, como é o caso das associações empresariais ou mesmo dos sindicatos patronais, que acabam por se transformar em agentes que reúnem interesses e pressionam o setor público.

Em Florianópolis um importante agente com esse perfil é a ONG Floripamanhã, que tem atuado de maneira intensa nas questões que dizem respeito à cidade, especialmente no Plano Diretor (PD). A entidade foi fundada em agosto de 2005 e trata-se de uma iniciativa empresarial que procura articular com outros agentes da cidade propostas e projetos, e desta maneira influenciar nas decisões do setor público, especialmente no que diz respeito às questões urbanas.

Assim, o contexto da pesquisa é este: uma cidade que cresce com rapidez e que apresenta a manifestação de vários interesses econômicos, de atores sociais que procuram influenciar inclusive as ações públicas em direções compatíveis com uma certa ideia de cidade.

Se verifica que a ONG Floripamanhã tem exercido um papel importante na tentativa de convergir diversos destes interesses. Neste sentido, o trabalho procura focar a análise na atuação desta entidade, no que se refere às questões urbanas, procurando observar os discursos, as manifestações de interesse, bem como a forma de atuação do Estado - Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e o Governo do Estado de Santa Catarina (GES) -, podendo assim refletir a respeito da influência da entidade nas suas decisões.

1.1 A PROBLEMÁTICA E O OBJETO DE PESQUISA

O objeto de pesquisa de que trata este trabalho é a atuação da ONG Floripamanhã como paroxismo, em Florianópolis, das relações entre as esferas pública e privada no planejamento, na gestão e na “produção” do espaço urbano. Portanto, a opção pelo recorte temporal, 2005 a 2016, reflete também a escolha do objeto de pesquisa, cuja fundação data o ano de 2005, e sua atuação segue até o período mais recente (2016). Todavia, abordar esta entidade exige uma breve contextualização que situe historicamente o período de seu funcionamento e assim os questionamentos que este trabalho procura responder.

Florianópolis passou por um processo de expansão do seu tecido urbano, marcadamente nas décadas de 60 e 70, que alterou sua dinâmica socioespacial, desta maneira verifica-se então uma mudança na paisagem da cidade, antes predominantemente rural e pesqueira, e já no final da década de 70 em diante, predominantemente urbana. Deste processo se desenrolou também uma mudança no quadro econômico da cidade, onde passou a figurar setores como turismo, construção civil e

em um segundo momento o setor tecnológico. Cabe ressaltar que este quadro também veio acompanhado de uma forte segregação, que obrigou excedentes migratórios vindos do oeste do Estado e da própria ilha, a se direcionarem para parte continental, incluindo sua região metropolitana.

Neste sentido, nas décadas seguintes os setores de turismo, construção civil e tecnológico passam então a figurar como protagonistas em muitas das questões que dizem respeito ao espaço urbano florianopolitano, isto em um contexto de crescente competitividade entre as cidades que exige uma alteração na forma como o setor público administra o espaço urbano. Esta nova gestão do espaço urbano se caracteriza por ser bem mais simpática ao mercado, o que implica inclusive na utilização de instrumentos de planejamento estratégico e *marketing*, similares aos adotados nas grandes corporações internacionais.

Em meio a este cenário nasce a Associação Floripamanhã, que reúne entorno de si uma série de empresas e entidades empresariais. Todavia, a ONG surge com um discurso aparentemente avesso à conflitos e disputas, se verifica inclusive em alguns dos seus documentos a incorporação de pautas como a democracia, a inclusão social e a sustentabilidade. Ao mesmo tempo que defende uma ocupação mais intensiva do solo e a promoção da cidade internacionalmente, exaltando seus atributos naturais e as ditas “vocações” da ilha para o turismo e a tecnologia. Estes discursos são aparentemente contraditórios e levantam uma série de questionamentos sobre quais são as reais intenções da ONG Floriapamanhã para Florianópolis.

Tendo em vista isto, se suscitam as dúvidas que motivam esta pesquisa e que definem a sua problemática: de que maneira a ONG *Floripamnhã* vem atuando junto ao poder público, para influenciar nas questões urbanas de Florianópolis? De acordo com isso, a dinâmica de sua prática junto ao setor público obedece uma lógica inclusiva, no sentido que algumas parcelas das classes subalternas podem ganhar com isso, ou excludente?

1.2 OBJETIVO GERAL

Investigar a problemática da interação entre as esferas pública e privada no tocante à (re)produção do espaço em Florianópolis, notadamente envolvendo as atividades da ONG *Floripamnhã*, apontando evidências do entrelaçamentos de interesses e a manifestação de visões sobre o perfil da cidade, com eventuais reflexos socioeconômicos e ambientais decorrentes.

1.2.1 Objetivos específicos:

- Sistematizar aspectos centrais do debate sobre a chamada “nova questão urbana”, em que se destacam, entre outras coisas, a ideia de cidade competitiva e a tendência ao empresariamento da gestão urbana, explorando igualmente a noção de “bloco hegemônico metropolitano”;
- Recuperar a trajetória de Florianópolis desde a década de 1970, com respeito às principais alterações socioespaciais registradas, na forma de transformação e expansão do espaço urbano, seja

no distrito central ou em balneários, e de intervenções de cunho infraestrutural;

- Caracterizar, detectar e analisar o *modus operandi* da ONG Floripamanhã e o envolvimento e influência das suas atividades na (re)produção do espaço em Florianópolis, quer por meio, por exemplo, da participação em conselhos ou do envolvimento nos debates sobre o Plano Diretor, com observação e avaliação dos resultados quanto, de um lado, às transformações urbanas decorrentes e, de outro, às mudanças na forma de atuar da Prefeitura em termos de planejamento, intervenções e gestão no plano municipal.

1.3 PERCURSO DO TRABALHO

O processo para elaboração desta pesquisa partiu de uma reflexão do autor sobre as questões que giram em torno do urbano, em um artigo intitulado “Cidade em Erupção: Considerações a respeito das teorias da localização residencial em um contexto urbano globalizado”¹. Este texto constitui o germe que deu origem ao capítulo 2 desta dissertação. Naquele artigo o autor concebeu a ideia de *blocos hegemônicos metropolitanos*, como uma forma de interligar o novo paradigma expresso na nova forma de gestão espacial urbana, com os conflitos internos das cidades cada vez mais intensos, e tratados por autores que falam sobre urbes de todo mundo.

¹ O artigo até o momento ainda não foi publicado, foi fruto de um trabalho para disciplina ministrada pelo orientador chamada “Globalização e dinâmicas sócio-territoriais”.

A partir destas reflexões, que ocorreu a ideia de trabalhar em cima da atuação da ONG Floripamanhã, já que em grande medida ela parece sintetizar a maior parte do interesse empresarial de Florianópolis para com as questões urbanas. Neste sentido, foi realizado uma pesquisa de campo que contou com idas em reuniões da entidade e em fóruns, comitês, conselhos empresariais dos quais ela faz parte. Além de audiências públicas do Plano Diretor e reuniões de Conselhos Municipais, nos quais a ONG também possui cadeira. O objetivo é analisar a forma como a entidade atua junto ao Estado.

A presença nestes espaços exigiu uma boa dose de reflexão por parte do autor, além de identificar a necessidade de incorporar outras temáticas para além da questão urbana, como por exemplo as questões das Organizações Não-Governamentais ou entidades que compõem o dito “terceiro setor”. O que obrigou o autor abandonar certos métodos de trabalho que havia se proposto em utilizar, como, por exemplo, as entrevistas e a coleta de dados junto a Prefeitura Municipal. Todavia, para suprir com estas falhas se explorou uma ampla gama de teses e dissertações sobre o espaço urbano florianopolitano. Dentre as quais destaca-se: os trabalhos de Sugai (1994; 2015), a tese de Rizzo (2013) e a de Dos Santos (2015), Reis (2013), Peres *et al.* (2013) e a dissertação de Aguiar (2015). Além deste referencial, o trabalho também contou com uma pesquisa documental que inclui a análise de diversas publicações e atas da ONG Floripamanhã, além de documentos da Prefeitura Municipal de Florianópolis e do Governo do Estado de Santa Catarina.

Foram utilizados também dados do IBGE e do sistema RAIS e CAGED, respectivamente sobre a população do município e das cidades

vizinhas à Florianópolis (São José, Biguaçu e Palhoça), além de dados sobre vínculos empregatícios no setor da construção civil. A opção pela análise dos dados da região como um todo, e não apenas de Florianópolis, serve para mostrar os desdobramentos ou transbordamentos do que acontece na cidade para aquilo que acontece na região, que demonstram não só uma tendência de crescimento dos municípios vizinhos, mas uma aceleração da dinâmica socioespacial.

Enfim, este trabalho está dividido em mais três capítulos e uma conclusão final, além desta introdução. O capítulo 2, procura discutir os aspectos centrais dos autores da “nova questão urbana”, discute também aspectos da tendência neoliberalizante e globalizante no que diz respeito à esta pesquisa. O capítulo 3, procura recuperar a trajetória de Florianópolis, que por um lado permitiu a ascensão de três setores protagonistas no debate das questões referente as políticas urbanas, e por outro lado demonstrar os desdobramentos na dinâmica socioespacial da região. O capítulo 4, trata de analisar a ONG Floripamanhã, procura-se em primeiro lugar analisar o seu discurso e as contradições que dele residem, em segundo examina-se o modo como ela opera, discute-se também sua estrutura e seus projetos, bem como as evidências da influência da ONG no setor público. Neste capítulo também se discutirá alguns aspectos sobre a dinâmica populacional e socioespacial da ilha, e de suas cidades vizinhas, que permitam inferir sobre a temática do urbano e a atuação da Floripamanhã. Ao fim trata-se das conclusões finais da pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E A APRESENTAÇÃO DE ALGUNS ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS URBANOS

Este capítulo procura inserir os debates sobre as teorias da (re)produção do espaço urbano, em um contexto de internacionalização do capital e acumulação em escala supranacional. O capítulo também tem como objetivo apresentar aspectos do comumente conhecido processo de “globalização” no que tocam o objeto de análise deste trabalho: relação entre público e privado.

A transformação do quadro econômico mundial do final da década de 70, com a liberalização dos mercados, impulsionado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), favoreceu um jogo competitivo entre as urbes. Em que as cidades passam a competir por capital, investimentos, empresas e até mesmo mão de obra. O que, nas palavras de Mattos (2010), provocou uma verdadeira metamorfose metropolitana. A cidade passou do modelo centralizador e planejador da gestão do espaço urbano, para outro segundo, o qual obedece uma dinâmica mais pragmática e de acordo com os preceitos neoliberais. Apesar disso ser verdade, o neoliberalismo parece possuir um sentido muito mais ideológico e retórico do que de fato acontece, pois o Estado se mostra bastante ativo em atender aos interesses da classe dirigente que procura a valorização do capital.

Neste sentido, procura-se ressaltar a importância de se observar estas transformações sob o prisma da Economia Política e caminhar no sentido de uma Economia Política Urbana. As transformações nas urbes, em vários casos por conta da presença nas cidades de interesses ligados

ao capital globalizado, acaba por fortalecer determinadas atividades econômicas relacionadas as burguesias locais, as quais tendem a se comportar, em diferentes situações, como se formassem um *bloco hegemônico metropolitano*. Esta é uma noção que o presente trabalho procura introduzir, baseado, como se explicará posteriormente, em elaborações teóricas de Lipietz (1988), que fala em *blocos hegemônicos regionais*, o qual, por sua vez, apoia-se em Gramsci (1987), que elaborou a ideia de bloco histórico

Neste contexto, no qual as cidades se inserem, aquelas que se saem melhor passam a fazer parte de uma rede de cidades conhecidas como cidades globais, e que tem demonstrado um intenso processo de valorização de vários segmentos de seu espaço urbano (MATTOS, 2008). Isso desemboca, por exemplo, em um conhecido fenômeno que os ingleses apelidaram de gentrificação (*gentrification*): quando determinada área recebe melhoramentos urbanos, que elevam o custo de vida na região, e muitos moradores são obrigados a se mudar. Nesta perspectiva, a dinâmica da (re)produção do espaço urbano, com migração intra-urbana, é orientada pelo Estado em conluio com a burguesia local, que define a escala social dos bairros, e consequentemente direcionam a migração intra-urbana.

Este capítulo é dividido em mais quatro partes, além desta breve introdução. Na primeira parte, procura-se discutir os aspectos do atual regime de acumulação capitalista no que tocam a problemática da pesquisa. Na segunda parte é discutido a maneira com que este regime condiciona as cidades a um jogo competitivo e de dependência por capitais internacionais. Também procura-se explicar como esse jogo traduz-se em transformações nas cidades, comparável a uma

metamorfose urbana, e introduz-se a noção de *bloco hegemônico metropolitano*. Na terceira parte, discutem-se as teorias da (re)produção do espaço urbano e argumenta-se que a sociologia marxista oferece uma perspectiva da dimensão espacial mais adequada para amparar a abordagem crítica sobre as transformações urbanas recentes. A quarta parte, trata-se das considerações finais do capítulo.

2.1 O NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Desde a segunda metade da década de 70 vários autores do campo das ciências sociais vem discutindo um processo de internacionalização, ou mundialização do capital, como prefere Chesnais (1996), que é comumente conhecido como “globalização”. Dentro dos debates sobre o tema existe uma grande discussão sobre ser este fenômeno algo de novo no capitalismo ou aspecto de uma história que se repete. Geralmente a ideia de globalização é encarada como um processo que ganha corpo em meio a liberalização dos mercados e o avanço dos preceitos neoliberais. É bem verdade, por exemplo, que houve momentos em que a ideologia liberal sempre acompanhou o capitalismo, bem como houve períodos onde o apelo ao Estado intervindo na economia era vista como importante e necessária.

Todavia, se existe um pendulo entre liberalismo e intervenção estatal²² que balance para os dois lados, é inegável que cada fase apresenta características peculiares. Isso não significa que estes movimentos pendulares do capitalismo sejam idênticos em cada momento histórico. O que vemos hoje com a globalização, de fato, é um

²² A inspiração é vem de Polanyi (2013).

novo regime de acumulação do capital, que vem acompanhado do surgimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como também de um avanço das políticas econômicas baseadas nos preceitos neoliberais.

Estes aspectos do novo regime, agora global, trazem consigo mudanças tanto quantitativas como qualitativas, estas últimas associadas a novas formas de valorização do capital. O quadro atual, segundo Chesnais (1995), caracteriza-se por um tipo de acumulação “predominantemente rentista e parasitária”, que tem provocado a alteração em outras dimensões em que se expressa o capitalismo, como a jurídica, institucional, social e também a dimensão espacial. Em que pese a especificidade temática da presente pesquisa, não se restringe a abordagem, neste momento, às questões urbanas, mas se lança o olhar em direção a algumas características e motivações deste novo regime e alguns dos seus principais efeitos que dão base para as alterações no âmbito espacial.

Uma primeira característica e fator motivacional fundamental deste processo foi o desenvolvimento das TIC's. Os desdobramentos destas novas tecnologias foram a base para a manifestação de novas estruturas empresariais, ao facilitar a mobilidade tanto de capitais, como de informação. As tecnologias da informação permitem que um setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou de projetos de uma empresa localizada na Europa desenvolva um produto ou um aprimoramento de uma linha antiga, e envie as especificações para produção em um arquivo por e-mail para uma fábrica chinesa ou mesmo brasileira. Um exemplo disto ocorreu no Ceará, onde marcas de roupas famosas subcontratavam empresas de confecção cearenses para fabricação e

exportação de seus produtos (LIMA, 2005). Desta maneira, a tecnologia vigente permite uma nova forma organizacional das multinacionais, que passou: da rigidez do modelo centralizador e burocrático, para um outro modelo caracterizado pela contratação de subsidiárias, externalização e terceirização. Através disso, verificou-se uma expansão das cadeias globais de valor, em que a produção dos componentes de uma mercadoria está espacialmente fragmentada em países de todo o globo (GEREFFI et al., 2005). Isso impulsionou uma desfronteirização dos espaços nacionais, permitindo uma acumulação em escala supranacional (MATTOS, 2010), onde cada etapa do processo produtivo, em um determinado lugar, compõe um elo da cadeia.

É bom lembrar o que Dreifuss (2001) procura apresentar em dados, que, embora haja esta espacialização da produção, inclusive migrando para países subdesenvolvidos, a maior parte do comércio internacional é realizado entre os países do centro do capitalismo mundial, e a maioria deste volume é fruto de comércio intra-empresarial. Ou seja, Dreifuss (2001) confirma a expansão do modelo empresarial em cadeias, cuja estrutura de governança é fragmentada, porém adverte ser necessário considerar que este fenômeno atinge diferentemente países da periferia e do centro do capitalismo mundial. Inclusive, Bair (2005) chama a atenção para a necessidade de se recuperar as discussões sobre a hierarquia na divisão internacional do trabalho, presente na origem do conceito de cadeias globais, já que os países centrais tendem a incorporar as partes que mais “agregam” valor. Neste sentido, o que sucede nos países da periferia é uma espécie de atualização do regime de acumulação sem alterar a sua condição de subdesenvolvimento, ao

melhor estilo do que foi explorado nos estudos sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1969).

Outro aspecto para o qual Chesnais (1996) nos chama a atenção é a concentração internacional por parte dos grupos empresariais, resultado das fusões e aquisições, formando verdadeiros oligopólios globais. A grande maioria, para não dizer a totalidade, dessas estruturas empresariais tem suas esferas de comando e de maior agregação de valor em países do centro do capitalismo. Isto tem duas consequências: a primeira é a polarização interna, que reforça efeitos depreciadores dos salários; e em segundo lugar, a polarização internacional, que aprofunda brutalmente a distância entre os países do centro e da periferia.

Há de se notar que tudo isso ganhou vida a partir do dito fracasso do período keynesiano/fordista em impulsionar o desenvolvimento econômico e social pela planificação e a centralização administrativa. Justamente, a ideologia neoliberal ganhou força também pela crítica às políticas econômicas que afetavam a liberdade do capital (SAWAYA, 2012) e as potencialidades que as novas tecnologias podem oferecer (MATTOS, 2010). Assim, a saída para as crises do final da década de 70, eleita pelos *policy makers*, foi a liberalização do comércio, deixando ao mercado o papel de regulador da economia mundial. Neste sentido, se aceitou a ideia defendida por Carlota Perez (2004), de que cada paradigma tecno-econômico possui um conjunto de “ótimas práticas”, aceito socialmente, o qual é “*capaz de romper con los hábitos existentes en tecnologia, economia, gerencia e instituciones sociales*” (PEREZ, 2004, p. 30).

A ideia, segundo Michalet (apud MATTOS, 2010, p. 83), é que se possa criar um terreno de manobras dentro do maior número de

países para permitir a livre entrada de capital em busca da sua valorização e baixos custos para as firmas. Desta maneira, o capital tende a direcionar-se para aqueles países que apresentam maior estabilidade econômica e melhores condições para a sua valorização. Neste sentido, as políticas econômicas do novo regime em muito se limitam a manter a inflação baixa e o crescimento moderado, para competir por Investimento Externo Direto (IED) e até pelo ganho especulativo. E, em que pese essa transnacionalização, apontada por diversos autores (DREIFUSS, 2001; SKLAIR, 1999; ROBINSON, 1998), é predominantemente no âmbito nacional que os investidores tomam as referências para decidir sobre os investimentos.

Somado a isto, a dominação exercida por um sistema financeiro rentista, como definiu Chesnais (1995), estabelece regras ao novo regime, em que parece não haver limites para o endividamento estatal. Isso coloca boa parte dos países em condições de super endividamento e limita ainda mais a ação estatal frente aos capitais estrangeiros, que reforçam sua autonomia, especialmente naqueles países que não possuem uma moeda aceita internacionalmente. Há de se lembrar também, segundo Piketty (2014), que devido à maior rentabilidade dos ativos financeiros, frente ao crescimento do PIB, cria-se um processo de estagnação econômica e uma brutal desigualdade de renda.

Entretanto, para que se possa afirmar que determinado investimento possui condições e segue as regras consideradas satisfatórias para o capital internacionalizado, uma série de instituições e organizações passaram a ganhar importância. Algumas instituições procuram garantir a padronização de determinadas operações, seja no âmbito empresarial ou estatal, para que os investidores possam julgar

como atrativas ou não atrativas. Um exemplo bastante recorrente, atualmente, são as empresas de qualificação de risco, que sofreram um forte abalo na sua credibilidade durante a crise de 2008. Como outros exemplos podem ser considerados os organismos financeiros internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Assim, cria-se um ambiente institucional, com regras do jogo, impulsionado pelas novas tecnologias, o qual, segundo Mattos (2010), aprofunda a dependência estrutural dos países em relação ao capital internacionalizado. Esse processo, segundo o autor, apresenta como consequências fundamentais o seguinte:

i) que en estas sociedades la posibilidad de realizar una mayor acumulación y de aumentar la tasa de crecimiento está cada vez más rígidamente condicionada por la vigencia plena de reglas del juego capitalistas; ii) que con la formación y expansión de un espacio capitalista de acumulación de cobertura planetaria, las perspectivas de crecimiento en un determinado lugar están cada día más estrictamente regidas por las condiciones que ese lugar pueda ofrecer para la valorización privada del capital; y iii) que, en consecuencia, en las sociedades en las que esto tiene vigencia, se redujo cada vez más aún la factibilidad de promover objetivos sociales de interés general (y, en especial, de interés para los más desfavorecidos), si esos objetivos no son compatibles con los de los propietarios y/o administradores del capital. (MATTOS, 2010, p. 84)

Estes aspectos estabelecem-se como características deste novo processo de acumulação capitalista e cimentam as bases, fortalecendo-as consideravelmente, de um regime voltado para a valorização em

diferentes segmentos da vida social. As TIC's potencializam este jogo competitivo da liberalização dos mercados, claro que acompanhadas de arranjos institucionais, condicionando os países às novas regras deste jogo. Como é possível observar isto traz consequências em termos da dinâmica do capitalismo global, pois países com melhores condições de valorização recebem os maiores aportes de capital. O que acaba fortalecendo um processo de polarização econômica em benefício dos países centrais, exatamente porque a infraestrutura, a tecnologia e o conhecimento acumulado nestes países, no período do estado centralizador, proporcionaram esta vantagem.

Esse fenômeno aqui caracterizado em grandes traços – a mundialização do capital, para usar a formulação de Chesnais (1996) – possui desdobramentos nos mais diversos âmbitos: trabalho, social, urbano e outros. Por dizer respeito às relações entre as esferas pública e privada, as subseções seguintes tratarão das transformações em três aspectos (trabalho, social e urbano). Muitas destas transformações contribuíram para o enfraquecimento dos setores sociais e abriram espaço para o avanço do setor empresarial privado sobre as conquistas sociais do período keynesiano-fordista.

2.1.1 A problemática do trabalho: com destaque ao sindicalismo

Um primeiro desdobramento que merece ser destacado refere-se às alterações que ocorreram no mundo do trabalho. Neste sentido observam-se duas mudanças importantes, cuja abordagem contribui para se entender o momento atual do capitalismo. A primeira trata da alteração do padrão produtivo taylorista/fordista “pelas formas

produtivas flexibilizadas e desregulamentadas” (ANTUNES, 2000). A segunda trata da declínio da socialdemocracia que garantia o estado de bem-estar social, abrindo espaço para tendências de desestatização e privatizações.

No que diz respeito ao primeiro processo, Antunes (2000) sintetiza suas transformações e suas consequências:

1) há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo; 2) há um enorme incremento do *novo proletariado*, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, “part-time”, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, estes postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, *olavoronero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekaseguis* no Japão etc. Mas hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista; 3) vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; 4) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo destes setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado; 5) há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas e aqueles com cerca de 40 anos ou

mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho; 6) há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc. 7) há uma expansão do que Marx chamou de *trabalho social combinado* (Marx, 1978)³, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho. (ANTUNES, 2000, p. 43)

Dessa maneira, o mundo do trabalho “fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais” (ANTUNES, 2001, p. 43). Somado a isto, Antunes (2000) ainda levanta a hipótese de que o fim da URSS contribuiu para dar fim ao Estado de Bem-Estar Social, pois em grande medida o Estado Soviético era um contraponto que criava uma conjuntura que favorecia o movimento dos trabalhadores e dos setores sociais. Por isto, muitos países capitalista ofereciam programas de previdência e de assistência social, as vezes até de saúde, publica que garantiam uma boa qualidade de vida aos trabalhadores.

Um segundo motivo, conforme Antunes (2000), é o abandono da teoria marxista por parte da classe trabalhadora, dos movimentos operários e da esquerda partidária, aceitando a ideia de “fim do socialismo” com a extinção do bloco soviético. Neste sentido, os sindicatos passaram a atuar de maneira passiva, descartando a luta de

³ Marx, Karl (1978) *Capítulo VI (Inédito)* (São Paulo: Ciências Humanas).

classes, e compactuando com as negociações com o patronato de maneira segmentada, sem uma perspectiva de classe.

No que diz respeito à segunda grande mudança referida acima, faz-se necessário mencionar que o fim modelo de regulação social-democrático do período keynesiano-fordista veio de arrasto também com a crise do regime de acumulação de então. Desta maneira, a vitória ideológica do neoliberalismo traz consigo uma profunda “(contra)reforma do Estado”, que “procura reverter as reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais e dos trabalhadores...” (MOTAÑO, 2010, p. 25). A (contra)reforma ocorre sob argumentos que apontam para a necessidade de se equacionar a crise fiscal do Estado, ligada aos déficits causados pelas fortes intervenções estatais do período keynesiano. Entretanto, cabe aqui ressaltar que não se trata de crises fiscais, e sim de crises financeiras, fruto de um endividamento explosivo, consequência do fim do padrão ouro-dólar e da elevação das taxas de juros no final da década de 70. Neste sentido, o discurso de crise fiscal guarda um forte teor ideológico, procurando minar as atividades do Estado e entregá-las para o setor privado, enquanto defende que as questões sociais devam ficar sob a responsabilidade da própria sociedade civil.

Montaño (2010), ao estudar o caso brasileiro, argumenta que as (contra) reformas realizadas na década de 90 vieram na contramão do que foi conquistado na Carta Magna de 88. Além das privatizações e da “flexibilização” da legislação trabalhista, que se sucederam durante a década de 90 e continuam a acontecer, ocorre também o desmonte da seguridade social. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a seguridade social é garantida, tratando-se de um orçamento único

composto por saúde, previdência e assistência social. Montaño (2010) observa que a partir da criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), inicia-se um processo de desmonte da seguridade social, encabeçado pelo até então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e orientada pelos postulados do Consenso de Washington⁴. Essa reforma implica transferir a responsabilidade pela seguridade, que, segundo a constituição, é do Estado brasileiro, para o mercado e para as organizações do chamado “terceiro setor”.

Assim, a desresponsabilização estatal das respostas às sequelas da “questão social” seria (supostamente) compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários (do chamado “terceiro setor”). A partir do tripé constitucional da seguridade social – previdência, saúde e assistência, de forma muito clara, porém não casual -, o “setor” empresarial se volta para atender demandas da previdência social e da saúde, enquanto o “terceiro setor” dirige-se fundamentalmente à assistência social, notadamente nos setores carentes (MONTAÑO, 2010, p. 22 e 23).

Sobre o “terceiro setor”, a subseção a seguir tratará desta questão. Por enquanto, o que é importante frisar é que a fragmentação dos movimentos sociais e operários e a “derrocada” político-ideológica da perspectiva marxista desarticulou as lutas sociais e operárias e abriu

⁴ Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas e que se tornou a política oficial Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. Trata-se na verdade de um receituário neoliberal para países da periferia, que inclusive Bresser Pereira participou de um encontro subsequente, em janeiro de 1993. Montaño (2010, p. 38) descreve isto em uma nota de rodapé.

espaço para um forte avanço neoliberal. Uma frase comum de se ouvir entre os cientistas políticos é que “na política não existe vácuo”. Assim, o espaço antes ocupado por movimentos sociais e operários passa a ser campo da ideologia contrária à ideia de bem-estar social.

2.1.2 O “terceiro setor” e a fragmentação dos movimentos sociais

Tendo em vista que o objeto de estudo deste trabalho engloba análise das atividades de uma ONG, é necessária a caracterização deste tipo de entidade. De partida, cabe assinalar que as ONGs pertencem ao que se chama de “terceiro setor”. As aspas na expressão “terceiro setor” procura ressaltar o que, segundo Montaño (2010, p. 54), é uma “grande debilidade conceitual”. Conforme esta visão, o “terceiro setor” (sociedade civil) coexiste com o Primeiro Setor (o Estado) e o Segundo Setor (o mercado). A origem deste conceito procura enfatizar que a saída para a superação de vários problemas que o Estado e o mercado não podem equacionar estaria nas organizações e entidades que compõem tal “setor”. Todavia, a implícita ideia de “compensação” é uma falsa ideia, pois essas organizações atendem de maneira segmentada e pontual as demandas da população, e, ainda por cima, atuam submetidas as suas necessidades de captação de recursos. Neste sentido, o fato destas dessas entidades serem reconhecidas como de “interesse público”, “autônomas”, “não-lucrativas”, “não-governamentais”, são absolutamente questionáveis.

A ideia por trás da concepção do “terceiro setor” é responsabilizar a própria sociedade civil pela tarefa de responder as demandas sociais mais básicas, através de um ideal de “solidariedade”

comum entre os “semelhantes”. O que ocorre nestas organizações deste “setor” é, na verdade, a segmentação ou o tratamento fragmentado e pontual das questões sociais, através das fundações filantrópicas ou das associações de bairros, comunidades e ONG’s, entre outras. Conforme Montañó (2010), preconiza-se um tipo de solidariedade entre “semelhantes”, entre pessoas da mesma fração de classe, o que significa excluir também a concepção marxista de consciência de classe. Na verdade, os movimentos se focam nas demandas mais emergenciais das respectivas comunidades, ou das associações de bairro, associações profissionais, sindicatos etc.

Ocorre que o “terceiro setor” não é algo novo. Estas organizações na verdade existem há muitos anos, como as organizações de caridade e de caráter religioso⁵. Contudo, estas entidades passaram a se multiplicar e crescer na década de 70, a grande maioria delas exibindo um caráter político, permeadas pela ideia de luta de classes e autonomia, como os movimentos sociais na época de luta contra ditadura na América Latina, financiados principalmente por organizações internacionais. Na década de 80, no Brasil, elas ganham mais força apoiados na ideia de cidadania⁶, impregnada na própria Constituição de 88, conforme argumenta Gohn (2008, p.89):

⁵ Basta ver o trabalho das Santa Casas no Brasil

⁶ Segundo Gohn (2008) existem uma variedade de direitos que a medida que o conceito de cidadania evolui incorpora novos direitos, segundo a autora “O que irá definir a cidadania é um processo onde encontram-se redes de relações, conjunto de práticas (sociais, econômicas, políticas e culturais), tramas de articulações que explicam e ao mesmo tempo sempre estão abertas para que se redefinam as relações dos indivíduos e grupos com o Estado” (IDEM, 2008, p.30)

Nos anos 70-80, as ONGs eram instituições de apoio dos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização a se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua outra face, produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais.

Todavia, a partir da década 90, com os novos contornos de redemocratização, a prioridade dos movimentos sociais se volta para a construção de uma institucionalidade nova, e, neste sentido, ocorre processo em que a sociedade civil se amplia para se entrelaçar com a sociedade política. Desta maneira, quem passa a ditar a forma como vão ser atendidas as demandas sociais é a administração pública, na maior parte em instâncias federais. A tendência é a busca da fragmentação das políticas públicas, cada vez mais voltadas em projetos pontuais. E, em meio ao contexto neoliberal, a palavra de ordem nesses projetos é que as ações devam ser propositivas e não reivindicativas (GOHN, 2008).

Da mesma forma, a cidadania que motivou muitos dos movimentos contra a ditadura militar também ganha novos contornos na década de 90, conforme argumenta Gohn (2008, p.25):

O neoliberalismo tem ressignificado a cidadania e criado um novo tipo: a cidadania voltada para o mercado ou adquirida via mercado. Trata-se de um processo de desvirtuamento no qual o cidadão transforma-se em cliente, consumidor de bens e

serviços, e não mais detentor de direitos, direitos esses que deveriam ser alcançados pelo acesso aos serviços públicos.

Neste sentido, o que ganha força no Brasil é a desresponsabilização do Estado das suas funções historicamente constituídas pelas lutas políticas e sociais, e o “entreguismo” ao mercado. Acontece que o mercado não é capaz de incorporar a assistência social, e, desta maneira, a saída seria responsabilizar a própria sociedade civil, através das ditas instituições do “terceiro setor”. Então, em um contexto de fragmentação dos movimentos políticos e sociais, surgem ou se fortalecem expressivamente as ONGs, muitas vezes articuladas a empresas e fundações.

No caso da assistência social, trata-se da parte da seguridade que atua junto às populações mais necessitadas dos serviços públicos, ou seja, a parcela mergulhada na informalidade e na marginalidade, a mais carente de todos os segmentos sociais. Fica bem claro que o caráter universal dos direitos sociais é praticamente deixado de lado, pois a assistência à saúde e a cobertura da previdência tornam-se cada vez mais privilégios de quem pode pagar. Para aqueles que não podem pagar, restam os serviços das organizações do “terceiro setor”, que ainda por cima, segundo Montaño (2010), são de qualidade duvidosa. A razão é que, paralelamente ao processo de desresponsabilização estatal relativamente à questão social, há também uma descentralização da ação pública, em que os municípios ficam responsáveis pela maioria das demandas sociais. Isto significou a supressão das funções decisórias (políticas) no que diz respeito a assistência social, e a redução das atividades à administração de fundos e à execução. Além disso, como

argumenta Montañó (2010, p. 193), se o estado segundo a ótica neoliberal está falido, ao ponto de ter que dirigir boa parte de suas obrigações ao setor privado, “então não poderá (nem deverá, segundo a estirpe neoliberal) destinar importante volume de financiamento às políticas sociais e serviços assistenciais.”

A verdade é que a própria categoria teórica do “terceiro setor” possui grandes debilidades, como argumenta Montañó (2010): a primeira delas é a separação entre Estado, Mercado e Sociedade em “setores” autônomos entre si; trata-se de um grande erro, pois, ao se procurar isolar cada um, ignoram-se as relações sociais nos quais todos os atores que compõem estes “setores” estão imbricados. Além do mais, se o “terceiro setor” é “identificado com a sociedade civil e se historicamente é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas; o “terceiro setor” seria na verdade o primeiro” (MONTAÑO, 2010, p.54). Uma outra grande debilidade refere-se à ampla gama de entidades que compõem este “setor”, que pode incluir apenas organizações formais - “não-governamentais”, “sem fins-lucrativos” ou de “interesse público” - ou até mesmo fundações empresariais, filantrópicas, sindicatos, movimentos políticos insurgentes, seitas etc. Ou seja, não há acordo quanto às entidades que fazem parte do “terceiro setor”. Isso compromete a clareza do conceito gera confusão, pois por vezes a categoria reúne até mesmo atividades individuais, voluntárias, campanhas políticas e os mais variados.

Uma terceira debilidade apontada por Montañó (2010) é o caráter “não-governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo”. Em países como EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Hungria e

Japão, no que diz respeito a estas entidades, “a fonte principal de apoio são as taxas e os encargos sobre serviços, que representam 47% da renda do Terceiro Setor nesses países. A segunda mais importante fonte de apoio é o governo, que entra com 43%. As doações de particulares, de indivíduos, fundações e empresas, ao contrário, não passam de 10%” (SALOMON in IOSCHPE, 1997, p. 95).

Para se ter ideia sobre a situação no Brasil “dos 10,9 bilhões de reais gastos no “terceiro setor” em 1995, 61,1% foram gerados pelas próprias entidades, 12,8% foram contribuição do Estado e 26,1% representam doações privadas” (SZAZI apud MONTAÑO, 2010, p. 215). É provável que estes dados tenham se alterado, mas a tendência se mantém, a depender das atividades comerciais e vendas de serviços, que em grande parte também dependem da “parceria” com o Estado, e em alguma medida do mercado. Neste sentido, Montañó (2010) argumenta da importância que tem para estas entidades o *fundraising* (captação de recursos), que muitas vezes acabam por nortear os objetivos das organizações do “terceiro setor”. Conforme o autor:

Desta forma, os recursos, que já não são “autogerados”, também não são “autogeridos”. Com isso, a perda de rumo, a descaracterização da “missão” organizacional, a submissão dos seus valores e filosofia aos interesses da agência “doadora” representam uma fortíssima tendência (MONTAÑO, 2010, p. 210).

Outro questionamento se refere aos altos salários de alguns funcionários destas organizações, às isenções de impostos que as empresas ganham ao criar fundações, bem como ao ganho dessas empresas com a melhoria da imagem de seus produtos e da propaganda, que dá uma ideia de “empresa cidadã”, ou seja, uma empresa

preocupada com as questões sociais e ambientais. Tudo isto parece ter uma clara finalidade de lucro, ou seja, todos os aspectos colocados nos discursos destas entidades são absolutamente questionáveis. Neste sentido, Montañó (2010, p. 213) é preciso quando diz:

Pensar nessas atividades filantrópicas das fundações empresariais como produto de uma maior “sensibilidade” e “responsabilidade social” do empresariado resulta numa visão romântica e fetichizada da realidade. Longe disso, as vantagens econômicas e/ou políticas da atividade filantrópica trazem para empresa maiores benefícios que os custos. “O luxo”, dizia Marx, “entra nos custos de representação do capital”⁷, como fonte de crédito e de vantagens econômicas e políticas. Hoje poderíamos acrescentar: “a filantropia empresarial entra nos custos de representação do capital”, limpando a imagem da empresa, melhorando o marketing comercial, isentando o capital de impostos estatais, conseguindo subsídios, entre outros benefícios.

Uma outra debilidade conceitual que Montañó (2010) menciona, sem todavia dar grande importância, é o caráter “democrático” e “participativo” que muitas destas organizações procuram apresentar. Por serem encaradas como organizações “não-governamentais”, “sem fins lucrativos” ou de “interesse público”, conforme a legislação, e por historicamente, nas décadas passadas, serem reconhecidas por pautas sociais, estas entidades muitas vezes se colocam como “representantes” da sociedade e, como próprio autor diz, operam como intermediários das demandas e dos movimentos sociais com o Estado. Ora, tendo em vista o que foi apontado aqui sobre esta

⁷ MARX, Karl. O capital. (Crítica da economia política), Livro I, 2 vols. O processo de reprodução do capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 690.

categoria, cabe duvidar se essas organizações podem se considerar “representantes” da sociedade ou de interesse público, ou mesmo entidades “democráticas” e “participativas”, haja vista os claros interesses privados e políticos que permeiam as suas atividades. Na realidade, conforme Alencar (2009, p. 455-456), estas entidades procuram aparecer:

(..) sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades

Tendo em vista tudo o que se falou nesta longa subseção, é possível considerar a presença de uma instrumentalidade e uma funcionalidade do “terceiro setor” para com o projeto neoliberal. Instrumentalidade no sentido de ser meio de alcançar certas finalidades, ou seja, ser literalmente o instrumento (GUERRA, 2000). Por exemplo, o Estado keynesiano era útil para a ampliação da acumulação capitalista, incorporando inclusive certas demandas sociais e evitando o desgaste em maiores confrontos com a sociedade. O Estado é re-instrumentalizado no paradigma neoliberal, e a luta entre o capital e o trabalho ocorre de maneira aberta, buscando-se minar as conquistas do Estado de Bem-estar Social; neste sentido, a própria sociedade civil deve ser re-instrumentalizada (MONTAÑO, 2010). Essa esfera deixaria de ser espaço privilegiado de lutas sociais, para representar algo harmônico, criador de consensos, a serviço do novo regime de acumulação.

Através da instrumentalização da sociedade civil por meio do “terceiro setor”, essas organizações oferecem várias funcionalidades ao projeto neoliberal, conforme elencado por Montaño (2010): a) justificar e legitimar o processo de desestruturação do Estado de Bem-estar Social⁸ e de desresponsabilização do Estado na intervenção social; b) desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais; c) despolitizar os conflitos sociais, dissipando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”; d) criar a cultura/ideologia do “possibilismo”⁹; e) reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego; f) localizar e trivializar a questão social e a auto-responsabilização pelas respostas às suas sequelas.

O objetivo do “terceiro setor”, de maneira resumida, é provocar a aceitação do projeto neoliberal, e esta é a principal funcionalidade das ditas ONGs, que dizem pertencer a este “setor”. Embora Montaño – referência central utilizada neste estudo – trate da “questão social” como se ela fosse resumida à seguridade social, os problemas não se resumem a isto. A dita “questão social” deve ser, assim, ampliada, já que a presença dessas organizações pode ser identificada em diversas temáticas (*vide* este trabalho).

⁸ Montaño fala da “desestruturação da Seguridade Social”, todavia como nosso foco é outro, acredito que a generalização para todo o Estado de Bem-estar social também possa ser adequada.

⁹ O autor se refere à cultura do pragmatismo, ou seja, fazer aquilo que é possível de se fazer em dada conjuntura. Nesta perspectiva as utopias são ignoradas: “Deveria se dedicar a fazer o que é possível de ser feito dentro das margens permitidas pelas “naturais” tendências atuais” (MONTAÑO, 2010, p. 238)

2.2 O JOGO DAS URBES E A METAMORFOSE METROPOLITANA

As debilidades dos movimentos sociais e operários, o novo regime de acumulação de capital, baseado nos preceitos neoliberais, tudo isto também se expressa dentro do âmbito regional e urbano, oferecendo uma ampla margem de manobra para regiões que concentram estruturas físicas, técnicas e sociais elevadas. Neste sentido, estas regiões que possuem sua infraestrutura já consolidada no espaço registram os maiores fluxos de capitais e Investimento Externo Direto (IED). Segundo Mattos (2010), baseado na argumentação Veltz (1996), isto ocorreu também devido à decomposição internacional dos processos produtivos, que desenvolveu um número crescente de redes globais, as quais posicionam os seus principais elos nas metrópoles mundiais, onde se encontra um maior número de entrecruzamentos.

En este contexto, las urbes que han logrado formar parte de esa red global se han constituido en lugares de entrecruzamiento de flujos vertebrados por esas cadenas globales, lugares que presentan su mayor densidade en las grandes aglomeraciones del hemisfério Norte; a esa red, también se han ido incorporando, en un rango jerárquico de menor relevancia, diversas urbes de gran dimensión poblacional y territorial del resto del mundo, muchas de las cuales son consideradas principalmente como oferentes de fuerza de trabajo a bajo costo y/o como potenciales mercados para el consumo de productos globales. (MATTOS, 2010, p. 86)

Desta maneira, o atual regime de acumulação de capital se expressa igualmente na dimensão espacial do globo. Este processo de mundialização do capital, sob a égide da financeirização, favoreceu e impulsionou novas formas de acumulação em escalas supranacionais,

que produzem capital em busca de novas aplicações. Trata-se de boa ilustração em escala global do processo de acumulação ampliada discutido por Marx (2011). As metrópoles e até mesmos as urbes de médio e pequeno porte competem entre si, hierarquicamente, pela condição de integrantes dos principais elos destas redes ou cadeias globais valor. Assim, cria-se uma estrutura global na qual as cidades devem se inserir como objetos da valorização do capital.

O conjunto de transformações decorrentes da intensificação da internacionalização do capital, e das “ótimas práticas” que acompanham as novas tecnologias, reflete-se na configuração espacial urbana. Isto significa dizer que a forma de organização do território típica do período keynesiano/fordista, de cunho mais planificador e centralizador, foi substituído por outra, cuja dinâmica procura se apoiar principalmente na regulação pelo mercado. Conseqüentemente, tem se identificado um processo de metamorfose das urbes, conforme apontado por Mattos (2010), em que o capital internacional passa a exigir novos espaços para valorização, desta maneira há uma exploração não só dos eixos tradicionais de valorização, mas também de áreas que compõem a parte periurbana. Neste sentido, a dinâmica socioespacial das cidades globais tende a apresentar uma configuração polinuclear, enquanto que a keynesiano/fordista tendia à uma configuração apenas nuclear.

Contudo, se faz necessário entender que, muito embora esta dinâmica pareça se apoiar nas regras do mercado, é no âmbito da política que residem os vetores que resultam em planificação e construção desse espaço. Melhor dizendo, é no âmbito das relações entre a órbita da política e aquela da economia que se situam tais forças, exibindo a esfera do Estado, todavia, uma condição particular, por

residirem aí as essenciais capacidades técnica e planificadora, legislativa e coercitiva e igualmente executiva.

Essa nova fase do capitalismo nas cidades, dá a impressão de fluidez e dispersão sócio-territorial das migrações intra-urbanas, todavia isto não passa de mera impressão, pois, conforme Castells (2014), o capital privado não costuma se interessar pela produção dos Meios de Consumo Coletivos Urbano (MCCU), que tratam de ser o aparato voltado às necessidades em educação, saúde e transporte e etc. Ou seja, a infraestrutura necessária à reprodução social. Neste sentido, cabe ao Estado intervir para produção dos MCCU e desta maneira a dinâmica migratória deixa de ser fluída, e sim orientada pelo setor público. Assim, o Estado também ocupa-se da função de mediador de conflitos, contudo se verifica um desequilíbrio na sua forma de atuação em favor das camadas mais influentes da sociedade (HARVEY, 1980; JARAMILLO, 1986). Desta forma, a metamorfose pelo qual as urbes passam a seguir incorpora não só a uma lógica econômica, mas também guiada pela política, que materializa uma estrutura de cidade em muitos casos segregada e desigual.

Mesmo que os processos de valorização de determinadas áreas das cidades tenham alcançado regiões longínquas, estas transformações devem ser entendidas como expressão de uma estrutura de classes desigual. Por isso, para se entender a cidade “globalizada”, é necessário recuperar certos conceitos da Economia Política e caminhar no sentido de uma Economia Política Urbana. Alguns dos aspectos desta mutação e a forma como a cidade se expressa, que reforçam este argumento serão analisados a seguir, e na seção seguinte discute-se as consequências disto para as teorias (re)produção do espaço urbano.

2.2.1 A Economia Urbana e a nova gestão pública das cidades

Como já foi dito anteriormente, a globalização manifesta-se, entre outras coisas, em processos de decomposição produtiva, pelos quais várias empresas saem de suas bases nacionais e passam a se instalar fora de seus países. Em geral, elas procuram se instalar em grandes regiões urbanas, onde aproveitam os efeitos de externalidade, ligados à proximidade com outras empresas, serviços, mão de obra barata e/ou dotações diversas. Assim, formam-se nas grandes cidades verdadeiros entrecruzamentos de etapas de diversas cadeias, formando elos, que interconectam diversas cidades globais, muito embora de maneira desigual. À medida que determinada região obtém logro em concentrar algumas dessas atividades, passa a registrar, em consequência, um aumento do número de redes produtoras de bens de consumo ou serviços (MATTOS, 2010).

Além disso, cresce a demanda por um conjunto de atividades que servem para desenvolver e promover o funcionamento dos elos dos circuitos globais, que em muitos casos passaram a desempenhar papéis de protagonistas na economia e na política local. Segundo Mattos (2010, p. 90), dentre as principais atividades estão:

- i) servicios a la producción, en especial financieros, jurídicos, de consultoría, publicidad, informática, ingeniería y arquitectura, etc.;
- ii) tareas de dirección, gestión, coordinación y control de las filiales de las redes globales y de las redes nacionales en proceso de globalización;
- iii) actividades industriales relacionadas y/o al servicio de las redes globales;
- iv) actividades de distribución y comercialización de productos globales destinados al consumo de las familias y de las empresas; y
- v) un conjunto de actividades

relacionadas con los negocios inmobiliarios y la industria de la construcción, que adquirieron especial relevancia en la mayor parte de estas áreas urbanas.

O autor também alega que nas regiões em que se desenvolveram estas atividades, houve um aumento da renda e também dos níveis de emprego criando uma demanda adicional para outros tipos de atividades e serviços voltados para as famílias (serviços como saúde, educação, lazer, religião, cultura e etc.). Todavia esta constatação de Mattos (2010) é contraditória ao que se observa em outros trabalhos (HARVEY, 1980; CASTELLS, 2014) que apontam para uma ordem urbana segregada e desigual, e dentre os fatores o próprio papel do Estado favorecendo algumas classes em detrimento de outras tem contribuído para isto.

Neste sentido, a cidade global vem acompanhada por um tipo de gestão municipal, que procura agir ativamente em busca do capital internacional. Inclusive existe um caso de cidade que serviu, e ainda serve, de modelo de administração municipal para o resto do mundo: esse exemplo emblemático, e que agora é copiado por outras cidades, refere-se a Barcelona, que passou por uma verdadeira transformação na gestão pública. Isso resultou em alterações na configuração de seu espaço urbano, também impulsionado devido ao fato da cidade ter recebido o título de sede dos Jogos Olímpicos de 1992. Duas coisas pode-se observar: primeiro, que a dependência ao capital internacional também se expressa em escala urbana; segundo, que, embora o que se difunde são os preceitos neoliberais, estes permanecem no campo ideológico, pois o que se vê nestas cidades é um papel ativo do Estado em favor da acumulação de capital.

O caso Barcelonense é bastante discutido por Vainer (2013), segundo quem este tipo de gestão é baseado nos modelos de *planejamento estratégico* criados nas *Business School* estadunidenses. Trata-se de um fenômeno, já identificado por Harvey (1996), de empresariamento da gestão urbana. Vainer (2013) lembra que aquela – e as iniciativas nela inspiradas – não representa a primeira vez em que a administração municipal se inspira na administração das empresas. Naquele caso, todavia, ao invés do modelo centralizador e racional fordista, a inspiração está na analogia com a ideia de “empresa enquanto unidade de gestão e negócios”. Para explicar o *planejamento estratégico urbano*, Vainer (2013) baseia-se em três analogias envolvendo a cidade: cidade-mercadoria, cidade-empresa e cidade-pátria.

Na primeira analogia, cidade-mercadoria ou cidade como mercadoria, constata-se como figura determinante no planejamento o *marketing urbano*, que é responsável por converter atributos específicos da cidade em atrativos ao capital transnacional. Neste sentido, os porta-vozes da neoliberalização das cidades advogam em favor de uma larga lista de infraestrutura mínima necessária, que inclui transporte, comunicação, segurança, rede hoteleira, entre outros vários serviços e facilidades. É importante ressaltar também que a pobreza e a marginalidade, neste aspecto do planejamento estratégico, são encaradas, praticamente, como um problema paisagístico que diminui a atratividade da localidade. Ou seja, a cidade não só se transforma em mercadoria, mas em mercadoria de luxo.

Na segunda analogia, cidade-empresa, abandona-se o caráter utópico e idealista que pode ser observado em alguma medida no

planejamento urbano modernista (vigente no período keynesiano-fordista), para um pragmatismo e um realismo dados pelo mercado. Esta analogia encarna uma transposição da administração da coisa pública para a iniciativa privada, por meio das ditas parcerias público-privadas, que se dão através de mecanismos de transferência de recursos como concessões, por exemplo, e são impulsionados por crédito e impostos subsidiados, garantindo um custo baixo para as eventuais obras. Neste sentido, a cidade-empresa é a condição necessária para colocá-la à venda, quer dizer, para a cidade-mercadoria.

Observa-se que a cidade enquanto empresa traz consigo uma noção de flexibilização necessária para competir por negócios, mesmo que isso atrepele as leis e os Planos Diretores, criando um estado de exceção. Nesta nova dinâmica em que as cidades se inserem, os contratos parecem ter mais peso do que as leis. O que importa aqui é dotar a cidade, de preferência o mais rapidamente possível, de atrativos e competência necessários para possa figurar como sede de feiras e grandes eventos de diferentes naturezas.

Tudo isso acaba sancionado por governos, sob um discurso político, dito “consensual”, e também voltado para impulsionar a economia da região. A retórica passa a ser um instrumento importante para a anulação – ou ao menos para a expressiva redução – de disputas políticas, processo de que também participam os veículos de comunicação de massa, que produzem de maneira sistemática “consensos” em torno de determinados temas, nos quais os cidadãos não estão nem sequer envolvidos. Assim, as cidades, como conclui Vainer (2013), negam-se como espaço político e se conformam em uma posição de cidades-empresas, onde só se admite falar sobre *business*.

Destaca-se que para a fabricação deste consenso é necessária a criação de uma sensação de crise generalizada ou de perda de oportunidades. A ideia é passar o sentimento de que a cidade está em uma situação delicada, porque é incapaz de participar da disputa pelos grandes investimentos globais, sendo a única solução a desburocratização e a desregulamentação, condições para uma adequada abertura de caminho, e de espaço, é claro, para o investimento privado. Desta forma, a burocracia torna-se o maior inimigo do modelo de cidade neoliberal.

A fabricação do consenso e a sensação de crise são elementos que compõem a terceira analogia (cidade-pátria) do *planejamento estratégico urbano*. Como argumenta Vainer (2013), a ideia é converter uma “crise” em uma trégua social e posteriormente em uma dita “união pela salvação”. Desta maneira busca-se fazer aflorar um patriotismo urbano, também com a ajuda de um urbanismo monumentalista patriótico, solidificando as “bases permanentes” da neoliberalização e assegurando, assim, a sua difusão para períodos futuros.

Este modelo de gestão urbana, que se repete em menor ou em maior grau em diferentes cidades, chama a atenção para o papel do Estado, em meio ao jogo no qual a globalização insere as urbes. No caso do estudo de Vainer (2013), está em foco a observação da aplicação na cidade do Rio de Janeiro, que passou por uma mutação acelerada devido aos Jogos Olímpicos de 2016 e à Copa do Mundo de 2014. Os trabalhos do Observatório das Metrópoles têm mostrado os impactos dos megaeventos esportivos no cenário urbano brasileiro, e apontam para o favorecimento de certas frações do capital.

No processo de preparação da Copa do Mundo, fica evidenciado que a gestão pública teve um papel central na criação de um ambiente propício aos investimentos, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações. Tais investimentos seriam fundamentais para viabilizar as novas condições de acumulação urbana nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a reestruturação urbana das cidades-sedes da Copa deve contribuir para a criação de novas condições de produção, circulação e consumo, centrada em alguns setores econômicos tradicionais importantes. Estes setores são, principalmente os de ponta e o setor de serviços, envolvendo o mercado imobiliário, o sistema financeiro de crédito, o complexo petrolífero, a cadeia de produção de eventos culturais (incluindo o funcionamento das arenas esportivas), o setor de turismo, o setor de segurança pública e privada, e o setor automobilístico. Este último, aquecido com as novas condições de acumulação decorrente dos (des)investimentos em transporte de massas. (RIBEIRO et al., 2016 p. 8)

Para beneficiar os interesses destas frações do capital, inclusive, verificou-se a remoção de comunidades de baixa renda em áreas urbanas, as quais abarcavam, em seus espaços, processos de valorização.

De fato, a existência das classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços aos circuitos de valorização do capital vinculados à produção e a gestão da cidade. Efetivamente, tal obstáculo tem sido enfrentado pelo poder público através de processos de remoção, os quais envolvem reassentamentos das famílias para áreas

periféricas, indenizações ou simplesmente despejos. Na prática, a tendência é que esse processo se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital. (RIBEIRO et al., 2016 p. 8)

Os trabalhos de Vainer, bem como os do Observatório das metrópoles, mostram que o processo de inserção no jogo do capitalismo globalizado incorpora uma gestão pública do espaço bastante ativa, no que tange ao atendimento dos interesses das frações de classe capitalista. Isso contrasta com alguns preceitos, dominantes, de não intervenção estatal e apontam para o caráter ideológico e de classe do neoliberalismo manifestado no meio urbano.

Desta forma, deve-se compreender a metamorfose urbana não apenas no sentido de que determinadas atividades crescem de importância dentro de um contexto de acumulação em que têm destaque as redes/cadeias globais de valor. Mas também do fortalecimento destes setores no sentido político, pois sua crescente atuação tem sido objeto de certos privilégios das administrações públicas. O que aponta para a necessidade de se observar estas mudanças nas cidades globais sob um prisma também político.

2.2.2 Da Economia Urbana para a Economia Política Urbana: o *bloco hegemônico metropolitano*.

Deve-se principalmente a Antonio Gramsci a abordagem segundo a qual, para assegurar a dominação e a permanência no poder, a classe que os exercita pode (e deve) estabelecer articulações nesse

sentido com outras classes sociais. Em escala regional, por exemplo, essa classe – no capitalismo, a classe dos proprietários – tende a criar estruturas que englobem diferentes atores, de maneira à contribuir para garantir a sua dominação. Em largos traços, é a isso que se faz referência quando se lança mão das análises de Gramsci (1987) em termos de *Bloco Histórico*. Neste sentido, ele cria estruturas sociais em que sua dominação se expressa regionalmente por meio das classes dominantes locais ligadas a outros atores sociais, que garantem sua dominação.

O fato é que, Antonio Gramsci, antes de ser encarcerado em 1926, escreveu uma série de artigos sobre a questão do sul da Itália, que foram depois organizados na forma de um livro intitulado “A questão meridional”. Neste livro o autor observa as diferenças entre as duas regiões da Itália: o norte, industrializado e com uma classe proletária bastante desenvolvida, capaz de assumir o protagonismo na luta de classes; e o sul, agrário, amplamente formado por trabalhadores camponeses extremamente pauperizados. Para Gramsci, os operários do norte deveriam se unir com os camponeses do Sul para fazer a revolução na Itália, mas para isto teriam que disputar com o *bloco agrário*, a fração dos intelectuais¹⁰ meridionalistas (sulistas), que possuíam certa legitimidade e aceitação pelos camponeses.

Na visão de Gramsci (1987, p.155) o desenvolvimento do capitalismo industrializado introduziu um novo tipo de intelectual: o “organizador técnico, o especialista da ciência aplicada.” Todavia nas sociedades agrárias ainda predominava um velho tipo de intelectual,

¹⁰ Dentre essa classe de intelectuais encontram-se pequenos e médios burgueses e clérigos.

sobre o qual recai grande parte das reponsabilidades organizativas no que diz respeito ao Estado e ao comércio. Este velho tipo de intelectual ainda predominava em regiões de base rural da Itália, integrante de camada que, segundo Gramsci, “fornece a maior parte do pessoal estatal e exerce também localmente, na aldeia e no burgo rural, a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral.” (Ibid.). Gramsci também o caracterizava como: “democrático na face camponesa, reacionário na face voltada para o grande proprietário e para o governo, politiqueiro, corrupto, desleal.” (Ibid.).

O autor afirma ainda que o camponês mostra-se ligado ao grande proprietário de terras por meio do intelectual (GRAMSCI, 1987, p. 157), e assim constitui-se um bloco de aliança de classes hegemônico pelo proprietário de terra. A saída para o “problema meridional” seria a disputa pelo estrato intelectual, cujo desenvolvimento enquanto “intelectual proletarizado” ocorre muito lentamente, mas que poderia criar fraturas na classe dominante. Assim, a saída para compor a Revolução operária-camponesa seria, portanto, a desagregação do *bloco* agrário sulista.

Essas ideias de Gramsci inspiraram uma série de autores, dentre eles Lipietz (1988), que, baseado no conceito de *bloco histórico*, introduziu a categoria de *bloco hegemônico regional*, também influenciado pelas reflexões desenvolvidas na chamada “Escola Nova Francesa” (Althusser, Balibar, Bettelheim, Poulantzas, etc.). Implícita nesse conceito figura a ideia de *estrutura regional*, que permite falar de região nestes termos: “é uma região de articulação de relações sociais que não dispõe de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, todavia, as contradições secundárias entre as classes

dominantes locais” (LIPIETZ, 1988, p. 39). Neste sentido, seguindo o pensamento de Gramsci (1987), o autor argumenta:

Vemos assim que o modo de produção capitalista não domina e não explora do mesmo modo todo o campesinato. *E não tem interesse nisso*. Na “burguesia rural”, produzida a cada fase da articulação pelo prosseguimento do movimento de decomposição, ele encontra *aliados*, correspondentes, representantes de sua ideologia, em resumo, os elementos da constituição de um *bloco hegemônico* local. (LIPIETZ, 1988, p. 51)

Com base nas abordagens de Gramsci (1987) e de Lipietz (1988), pode-se observar que, na medida em que o capitalismo se desenvolve, pode tanto ocorrer extinção de determinadas atividades tradicionais, como o fortalecimento destas, envolvendo articulação com práticas capitalistas. É o caso do *bloco agrário* do Sul da Itália, de que fala Gramsci, e é o caso de regiões rurais francesas às quais se refere Lipietz.

Neste sentido, a ascensão dos setores da economia urbana ligados ao fenômeno da globalização, articulados em associações empresariais ou outras entidades, intervindo nas questões políticas da região metropolitana, permite falar também na ascensão de *blocos* em escala metropolitana. Estes setores passam a ganhar força e começam a agir em conluio com o Estado e outras frações de classe, dentre as quais destacam-se segmentos sociais tradicionais, como a mídia local e outros que ganham espaço em meio à correspondente conjuntura. Setores da economia como a construção civil, por exemplo, e todos os ramos que ela abarca (construtoras, empreiteiras, imobiliárias e etc.), acabam por ocupar um papel importante como motores da (re)produção do espaço

urbano e da própria manutenção da renda da cidade, especialmente devido aos seus efeitos na geração de emprego e em outras atividades.

Além disso, à medida que as cidades foram se metamorfoseando em cidades-empresas, foram se estabelecendo condições favoráveis para a valorização do capital, particularmente no âmbito do mercado imobiliário. Desta maneira, criaram-se condições para estas novas atividades se desenvolverem no âmbito urbano, um processo que se expressa também politicamente, podendo influenciar decisões da gestão municipal. Isso tende a acontecer especialmente quando estes setores se entrelaçam com outros, passando a constituir o que se pode aqui chamar, fazendo uso de uma certa licença de linguagem – e recorrendo diretamente às inspirações representadas pelas abordagens de Gramsci e de Lipietz –, de *bloco hegemônico metropolitano*. Considera-se que é possível observar a atuação de *blocos* dessa natureza no interior de entidades de representação dos interesses da Sociedade Civil, como é o caso da *Floripamanhã*. Essa atuação representaria a possibilidade de uma articulação de interesses com variadas frações de classe.

O fato é que estes *blocos* conseguem impor determinadas decisões ao Estado, a fim de beneficiar os processos de valorização do capital, que ganham suporte com o estágio globalizado do período atual. Na sua atuação o bloco conta com o apoio do Estado e das mídias locais, procurando caracterizar suas ações como de interesse “coletivo”. Assim, a atuação do *bloco* ganha certa legitimação social.

Esta noção procura na verdade articular ideias: de um lado o processo de empresariamento da gestão do espaço, fomentado pelo avanço do neoliberalismo; de outro os conflitos entre os diversos

agentes que (re)produzem o espaço urbano e a forma que se articulam afim de garantir a predominância de seus interesses sobre os demais. Desta maneira, a cidade-empresa ou a cidade-mercadoria, também é um reflexo das forças internas da sociedade das urbes, por um lado o fortalecimento e articulação de setores e segmentos sociais que ganham importância em meio a conjuntura de globalização, por outro os movimentos sociais e operários que agora aparecem fragmentados e enfraquecidos. Assim, observa-se um amplo espaço de manobra, em um cenário que favorece a atuação dos empresários, podendo muitas vezes orientar a construção de uma nova morfologia urbana, sendo o Estado um instrumento para valorização imobiliária e acumulação de capital. Conforme a discussão da seção a seguir procurará mostrar.

2.3 A CIDADE EM ERUPÇÃO

Nos estudos da (re)produção do espaço urbano ou da teoria da localização residencial como preferem alguns autores, é possível separar três explicações teóricas do processo de produção deste espaço, vinculadas a diferentes escolas de pensamento principalmente da economia. Estas podem ser divididas da seguinte maneira: a abordagem de inspiração neoclássica/ortodoxa (MISHKIN, 2007; CAPOZZA & HELSLEY, 1989; CAPOZZA & HELSLEY, 1990; FUJITA, 1985), a abordagem de inspiração keynesiana-schumpeteriana (SCHELLING, 1971; ABRAMO, 2007) e a abordagem da sociologia marxista (CASTELLS, 1983; LIPIETZ, 1988; HARVEY, 1980; HARVEY, 2005). Cada uma destas abordagens procura atribuir diferentes motivações para produção do espaço urbano ou escolha da localização residencial. O processo pode decorrer de um incremento populacional

que afeta o preço da terra e obriga uma parte da população a migrar para outras regiões, ou o próprio aumento do crédito imobiliário pode aquecer o mercado e provocar transformações na dinâmica da produção do espaço. Todavia, as maiores diferenças podem ser observadas na forma como o próprio espaço é concebido e nos atores que atuam em meio a este espaço.

2.3.1 Abordagens de inspiração neoclássica (ortodoxa)

A abordagem de inspiração neoclássica parte de uma concepção de espaço em geral euclidiana, com duas dimensões, e discreta, o que significa dizer que este espaço contempla um conjunto de pontos, em geral finitos, em que se pode definir, por exemplo, uma distância ou um fluxo. Segundo Lipietz (1988), “Na realidade, espaço discreto e espaço euclidiano nada mais são do que duas formas refinadas de uma mesma percepção empirista de um espaço homogêneo, isótopo, neutro, no qual se desenvolveriam os fatos econômicos.” Desta maneira, o espaço é visto como plano e consumível, um cenário onde se desenrolam os fatos econômicos, sem maiores preocupações, aparentemente, com a possibilidade ou não de sua ocupação.

Neste sentido, os teóricos argumentam que as motivações para uma mudança de localização (de residências ou mesmo de outras manifestações de uso do solo urbano) encontram razão em uma possível elevação do preço da terra, decorrente do crescimento exponencial da população (CAPOZZA & HELSLEY, 1989), ou em uma expansão do crédito imobiliário (MISHKIN, 2007), o que, por consequência, provoca a migração da população para outras áreas. Isto acontece porque, com a

elevação do preço da terra, elevam-se também os custos de permanência (de vida) nos espaços implicados.

Além disso, na visão ortodoxa a habitação é vista como um ativo. Sendo assim, o agente, que se comporta racionalmente, em um mercado de informações simétricas, tenderá a optar, conforme as abordagens efetuadas conforme tal perspectiva teórica, por vender a sua morada atual, no caso de uma escalada de preços. Em outras palavras, considera-se que as pessoas sabem exatamente o quanto o preço irá subir, e, por isso, elegem a opção que em média maximize a sua utilidade, levando em conta aspectos como acessibilidade e preço do imóvel, na interação entre ambos os balizamentos.

2.3.2 keynesiana-schumpeteriano (heterodoxa)

A abordagem de inspiração keynesiana-schumpeteriana une o conceito de incerteza radical, de Keynes, com uma categoria criada por Abramo (2007) sob a inspiração do pensamento de Schumpeter, o dito empresário urbano schumpeteriano. Nesta abordagem, as pessoas buscam externalidades de vizinhança, que provêm de similitudes sociais, culturais e econômicas. Pode ocorrer, entretanto, que um cidadão opte por morar em um bairro de classe mais alta, para se aproveitar de externalidades positivas, por exemplo, projetando que seus filhos formem melhores relações para o futuro. Tal possibilidade poderia ser explicada pela teoria de rede de Granovetter (1983), segundo a qual os atores se aproveitam da chance de criação de laços (mesmo fracos) com pessoas de classe mais alta, vislumbrando oportunidades que levem à ascensão social.

Desse tipo de situação surgem duas possibilidades: na primeira a população pode incorporar a família ou a pessoa ao estilo de vida do bairro; na segunda, a migração dessa pessoa pode ser encarada como uma externalidade negativa pelos cidadãos do bairro ou da localização em questão, que enxergam nessa “invasão” um vetor de depreciação dos imóveis da região, o que obrigaria os cidadãos a buscarem lugares, onde possam encontrar as externalidades das quais desejam. Neste sentido, esta “desordem migratória” pode gerar para o mercado imobiliário uma incerteza urbana radical.

Entretanto, este é um caso particular desta abordagem, para a qual o maior causador de migrações intra-urbanas é o empresário urbano schumpeteriano. Este ator, em parceria com arquitetos, urbanistas, paisagistas, engenheiros, entre outros, é o principal responsável pela proposição de diferenciações na mercadoria habitação. Criando e construindo condomínios ou bairros que possuam diferenciações ou inovações, de maneira que provoque uma depreciação no estoque de imóveis existente. Tornando a nova habitação mais atraente que a velha, assim fazendo com que os cidadãos que estão à procura de externalidades positivas venham a optar pelas novas moradias. Todavia, nem o empresário urbano schumpeteriano, nem o cidadão que eventualmente busque se inserir em vizinhanças de maior poder aquisitivo, possuem total certeza sobre o movimento que outro irá fazer. Por isso, Abramo (2007) argumenta que no mercado imobiliário os agentes não agem conforme as antecipações racionais.

Todavia, ainda não fica claro, nesse tipo de abordagem, como os agentes convencionam a ideia de que tal área será habitada somente por “semelhantes”, sem vir a ser ocupada por alguém de outra classe.

Para contornar este problema, Abramo (2007) utiliza-se do conceito de corredor, segundo o qual os atores estabelecem referências numa espécie de índices de surpresa potencial, os quais “servirão de base para determinar pontos focais de perda e ganho”, muito embora o autor não diga que ator estabelece estes índices. Assim, a decisão de localização ou migração parte de um julgamento subjetivo, que pode se confirmar a medida que os cidadãos percebam que não há distúrbios na escala social do bairro que possam provocar uma externalidade negativa, ou ao contrário, pode haver a percepção de externalidades negativas que impossibilitem a migração intra-urbana e assim possibilitem o fracasso do empreendimento. Neste sentido, a medida que mais pessoas de uma mesma classe social dirigem-se ao empreendimento, mais pessoas passam a se interessar e a querer se mudar para lá, formando uma espécie de corredor.

A ideia, neste sentido, diverge da abordagem neoclássica/ortodoxa, pois os agentes não se movem racionalmente. Eles formulam, isto sim, uma expectativa que vai se confirmando cronologicamente, à medida que o risco potencial de surpresa vai diminuindo. A teoria também diverge da sociologia marxista, todavia esta abordagem será tratada na subseção a seguir.

2.3.3 A sociologia Marxista

No caso da terceira abordagem, a da sociologia marxista, parte-se de algumas considerações de Marx e Engels em torno da questão urbana e habitacional. No capítulo “A lei geral da acumulação capitalista”, Marx (2011) faz referência a uma dinâmica urbana que em muito se assemelha ao que se passa nas ditas “cidades globais” da

atualidade. Ele, assim como Engels (1988), entende que os melhoramentos urbanos valorizam as áreas onde ocorrem e seus entornos, elevando o custo de vida dos que moram nela: os aluguéis passam a ser mais caros, o comércio local eleva seus preços e o trabalhador se vê forçado a se mudar para as franjas da cidade. Quanto maior é o grau de acumulação de capital dos capitalistas, maior é a força deste processo, e mais distante e precária são as condições de vida do trabalhador.

Dito dessa maneira, pode parecer que a concepção marxista se aproxime da perspectiva ortodoxa. Todavia, essa possibilidade se dissipa quando se observa que Marx, neste capítulo, não estava preocupado com o processo de urbanização, e sim com a formação do exército de reserva, um elemento essencial na discussão sobre a lei geral de acumulação capitalista. Neste sentido, autores marxistas, como Harvey (1980; 1996), Lefebvre (2008), o jovem Castells (2014) e Lipietz (1988), procuram qualificar as considerações de Marx e Engels em relação ao espaço urbano e o fazem considerando: em primeiro lugar, que o espaço, como aponta Lefebvre (2008), tem natureza política e ideológica; e em segundo, que é essencial a ação de um agente praticamente desconsiderado nas concepções anteriores, o Estado.

Com relação ao primeiro aspecto, esta discussão bate de frente com a concepção empirista de espaço, que permeia as abordagens de inspiração ortodoxa, nas quais se pensa o espaço como neutro. Nesta abordagem, é necessário pensar o espaço como socialmente construído, em um processo histórico que, como Lefebvre (2008) argumenta, ordenamentos jurídicos são respeitados. Em síntese, isso significa dizer

que o espaço não é livre, e sim de dominação; que o espaço não é neutro, e sim tem “carga” política e ideológica. Nas palavras deste autor:

O espaço é político e ideológico. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade pura tal como constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada a produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, com algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo. (LEBFREVE, 2008; p. 62)

Desta maneira, o espaço se mostra construído por pessoas, ou seja, ele é socialmente produzido, apresentando-se como “resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORREA, 2003, p. 11). No capitalismo, segundo Correa (2003), é possível fazer uma distinção (teórica, sobretudo, mas que é útil para guiar o olhar sobre a realidade) entre cinco grupos de atores diferentes que “produzem e consomem o espaço”, destacando-se que a dinâmica do processo depende fundamentalmente da acumulação de capital. Tais atores são os seguintes:

- (a) Os proprietários dos meios de produção, como grandes industriais;
- (b) Os proprietários fundiários;
- (c) Os promotores imobiliários;
- (d) O Estado e;

(e) Os grupos sociais marginalizados¹¹.

Estes são os agentes responsáveis por (re)organizar e (re)produzir o espaço urbano, mas vale lembrar que o espaço em que operam não é neutro, e é objeto de marcos jurídicos que em grande medida refletem os interesses dos agentes dominantes. Estes agentes representam na maioria das vezes interesses muito distintos, que podem vir a causar conflitos, bem como existem também “denominadores comuns que os unem: um deles é apropriação de uma *renda da terra*” (CORRÊA, 2003 p. 12). Todavia, na estilização de Corrêa (2003), isto pode ocorrer somente entre alguns destes agentes. Em outros casos, conflitos podem emergir, como a elevação da renda fundiária pode agradar (b), todavia isso normalmente vai de encontro com os interesses de (a), nestes episódios o Estado passa a mediar tendendo a favorecer (a). Há também a forma com que os grupos sociais marginalizados (e) participam da produção do espaço, como por exemplo no caso das favelas, em que estes grupos “tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e despeito de outros agentes” (CORRÊA, 2003, p.30).

O autor ainda recorda duas coisas: primeiro, que no atual estágio do capitalismo ocorre uma integração entre grandes capitais industriais, financeiros e imobiliários que administram e produzem o espaço, e, assim, neste sentido, “muitos dos conflitos entre aqueles

¹¹ Corrêa usa o termo “grupos sociais excluídos”, eu particularmente prefiro utilizar o termo marginalizados, pois não é que estes grupos estejam excluídos da sociedade capitalista, eles representam um valioso exército de reserva que permanece na margem do sistema.

agentes supramencionados desaparecem” (CORRÊA, 2003 p. 13); e em segundo:

(...) é importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe. (CORRÊA, 2003 p. 13)

Portanto, a dinâmica espacial urbana do capitalismo, como também afirma Lipietz (1988), possui um marco jurídico que garante o direito de propriedade e permite aos capitalistas - nos estágios mais antigos do capitalismo, no que ele chama de estágio concorrencial - atribuir um tributo diferencial exógeno, que trata-se do preço cobrados pelos imóveis que o capitalista imobiliário produz ou faz produzir. Este preço define o nível social do bairro (vizinhança), e impacta no preço dos terrenos e aluguéis, garantindo-lhe um superlucro. Assim, a escala social do bairro não teria relação com o julgamento subjetivo do cidadão, mas refletiria o tipo de rendimento que interessa ao promotor imobiliário.

Quando um setor já está “marcado” na divisão do espaço pelo tipo de habitação que nele se constrói, o preço do solo, já construído ou não, eleva-se ao nível suscitado por esse tipo de habitação. Mas, por seu turno, o preço do solo (o tributo exigido) torna impossível todo o uso hierarquicamente inferior do solo. O mecanismo de tributo diferencial é então o operador econômico da reprodução da divisão social do espaço, assegurando a adequação da escala social do bairro. (LIPIETZ, 1988, p. 138)

Isto relativiza em muito a ideia que Abramo (2007) procura defender, de que o mercado imobiliário é coberto por uma incerteza radical, comparável só ao mercado de capitais, e que as decisões dos agentes dependem da percepção quanto ao ambiente que ali se procura estabelecer. Seria mais razoável pensar que, por exemplo, o insucesso de um investimento imobiliário pode estar muito mais atrelado a outros fatores (como depressão econômica) do que à incerteza radical considerada pelo autor.

Todavia, o direito garantido juridicamente ao proprietário, permitindo-lhe atribuir um tributo diferencial exógeno, muitas vezes pode funcionar como um empecilho para a classe capitalista, pois este tributo pode vir a ser um custo crescente da produção de mercadorias ou em investimentos imobiliários, muitas vezes impedindo efetivação de um empreendimento, por exemplo. Todavia, à medida que o capitalista concorrencial se converte em capitalista monopolista, na teorização proposta por Lipietz, e que o território passa a interessar à execução de grandes investimentos imobiliários (como a criação de um grande empreendimento imobiliário ou comercial, zona portuária, etc.), esse tributo já não representa um constrangimento maior. O que passa de fato a constrianger a ação do capitalista monopolista imobiliário é a necessidade de infraestrutura urbana na área, ou, caso esta já exista, a necessidade do seu melhoramento. Lipietz (1988) aborda essa questão falando em tributo diferencial endógeno, remetendo diretamente à atuação do Estado, cuja ausência comprometeria irremediavelmente a realização de lucros elevados (ou superlucros, como prefere o autor).

Em relação a isto, vale lembrar a frase de Marx e Engels (2008, p.12) no Manifesto do Partido Comunista, segundo a qual “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”. O Estado sob a ótica marxista é, sobretudo, um instrumento da classe dominante para favorecer a incessante busca do capital pelas condições propícias à acumulação. Mas, também, ele é produto da divisão do trabalho, das contradições entre o interesse particular e o interesse coletivo, os quais em muitos momentos obrigam-no a atuar como “mediador” de conflitos, todavia sempre tendendo a garantir, nas suas várias atividades, o prosseguimento do processo de acumulação.

Neste sentido, a disponibilidade de alguma infraestrutura social para as classes dominadas exerce a função de aliviar as tensões, que são inerentes do capitalismo. Conforme aponta Jaramillo (1986), na produção de habitações (ou de espaço), a burguesia costuma agir em conluio com o estado para realizar melhoramentos urbanos, através dos Meios de Consumo Coletivo Urbanos (MCCU) ou o seu aperfeiçoamento, e segundo Lipietz (1988), o fazem de duas maneiras que podem funcionar simultaneamente: pelo financiamento da obra pelo Estado, via subsídios; ou o próprio Estado se encarrega da construção de estradas rodovias, vias de acesso, ônibus, metrô e etc. Assim, avança-se no equacionamento do problema causado pelo tributo diferencial endógeno, haja vista a mediação do Estado.

Quando ocorre a renovação ou melhoramento urbano de áreas antigas, ocorre também a valorização da região (gentrificação), de maneira que muitas pessoas se veem compelidas a se transferir. Porém, como a classe dominante, junto com o estado, tende a definir onde

incidirá a infraestrutura, ela acaba por determinar também por quais direções irão escoar a migração. Neste sentido, a classe dominante em conluio com o Estado consegue criar, muitas vezes, a sua própria demanda. Se isto ocorre de maneira generalizada, e além disso, se este processo vier acompanhado de um crescimento populacional elevado, é possível que o usuário, quando for se mudar, encontre em outros bairros o preço dos imóveis em elevação. Desta forma, é provável que a elevação dos preços seja tão grande que muitas pessoas sejam forçadas a se deslocar para bairros muito distantes, para poder desfrutar de condições mínimas de infraestruturas e relações sociais. Este processo, quando generalizado em diversos pontos da cidade, provoca uma “erupção migratória”, que pode inclusive vir a ampliar o território da cidade e de toda a área metropolitana. É como se um efeito em cadeia produzido em várias áreas da cidade, pudesse modificar as escalas sociais dos bairros, onde antigas regiões que antes eram reconhecidas por serem de classe média e baixa, agora podem vir a se tornar uma região nobre. Isto ocorre à medida que uma população de mais alta renda começa a migrar para outra região, fruto de um processo de gentrificação. Ou que a valorização obrigue os contingentes migratórios recém chegados à cidade, em optar por morar em regiões bem distantes dos principais núcleos urbanos. Todavia, deve-se notar que este processo tende a precarizar as condições de vida das classes subalternas, à medida que estas classes se distanciam dos polos que concentram a maior parte das atividades da cidade.

Note que nas três abordagens, o processo sempre acaba em alguma transferência da população, embora as causas apresentadas sejam diferentes. No caso dos marxistas, acredita-se ter, uma explicação

mais aprofundada do processo. Ao provocar uma elevação do valor dos preços dos imóveis, cria-se uma demanda por nova habitação dado o processo de gentrificação, neste sentido o capitalista imobiliário opera de maneira a ofertar uma habitação que seja solvável a este contingente de pessoas. Se somarmos a isto: um crescimento populacional elevado, a tendência é que a elevação dos preços se espalhe para outras regiões. No caso, de um contingente de pessoas de classe média, é possível optem por bairros de classe mais baixa e que estes bairros passem a ser considerados agora de classe média, e isto se repete como um efeito dominó, podendo inclusive elevar o território “ocupado” e “edificado” da região metropolitana. Desta maneira, o capitalista cria a sua própria demanda e pode determinar também para aonde vai direcioná-la. É como se este ser (a classe capitalista), que não passa de uma engrenagem para a acumulação, fosse capaz, através das próprias contradições que o capitalismo produz, fazer um vulcão entrar em erupção, e ainda por cima definir a forma do relevo, para que assim possa determinar por onde a lava vai escoar. Desta maneira, este espectro da natureza, sem rosto e sem feições, direciona para aonde irá surgir uma nova estrutura “geológica”, modificando e até expandindo toda a morfologia da cidade.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades globais são a forma como o novo regime de acumulação capitalista se expressa em sua dimensão espacial urbana, e para entender a metamorfose pelas quais as urbes passam se faz necessário compreender o componente político desta nova geografia urbana. Isto não é novo, pois, como já foi dito, o espaço sempre possuiu

uma natureza política, associada à existência de relação jurídica e de propriedade, que reflete uma relação de dominação entre proprietários e não proprietários. Por isso, as transformações dentro das cidades devem ser entendidas, também, como um conflito entre classes (capitalista, rentista e trabalhadora), onde as classes dominantes conseguem (na maioria dos casos) impor seus interesses sobre as dominadas. Assim, as transformações das cidades devem ser observadas sobre o prisma de uma Economia Política Urbana.

No regime atual, o que pode ser observado com relação às transformações das cidades e à (re)produção do espaço urbano, pode ser assim resumido:

- 1- As novas tecnologias e a liberalização da mobilidade de capitais, bem como as instituições que acompanharam o novo regime de acumulação capitalista, contribuíram para submeter países e cidades a um jogo no qual se provocou uma dependência estrutural ao capital internacionalizado. Assim, as cidades que conseguem oferecer as melhores condições para a valorização podem desempenhar papéis de verdadeiras metrópoles globais.
- 2- A decomposição produtiva, em diversas partes do mundo, possibilitou um tipo de acumulação em redes/cadeias em escala supranacional. As cidades que incorporavam os principais elos destas cadeias (nós) formaram verdadeiras redes de inter cruzamentos, o que também impulsionou outras atividades, que ganharam importância.

- 3- A necessidade de criar espaços (concentrados) para estas atividades alterou a configuração urbana da cidade nucleada (fordista), para uma polinucleada e onde áreas periurbanas passaram por um processo de valorização. Neste sentido, o *empresariamento* das cidades e uma gestão pública baseada nos princípios do *planejamento estratégico urbano*, atua como condição necessária para esta metamorfose. Visto que isto vinha também de acordo com os interesses de um *bloco hegemônico metropolitano*, composto pelas classes dominantes locais, articulados com o capital internacional e demais frações de classe, que passou a ganhar força dentro deste novo modelo de cidade.
- 4- Este regime, ao qual as cidades se incorporaram, e que deu força às burguesias locais, fortaleceu processos de valorização de terras, desencadeando em diferentes circunstâncias deslocamentos de contingentes dentro das áreas urbanas. Entretanto, o que define a direção deste processo é o Estado em conluio com a burguesia metropolitana, que nesta nova configuração ganha musculatura, e, assim, os interesses da classe capitalista prevalecem em detrimento dos outros.
- 5- A fragmentação e a despolitização dos movimentos operários e sociais contribuíram para o avanço dos preceitos neoliberais, impondo à sociedade civil os interesses do capital. Isto também se reflete na forma como o espaço urbano tem se configurado, agravando cada vez mais a segregação e a desigualdade entre classes.

Estas considerações tiradas a partir das discussões dos autores da “nova questão urbana” e outros que abordam assuntos relacionados a esta pesquisa, permite observar um cenário global em que Florianópolis está inserida. Neste sentido, os próximos capítulos procurarão apontar a incidência dos fenômenos e transformações apontados aqui, como por exemplo as modificações na forma como espaço é gerido, ou mesmo, a ampliação da área urbano edificada, fruto de processos de gentrificação e do crescimento populacional elevado. Além disso, oferece um quadro teórico e analítico que nos permite também entender os movimentos dos atores sociais que produzem espaço em Florianópolis, inclusive as articulações dos setores dominantes da cidade junto a segmentos sociais. Neste aspecto, a Floripamanhã possui um papel fundamental e desta maneira pode-se falar em *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis.

3 O PROCESSO DE CRESCIMENTO URBANO-TURÍSTICO EM FLORIANÓPOLIS

No capítulo anterior foram apresentados os temas que envolvem a problemática da questão urbana em um contexto de mundialização do capital, o presente capítulo procura elucidar a partir desta discussão as transformações históricas que vem ocorrendo no meio urbano de Florianópolis. Procura-se discorrer sobre as modificações na paisagem urbana da Ilha de Santa Catarina e da região, a partir de uma recapitulação histórica demonstrando como se deu a passagem do território rural para o urbano. Observa-se, conforme Reis (2012), que este processo se deu por via de crescimento urbano-turístico, que impulsionou os setores do turismo e da construção civil. Contudo, os períodos mais recentes (anos 2000's), com advento do setor das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) apontam para novas transformações no meio urbano.

Em linhas gerais, observa-se que o processo de crescimento urbano em Florianópolis foi estimulado pelo Estado em conluio com as classes dominantes locais, que possuíam fortes interesses em explorar o potencial turístico que os balneários da ilha ofereciam, especialmente os do norte. Isto redundou na emergência não apenas do setor do turismo, mas também do próprio setor da construção civil, que se formou a partir da expansão da área urbana para as antigas áreas rurais e pesqueiras da ilha e do continente.

No período mais recente ocorre a ascensão do setor tecnológico, e junto com ele percebe-se a animação de certos órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis em lançar mão do setor, de maneira a

promove-lo em propostas e projetos para determinadas regiões da Ilha de Santa Catarina. Embora a animosidade com o setor das TIC's e as possibilidades de desenvolvimento que este "novo" setor oferece, o que se verifica ao final é o reforço de antigas tendências de ocupação do espaço urbano florianopolitano.

O capítulo está dividido em cinco partes, sendo que as duas primeiras procuram analisar o período que vai da década de 30 até 70, que se observa as primeira tentativas esporádicas de se explorar o turismo na região, até o período da década de 70, quando crescimento urbano-turístico explode em Florianópolis. Nas seções três e quatro trata-se de um período de inflexão, quando se observa a emergência do setor tecnológico na ilha e as tentativas de realizar um planejamento estratégico urbano, aos moldes da cidade neoliberal. Verifica-se que as propostas que agradam os principais setores empresariais do município começam a sofrer resistência, à medida que o processo de redemocratização do país avança, obrigando inclusive o redirecionamento dos ambiciosos projetos do sul da ilha, voltando-se mais uma vez para o norte. A última seção trata das considerações finais do capítulo.

3.1 PERÍODO DE "INDECISÃO": ANOS 30 E 40

A rigor, a primeira e tímida demonstração de interesse em explorar o potencial urbano-turístico de Florianópolis foi no final da década de 20, com a construção do Hotel Balneário Canasvieiras, no próprio distrito de Canasvieiras (BITENCOURT, 2005). Esta primeira experiência apresentou os desafios que os interessados na exploração deste potencial iriam enfrentar, dentre eles a necessidade de dotar a

região dos Meios de Consumo Coletivo Urbano (MCCU). As obras de infraestrutura, especialmente as viárias, impulsionaram a modificação da paisagem de Florianópolis e região, a construção da Ponte Hercílio Luz em 1926, foi uma das primeiras e mais marcantes.

Antes da construção da ponte que liga a região continental com a insular, o que hoje se entende por região conurbada de Florianópolis¹² ainda era predominantemente rural e pesqueira, onde se plantava mandioca, arroz, feijão e cana de açúcar. No caso da região central da ilha de Santa Catarina¹³ era a área mais urbanizada e recebia parte do excedente rural e pesqueiro, que era produzido no interior insular e no continente, transportado por carroças (como no caso do Campeche) ou pelas águas das baías norte e sul. Desta forma eram levadas as mercadorias produzidas no interior e no continente até centro da cidade, onde eram comercializadas (BITENCOURT, 2005; AMORA, 1996; SUGAI, 2015).

Com a construção da ponte Hercílio Luz, altera-se em grande medida a dinâmica de toda região. Aos poucos o comércio pelas baías vai sendo substituído pelo transporte viário até a ilha, e assim a economia da região continental começa a sofrer com o impacto do comércio rodoviário, que conseguia alcançar maiores distâncias. Isso contribuiu para uma estagnação, na primeira metade do século XX, na atividade econômica dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu (SUGAI, 2015 p. 53). Também verifica-se que se altera, ao longo do tempo, desde então, a estrutura econômica da capital do estado, antes

¹² Conurbação é fenômeno do urbanismo que significa a unificação da malha urbana entre duas ou mais cidades, no caso Florianópolis, apresenta uma conturbação com seus municípios vizinhos (São José, Biguaçu e Palhoça).

¹³ Na época era apenas as localidades próximas ao mercado público.

predominantemente comercial e pós 1930 o setor público passa a predominar como fonte de emprego sobretudo (PELUSO JÚNIOR, 1991, p. 332).

Com relação aos aspectos urbanos, o que se verificou inicialmente, segundo Sugai (2015 p.67), foi a “expansão urbana do Distrito do Estreito, pertencente ainda a São José.” Já antes mesmo da construção da ponte, quando as primeiras ruas eram abertas, era possível observar o loteamento de terras para negociação nessa parte da porção continental mais próxima a Florianópolis (SOARES, 1990, p. 28). Conforme Sugai (2015, p. 67):

Proprietários fundiários começaram a lotear suas grandes extensões de terra, algumas, em áreas semirrurais. Além desses moradores do bairro, que negociavam lotes para os setores populares, surgiram novos investidores imobiliários, advindos das camadas mais ricas e influentes de Florianópolis¹⁴. Esses investidores lotearam e comercializaram, poucos anos depois, as áreas dos atuais bairros do Balneário Coqueiros e adjacências.

Neste sentido, se verifica uma expansão urbana na atual parte continental de Florianópolis e na região central da parte insular da cidade, bem como uma forte exploração imobiliária nestas áreas, estimulada pela infraestrutura que acompanhava a construção da ponte.

¹⁴ Sugai (2015, p.67 e 68) em nota de rodapé escreve: “Entre outros, o ex-governador Fúlvio Aducci que, tendo sido deposto pelo movimento político de 1930, começou a investir em negócios imobiliários no Balneário Estreito. Também os ex-governadores Aderbal Ramos da Silva, Nereu Ramos e Celso Ramos compraram e comercializaram terras. A maior madeireira do Estreito, na década de 1940, pertencia ao ex-governador Celso Ramos, irmão de Nereu, na época interventor do Estado (SUGAI, 1994).”

Todavia, no que diz respeito ao acesso a outras regiões, como o interior insular, os relatos apontam para uma quase impossibilidade de locomoção por vias terrestres, sendo mais fácil chegar ao centro por meio de embarcações do que por carroças ou carros. Neste sentido, conforme Sugai (2015, p. 69), as frações da classe dominante local - que são as camadas de alta renda segundo a autora - se voltavam na época para as localidades as quais a ponte dava acesso, na orla norte da parte continental, distante da zona portuária e do matadouro que existia na região sul. Outras frações da alta camada florianopolitana, procuraram também adquirir ou se apropriar de terras comunais nas diversas praias da ilha, em grande medida na região norte, próximo a Canasvieiras (SUGAI, 2015, p. 70).

Outro fato muito importante de se destacar é a migração da população de mais baixa renda, que viviam nas encostas dos morros, para as áreas do atual bairro Estreito no continente, apresentando pela primeira vez um desdobramento recorrente do processo da urbanização da Ilha de Santa Catarina. Enquanto isso, mesmo com a intensificação imobiliária no continente, as casas das elites locais continuavam a se localizar, tradicionalmente, na Praia de Fora, no norte da baía.

O que se verifica na verdade neste período, segundo Sugai (1994), era a “indecisão” das frações das classes vinculadas ao capital imobiliário em direcionar a expansão residencial para ilha ou para o continente. Este processo inclusive culminou na anexação do Distrito do Estreito, pertencentes ao município de São José, agora pertencente a Florianópolis. Em grande medida o que contribuía para a “dúvida” eram:

(...) os obstáculos para expansão urbana nas áreas centrais da cidade, na península central da ilha. Havia grandes vazios urbanos localizados no norte da área administrativa-comercial, propriedades que ainda eram resquícios das antigas chácaras. Essas propriedades também impediam a conexão viária direta entre a Ponte Hercílio Luz e a Praia de Fora, situada ao norte dessa península, e onde hoje se encontra a Via de Contorno Norte-Ilha. (SUGAI, 2015, p. 70)

Estas dificuldades complicavam a ligação do centro da ilha com a região de Canasvieiras, justamente onde se encontrava o Hotel Balneário Canasvieiras, uma das primeiras iniciativas empresariais de Florianópolis relacionadas ao turismo. De toda maneira, a experiência do hotel representou também um momento de aprendizado das elites que procuravam dar os primeiros passos em explorar o potencial urbano-turístico. A lição que ficou desta experiência foi a de que não se criam meios de hospedagem sem infraestrutura. Entretanto, já no final da década de 40 o processo de “indecisão” que parecia pender mais para o lado do continente, foi completamente alterado em função do potencial turístico que as praias do norte apresentavam aos olhos da classe de alta renda da cidade. Além do fato de que grande parte desta classe já havia adquirido lotes nestas regiões.

Estes processos que vinham se delineando ganham solidez no primeiro Plano Diretor de Florianópolis (1952-54), com a criação de uma avenida, que posteriormente ficou conhecida como Avenida Beiramar Norte (SUGAI, 1994). Veremos sobre isto na seção seguinte.

3.2 CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO-TURÍSTICO: DÉCADAS DE 50, 60 e 70

Em paralelo ao plano diretor, o interesse das elites florianopolitanas crescia sobre os balneários do norte e nordeste. Nas décadas de 50, 60 e 70 foram implantados prédios públicos, além de executadas várias obras viárias, a fim de induzir uma valorização rumo ao norte e suprimir o “prejuízo” causado pela concentração dos aparelhos públicos considerados depreciativos, como por exemplo o Cemitério Municipal São Francisco de Assis no bairro Itacorubi, a Penitenciária Estadual no bairro da Agrônômica e o Abrigo de Menores (Fundação Catarinense do Bem-estar do Menor – FUCABEM) em 1940, também na Agrônômica. Alguns dos quais haviam sido deslocados para região norte do núcleo central insular no período de construção da ponte Hercílio Luz. Justamente na direção em que tendera a ocorrer a expansão das áreas residenciais, ao longo das décadas de 60 e 70.

Segundo Sugai (2015, p. 73) o Plano Diretor de 1952-1954, se limitava apenas ao núcleo central urbano de Florianópolis, no continente e na parte insular, previa a construção de um aterro na parte continental norte, entre a Ponta do Leal e a Ponte Hercílio Luz, em que se instalaria um moderno porto, além de atividades industriais e comerciais. Na região insular o plano se limitava apenas à parte central (península), com um eixo viário que conectava o continente, na região portuária, até onde era o aterro do Morro da Cruz, aonde seria a *futura* universidade, contornando a orla sul, em uma Via-Tronco. Além disso, previa a construção de uma avenida de duas pistas conectada à Via-Tronco Sul, contornando o norte da península, hoje conhecida como Avenida Beiramar Norte, onde seria um espaço residencial com edificações com até 8

gabaritos, só perdendo para região portuária, aonde se poderia construir até 12 gabaritos (SUGAI, 1994).

Dentre as propostas viárias mais importantes, apenas uma foi executada, justamente a Avenida Beira-mar Norte – também foi realizada a conexão entre Avenida Rio Branco e Ponte Hercílio Luz. Isto é um dos pontos que indicam que na década de 50 os interesses imobiliários pela região norte da ilha começam a crescer, especialmente porque a via facilitava o acesso às praias e também valorizava uma região tradicionalmente das classes mais abastadas da ilha.

Outros pontos que levam a esta mesma constatação, são as obras viárias ligando a Via de Contorno norte-ilha (Beira-mar Norte) aos balneários do norte e nordeste, inclusive dando indícios de como era a relação dos empresários com o Estado na época. Em entrevista feita por Bitencourt (2005, p. 94) com um importante empresário da região, José Carlos Daux, quando questionado a respeito do interesse de sua família em investir no norte da ilha, este respondeu: “pelo viés econômico [...] todo mundo que tentou falhou. E eu consegui, mas teve o dedo de Deus”. Em seguida, o comentário de Bitencourt referente à resposta do empresário é preciso: “*O dedo de Deus* mencionado pelo senhor José Carlos Daux resume o corpo administrativo do governo do Estado.” Ao prosseguir a entrevista o empresário também conta da sua boa relação com alguns governadores de Santa Catarina, especialmente aqueles ligados à família do ex-governador Ivo Silveira (BITENCOURT, 2005, p. 96).

A entrevista é no mínimo curiosa, pois o que se observa no decorrer destes anos é o Estado financiando ativamente diversas obras públicas, as quais conjugam dois aspectos do crescimento urbano e

econômico da região: primeiro representam os primeiros passos rumo a construção de infraestrutura necessário para a ocupação e exploração dos balneários do norte da ilha (SUGAI, 1994); segundo, no período de meados da década de 60 até o fim da década de 70 é possível perceber o desenvolvimento da indústria da construção civil (CAMPOS, 2009) e os primeiros turistas a frequentarem os balneários da ilha (BITENCOURT, 2005).

Um exemplo, que reflete o primeiro aspecto, é a decisão de instalar um campus universitário na cidade – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No período que antecede a instalação da UFSC, havia um intenso debate sobre a localização de seu *campus*. O Plano Diretor (1952-54) previa a sua construção na região central, com arquitetos e urbanista oriundos de Porto Alegre, que foram responsáveis pela elaboração do plano, se posicionando favoravelmente a esta localização. Argumentavam que a realidade brasileira era diferente das de outros países e que os estudantes no Brasil tinham que se dividir entre o estudo e o trabalho, razão pela qual a localização do campus não poderia ser distante da região central, onde se concentrava a maior parte das atividades econômicas (NECKEL & KÜCHLER, 2010).

Sugai (2015) argumenta que havia muitos interesses envolvidos na construção deste campus, pois uma instituição deste porte provocaria alterações na economia e na dinâmica imobiliário de Florianópolis. Este tipo de instalação promove certos efeitos, que pode muito bem alavancar o comércio e o mercado residencial de uma determinada região, além de

possibilitar uma série de investimentos de grande envergadura para a cidade¹⁵.

A verdade é que a região da atual da UFSC era uma área estratégica para elite da capital do Estado, pois se tratava de um ponto aonde ocorria a ligação entre o centro e a costa norte e leste da Ilha. Conforme aponta Sugai (1994, p. 238), desde o final da década de 40 já vinha sendo aprovada uma série de loteamentos nesta área, o que confirma os interesses das classes mais abastadas, e que apesar das acaloradas discussões, a universidade acabou sendo erguida na região do bairro Trindade, distante da área proposta no plano. Junto com ela vieram também a construção de vários prédios de órgãos e empresas públicas na região. Na década de 60, além da UFSC foram construídas: a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), ambas no bairro Itacorubi, que também é zona de acesso ao norte e leste da ilha; além da Eletrosul, no bairro Pantanal, e outras repartições.

Na década de 70 e começo de 80, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região de Florianópolis, foram feitos inúmeros investimentos. Sobretudo, destacam-se os rodoviários, com recursos federais e estaduais, em toda a grande Florianópolis. Dentre os principais:

- a) **BR 101** (1971), faz a integração regional e nacional com a grande Florianópolis;

¹⁵ Fato este que se confirmou mais tarde, pois durante muito tempo o orçamento da universidade foi muitas vezes maior que o da prefeitura (SUGAI, 2015).

- b) **SC-401 Norte** (1974), efetua a ligação entre a região central com os balneários Canasvieiras e Ingleses;
- c) **SC-401 Sul** (1974), liga o centro ao Aeroporto;
- d) **Ponte Colombo Salles** (1975), segunda ponte ligando a ilha ao continente;
- e) **SC – 404** (1974), conecta a SC-401 Norte, passando pelo bairro Itacourubi, com a Lagoa da Conceição, situada no leste da Ilha;
- f) **SC – 406**, início da década de 80, faz a ligação dos balneários norte da Ilha (Ingleses e Santinho) com os balneários da costa leste (Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição e Campache) e os do Sul (Armação e Pantâno do Sul);
- g) **Via de Contorno Norte-Ilha**, 1981, conecta a Ponte Colombo Salles, contorna o norte de toda a região central, duplicando a avenida a antiga avenida Beira-Mar Norte e seguindo até o entroncamento da SC - 401 com a SC - 404, com uma derivação que contorna o Morro da Cruz até o campus da UFSC.

Outras obras também foram bastante significativas, como o aterro continental que projeta uma beira-mar ligando Coqueiros à Beira-mar do Estreito, a rodovia SC 402 no balneário Jurerê, a SC 403 que faz a ligação entre SC 401 e Canasvieiras e também a SC 405 entre o Aeroporto, Campeche e Ribeirão da Ilha. Todas estas obras tem um papel importante na formação econômica da cidade de Florianópolis e de sua região conurbada, pois consolidaram as vias de ligação aos principais balneários, cujos impactos são percebidos até hoje.

Importante ressaltar que embora o processo de crescimento urbano-turístico se deu sobretudo nos balneários do norte e nordeste da ilha, é

necessário enaltecer que este fenômeno não se limitou a apenas a esta região, bairros como Campeche e Rio Tavares, no sul da ilha, também passaram por um processo de urbanização, de maneira mais lenta é verdade. Inclusive houve a proposta, encabeçada pelo arquiteto e Coronel Luis Felipe da Gama Lobo D'Eça, de um Plano de Desenvolvimento Integrado que incluiria um Setor Oceânico Turístico, cujo eixo prioritário seria uma ligação entre o continente e toda a região da grande Florianópolis (através da construção da BR 101) com a parte sudeste-leste (Campeche e Rio Tavares). Segundo Sugai (2015, p. 99 a 100) esta proposta foi aprovada, depois de muita discussão, em 1976, todavia, posteriormente, ocorre uma série de modificações que garantem que os investimentos públicos prosseguissem rumo ao norte-leste.

Neste sentido, a construção das rodovias indicadas acima, assim como toda infraestrutura que surgiu na época, facilitou acessibilidade aos balneários, sendo fundamental para o desenvolvimento urbano-turístico. De maneira geral, as atividades onde hoje se encontram os principais balneários, antes das décadas de 50, 60 e 70, eram basicamente rurais e pesqueira. Com os interesses crescentes das elites da cidade nestas regiões, conforme Reis (2012), iniciou-se um processo de parcelamento do solo: na maior parte, com a colocação de propriedades no mercado imobiliário de forma gradativa, refletindo os traçados da estrutura agrária preexistente (parcelamento simples), e outra forma de parcelamento do solo, cujo processo incorpora uma nova ordem formal (parcelamento ordenado) “pela inexistência da ordem anterior (áreas não parceladas, grandes propriedades) ou pela subordinação de diversos empreendimentos a uma nova ordenação de conjunto” (REIS, 2012, p.133). Neste último caso, os exemplos mais

característicos são os de Jurerê e Canasvieiras, que foram os primeiros núcleos a incorporar características de estação balnear¹⁶.

Este processo de desenvolvimento turístico possibilitou a utilização do solo para fins imobiliários e não mais rurais, ou seja, a alienação do terreno e a transformação do valor de uso em valor de troca, surgindo então os primeiros loteamentos no interior da parte insular. Surgem também as primeiras construtoras com capital local, dentre as quais se destacam, como maiores (CAMPOS, 2009, p. 101): CEISA, A. GONZAGA, EMEDAUX. As três construtoras vinculam-se a famílias tradicionais de Florianópolis ligados à política e ao setor imobiliário. Segundo Campos (2009, p. 101):

Estas empresas empreendiam um grande volume de obras anualmente, chegando a atingir, em 1975, uma média de 12 (doze) obras grandes ao mesmo tempo, o que representava, em termos de área construída, um montante de 80 a 90 mil metros quadrados de obra, por empresa, que, para os anos 70, representava um altíssimo índice de construção.

Estas construtoras concentraram seus trabalhos no centro da cidade e na Beira-Mar Norte, que na época ainda apresentava terrenos com valores relativamente baixos. Além destas, houve empresas de outros estados que passaram a atuar na cidade, e o surgimento de outras

¹⁶ Reis (2012) trabalha com a ideia de que Florianópolis é dividida entre a “cidade permanente” e a “cidade balneária”. O primeiro sendo o distrito sede (centro da cidade) que ocupa atividades tipicamente urbanas (administração, comércio e serviços) e o segundo possui características de ocupação sazonal, devido ao fato que as atividades turísticas só se concentrarem em uma época do ano. Todavia, o que se observa no período mais recente, é que cada vez mais os balneários absorvem características de “cidade permanente”, por isso tem-se registrado graves problemas ambientais e de mobilidade urbana na cidade.

de pequeno porte, em especial na segunda metade da década de 70. Estas últimas construía no centro da parte insular de Florianópolis, no continente, em São José, e principalmente no bairro Trindade. Segundo Campos (2009) na cidade de São José algumas construtoras foram constituídas, cujos sócios eram ex-trabalhadores do setor, todavia limitavam-se a construir casas térreas ou a trabalhar como empresas de mão de obra.

Os dados apresentados por Sugai (2015) corroboram esse quadro. Segundo a autora, na década de 60 a população de São José crescia mais rapidamente do que a de Florianópolis, muito embora sua taxa de urbanização fosse de apenas 13,94%. Isto é reflexo de um movimento migratório do interior do Estado para a capital, como os terrenos na ilha eram custoso para esta população recém chegada, as migrações se dirigiam para periferia do continente.

Na seção seguinte comentaremos sobre a expansão urbana, por qual passa São José e também os desdobramentos com relação ao crescimento urbano-turístico. É importante reforçar que o período da década de 50, 60 e 70 contempla um processo de afirmação da expansão urbana em direção ao norte e leste da ilha, sendo crucial para entender os seus desdobramentos.

3.3 CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO: AS DÉCADAS DE 80 E 90

A forte crise financeira que atingia o Brasil suspendeu por parte do Estado a concessão de crédito de longo prazo, e isto impactou em cheio na indústria da construção civil, pois o crescimento desta estava atrelado, além das obras de infraestrutura, ao Sistema Financeiro de Habitação, “que teve uma queda abrupta na concessão de

financiamentos a partir de 1983, sendo que o BNH (Banco Nacional da Habitação) foi extinto em setembro de 1986” (CAMPOS, 2009, p. 116). Em Florianópolis não foi diferente, e a crise impulsionou o discurso salvacionista - *à la cidade-pátria* de Vainer (2013) - de que o turismo seria a grande solução para a cidade responder aos problemas nacionais, sendo o argumento reforçado também pela evolução positiva do Brasil na Conta do turismo, no Balanço de Pagamentos Nacional, entre as décadas de 70 e 80 (LINS, 1993).

3.3.1 Consolidação do setor turístico em Florianópolis

De fato, enquanto o setor da construção civil entrava em paralisia, a década de 80 e o começo da década de 90 foram os anos que consolidaram o turismo como um dos principais setores da economia da cidade. Isto foi resultado, em primeiro lugar, das inversões em infraestrutura urbana, feitas por meio do Estado, e dos esforços, tanto estatal como empresarial, no sentido de promover internacionalmente os balneários do norte da ilha. Neste período a cidade passa a receber um contingente crescente de turistas provindos do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, mas também do Paraguai, Uruguai e Argentina. Estes últimos buscavam especialmente se hospedar nas praias do norte, pela tranquilidade das águas mornas e protegidas da região, e pela infraestrutura que possuíam para recebe-los.

Em uma dissertação intitulada *Alquila-se una isla*, Schmeil (1994) procura caracterizar o turista argentino que frequenta as praias do norte e do leste da parte insular. Segundo a autora, uma das razões por parte dos argentinos para a escolha de Florianópolis, nas décadas de 80 e

90, relacionam-se em grande medida à situação econômica que o país se encontrava, a qual se refletia no câmbio que favorecia o turista argentino. Neste sentido, o turismo no norte da ilha era caracterizado como um turismo de consumo de diferentes tipos de mercadorias.

Na década de 70, o fluxo turístico argentino começa a crescer muito até 1980, ano em que ocorre um grande "boom", uma movimentação muito grande de argentinos em Florianópolis em função da liberalização econômica argentina neste período. A moeda argentina passa a ter maior poder de compra que a brasileira. Este fator vai causar uma invasão de argentinos em Florianópolis, não só para fazer turismo, mas também, para fazer compras. A diferença do valor da moeda argentina em relação a brasileira foi tão grande, que os argentinos compraram até mesmo eletrodomésticos, como geladeiras, televisores, aparelhagens de som, entre outros. (SCHMEIL, 1994, p. 48).

Todavia, o consumo faz parte de um conjunto maior de aspectos procurados pelos turistas quando viajam à ilha de Santa Catarina. Esses aspectos se resumem na busca por uma inversão de seu cotidiano urbano. Nas palavras de Schmeil (1994, p. 66 e 67):

A busca da inversão de ambiente, por exemplo, pode ser constatada na procura pelo sol, pelo calor e pelo verão de Florianópolis. A busca por inversões de estilo de vida podem ser identificadas na compra, nos gatos¹⁷, ou na pouca economia feita pelos argentinos na cidade, quando enchem seus carros de mercadorias, quando se alojam em locais luxuosos ou fazem refeições em restaurantes mais caros que possibilitem a eles a ostentação de um estado de vida que não conseguem ter em seu país. A busca de inversão

¹⁷ A autora se refere aos "gastos".

de civilização pode ser visualizada na escolha de locais relativamente (a seu cotidiano) pouco urbanizados como é o caso de Canasvieiras, como também, na sua falta de pressa e/ou na sua forma lenta de caminhar. A busca por inversões de formalidades pode ser identificada na flexibilidade de seus horários, na informalidade e na espontaneidade, na abertura e na irrestrita forma de se relacionar com sua sexualidade. E por fim, pode-se perceber também uma busca temporária de forma mais tranquila e sociável de viver.

De maneira geral, os turistas que vem a Florianópolis buscam esta inversão. Em outros trabalhos, Lins (1993) e Zanela (1999) procuram destacar também o “exotismo”, quando não o “erotismo”, e o misticismo das representações que eram promovidas aos turistas que visitavam a Ilha de Santa Catarina. Deste caráter “místico” de Florianópolis é que surgiu o *slogan* “Ilha da Magia”.

A década de 80 e o começo da década de 90 foram os períodos áureos do turismo argentino na ilha, entretanto, como diz o ditado, “nem tudo são flores”. No final da década de 90 a economia argentina começava a minguar, e a desvalorização do peso argentino fez com que os turistas que lotavam as praias do norte passassem a vir em menor número, como indica De Luca Filho (2014, p. 261) com base em entrevista com o até então Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS) da Grande Florianópolis, Sr. Tarcisio Schimitt:

Com a desvalorização do peso argentino, a temporada 1999/2000 foi um “desastre”. “Corremos para vender para paulistas e outros turistas nacionais, mas os preços tiveram que cair muito e a taxa de ocupação daquele ano não foi boa. O financiamento junto ao BADESC ficou

pesado, tendo em vista a nova realidade das vendas.

Uma das características mais marcantes do turismo de Florianópolis é sem dúvida a sua sazonalidade, especialmente nestas duas décadas (80 e 90). A sazonalidade no turismo significa que os visitantes da cidade procuram concentrar sua vinda em apenas um período do ano. No caso de Florianópolis, isso ocorre no verão, devido as praias e aos atrativos que a cidade oferece; e como o inverno é mais rigoroso que outras regiões do país – como Rio de Janeiro e Bahia – os turistas costumam vir apenas no período de dezembro a fevereiro.

A saída trivial para enfrentar a sazonalidade turística é a incorporação de eventos ao calendário da cidade, mas para isso é necessário infraestrutura urbana, para acomodar o pessoal que permanece vários dias na ilha. Por isso, a resposta do setor aos limites do turismo sazonal de Florianópolis, no final da década de 90, foi pressionar o Estado a construir um Centro de Eventos, hoje conhecido como Centro Sul, na região central da ilha. Segundo De Luca Filho (2014, p. 262):

A necessidade e a pressão dos empresários do *trade* turístico para a construção de um centro de convenções eram intensas e ocorriam desde o início da década. O edital para concessão do espaço foi lançado em 1996 e o espaço foi oficialmente inaugurado em 1998.

Em outro trabalho, De Luca Filho et al. (2010, p. 3) registram a mudança na dinâmica do turismo na região:

A década 1990 foi marcada por uma nova conjuntura turística, pois, em 1998 surge o primeiro centro de eventos da cidade localizado no núcleo urbano central, dessa forma, Florianópolis, passou a ser reconhecida como um

destino para realização de convenções e feiras de negócios. Pode-se inferir que até o final da década de 1980 os fluxos turísticos foram canalizados para as praias, porém a partir de 1990, o mercado turístico da região modificou-se em consequência da intensificação de outros fluxos destinados à realização de negócios e à participação em eventos. Esta nova realidade ampliou a ocupação dos hotéis, bem como a sua abrangência, considerando-se que a atividade turística vigente até então além de sazonal concentrava-se nos balneários da capital catarinense.

Isto explica o porquê de só a partir de 1995, quando inicia-se um período de relativa estabilidade e de abertura comercial e financeira no país, as primeiras grandes redes de hotéis nacionais e internacionais terem começado a se estabelecer na cidade (GONÇALVES, 2013). Vieram com objetivo de explorar os turistas que buscavam o consumo e o prazer ou o consumo do prazer, e pelo turismo de eventos que começava a brotar na ilha. É possível observar, inclusive, que estes estabelecimentos se concentram no distrito sede da cidade (no centro, no bairro trindade e também no bairro Itaguaçu), principalmente próximo à Avenida Beira-Mar Norte, conforme mostra a Figura 1. Isto pode ser explicado pelo fato desta região concentrar a maior parte das atividades do cotidiano urbano (serviço, comércio, bares e restaurantes) e demais infraestruturas para eventos, o que pode permitir a estes hotéis uma clientela regular ao longo do ano, sem correr riscos de depender da sazonalidade do turismo de Florianópolis.

Assim, o setor turístico de Florianópolis adentrou o novo século com o desafio de superar os limites que o turismo de veraneio (sazonal) trazia consigo. A resposta veio com a construção de aparato urbano

capaz de fornecer infraestrutura para os eventos¹⁸ que começaram a se incorporar no calendário da cidade. Contudo, apenas trazer e construir um calendário de eventos não é o bastante para combater a sazonalidade; é necessário distribuir espacialmente estes eventos especialmente no norte da ilha, pois é lá que estão os estabelecimentos que mais sofrem com as características do turismo florianopolitano. Trataremos desta questão na seção seguinte, por enquanto, vamos nos ater a tratar dos desdobramentos da década 80 e 90 no setor da construção civil.

¹⁸ Exemplos de eventos que passaram a ser incorporados por Florianópolis: Ironman Brasil, Fenaostra, Florianópolis e outros menores programação para férias escolares e viagens de ensino médio. Isto foi possível de ser observado em pesquisas de campo realizadas durante as reuniões do Fórum de Turismo (FORTUR), o qual o Floripamanhã faz parte.

Figura 1 - Localização das redes hoteleiras nacionais e internacionais em 2010.



Fonte: Gonçalves (2013)

3.3.2 Crise e estagnação na construção civil

É perceptível que os investimentos em infraestrutura tiveram um papel fundamental na transformação da cidade, na qual o turismo ao longo das décadas de 60 e 70 passou a figurar como principal estratégia de modernização dos governos municipal e estadual. Desta maneira, como resultado deste esforço, a década de 80 consolidou o turismo como principal atividade pela qual Florianópolis é reconhecida. Este processo teve intensas repercussões espaciais, apesar da crise que assolava o país. Sugai (2015, p. 117) aponta para intensa verticalização no trecho da Beira-Mar Norte e também para o número de loteamentos aprovados nos balneários do norte da ilha.

Além das atividades imobiliárias e da construção civil, foram efetivados diversos e consecutivos empreendimentos do setor privado nesses bairros, como áreas comerciais, sedes de clubes, escolas privadas, bares e restaurantes, supermercados, entre outros, que contribuíram para a expansão, a densificação e a valorização imobiliária verificada ao longo deste eixo viário. (SUGAI, 2015, p. 117).

De toda maneira, apesar dos anos 80 consolidarem o turismo, no que diz respeito somente à construção civil, havia em curso uma estagnação¹⁹. Segundo Campos (2009), as maiores empresas da cidade operavam em larga medida com as concessões de crédito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), todavia, com a redução destas, pelo lado da oferta, e do crédito disponível para financiamento da casa própria, pelo lado demanda, houve uma reestruturação no setor. O que

¹⁹ Das três maiores construtoras de Florianópolis mencionadas anteriormente duas fecham as portas (CAMPOS, 2009)

se verifica é a pulverização de pequenas e médias construtoras²⁰ e também a proliferação de empreendimentos horizontais²¹, não apenas na ilha mas também na região de São José, já que era muito difícil conseguir financiamento para grandes empreendimentos.

É importante observar que, por razões que foram mencionadas na seção anterior, a taxa anual de crescimento da população de São José supera, ao longo de três décadas (60, 70, 80), a taxa de Florianópolis. O crescimento urbano do município se deu em grande medida em torno das rodovias com conexão à ilha de Santa Catarina - BR 101 e Via expressa²² - processo este que se iniciou na década de 70 com o parcelamento de diversos terrenos na região. Um destaque nesse processo é o bairro Kobrasol²³, que atualmente é ocupado por uma população de classe média, sendo o bairro mais populoso e, como considerado por muitos, mais importante de São José.

Este período de estagnação durou praticamente até a metade dos anos 90, quando, com a estabilização financeira e a retomada da concessão de financiamento imobiliário pela Caixa Econômica Federal, passou a ocorrer uma certa recuperação do setor imobiliário. Diversos empreendimentos de grande porte deslançaram em toda a região

²⁰ Algumas delas tem entre seus associados antigos funcionários das grandes companhias da década de 70.

²¹ “Outro fato que se observa é que, com o Sistema Financeiro da Habitação com um pequeno volume de financiamentos, surgem estas construtoras de pequeno e médio porte, que têm um reduzido custo fixo e administrativo, entram no mercado desafiando a crise, iniciando construções de edificações de quatro pavimentos com unidades econômicas, que exigem menor investimento e apresentam menor lucratividade.” (CAMPOS, 2009, p. 127)

²² Trecho da BR 282 que liga o continente a ilha.

²³ O bairro foi idealizado pela construtora Kobrasol, a qual também construiu o *shopping* Beira-mar e Estádio Aderbal Ramos da Silva, estádio do Avaí, em Florianópolis.

metropolitana, incluindo-se não só Florianópolis e São José, mas também Palhoça e Biguaçu.

É neste período que, além das construtoras que já vinham atuando na década de 80, surgem novas empresas locais e algumas construtoras constituídas no limiar dos anos 80, que passam a atuar de forma mais efetiva no mercado, como é o caso das empresas Campos Almeida Construções, Construtora Estância, Coral Arquitetura, Daros Edificações (que passa a construir e incorporar), Koerich Engenharia, JA Construções, Sanford Construções (antiga Vértice e APL), Pioneira da Costa, Magno Martins, ACCR Construções, Hantei Engenharia, ITASA Construções, Junkes, dentre outras. (CAMPOS, 2009, p. 143).

Todavia, há de se ressaltar que este processo veio também acompanhado de investimentos públicos, que fortaleceram ainda mais o então complexo viário que interliga²⁴ os principais balneários da Ilha de Santa Catarina com a BR 101. Sugai (2015, p. 117) argumenta que o processo de crescimento urbano da ilha obteve sucesso em consolidar um eixo viário de interligação dos bairros residenciais e dos balneários ocupados pelas camadas de maior renda da cidade – este eixo é formado pela Avenida Beira-Mar Norte, SC-401 e SC-404. A autora argumenta também que a experiência de Florianópolis serviu de inspiração para as cidades da região metropolitana. Assim, foi proposto uma série de investimentos e benfeitorias nas cidades vizinhas ao município,

²⁴ Conforme argumenta Sugai (2015, p. 148): “Esse complexo viário deu suporte para a formação do eixo estruturador e de interligação entre as áreas de residências das elites e os bairros onde pretendiam expandir suas áreas residenciais e de veraneio. (...) Essa apropriação definiu, como foi visto, uma sequência de empreendimentos, de serviços e de comércio para as camadas de alta renda, além de constantes benfeitorias urbanas, tornando mais visível o processo segregativos e a concentração de riqueza.”

procurando repetir a experiência na Ilha de Santa Catarina, porém todos em continuidade ou direcionados para a orla ou para o acesso a Florianópolis²⁵.

Desta maneira, o que se pode observar da trajetória econômica de Florianópolis, dos anos 30 até os anos 90, é um forte processo de urbanização, em razão dos interesses imobiliários da elite da cidade em explorar o potencial turístico, especialmente da região norte e nordeste. Neste sentido, as obras públicas, especialmente as viárias, foram fundamentais para consolidar estes interesses. A ascensão do turismo enquanto atividade econômica possibilitou uma maior ocupação territorial das regiões que antes permaneciam isoladas, o que impulsionou o desenvolvimento da indústria da construção civil. Por fim, também é necessário destacar que no período em que esta metamorfose urbana ocorreu, houve fatores que favoreceram o crescimento urbano-turístico: como o fácil acesso ao crédito internacional por parte do Estado, o que possibilitou os recursos necessários para as grandes obras de infraestrutura; e o êxodo rural que possibilitou o acesso a mão-de-obra barata, sem que esta se estabelecesse, em grande medida, nas regiões de valorização imobiliária

Um segundo aspecto deste período é a indicação de um possível entrelaçamento de interesses entre os setores do turismo e da construção civil, a fim de explorar novas maneiras para a expansão de seus negócios. Isto pode ser observado mais claramente na proposta do Plano de Desenvolvimento do Campeche, a qual a subseção a seguir irá tratar.

²⁵ Um resumo dos principais investimentos viários podem ser encontrado em Sugai (2015) página 156 até a 160

3.3.3 O Sul da Ilha: o primeiro episódio de resistência ao crescimento urbano-turístico.

No final da década de 80 e início da década de 90, um novo setor começa a ganhar espaço na economia de Florianópolis. Trata-se do setor das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), constituído inicialmente por ex-quadros técnicos das empresas estatais instaladas em Florianópolis nos anos 60, impulsionadas com a privatização da TELESC e pelos atrativos da Ilha, que fizeram diversas empresas migrarem para a cidade (LINS, 2011). O “nascimento” deste setor na ilha empolgou muita gente, pois trata-se de uma indústria que é ponta de linha na fronteira tecnológica, além de ser reconhecida como uma indústria não poluente e que pode remeter a uma imagem tecnológica e de prosperidade para a Ilha de Santa Catarina.

Cabe lembrar que, como foi discutido no capítulo anterior, as décadas de 80 e 90 foram o começo do novo regime de acumulação, impulsionado pelas TIC's, em que se deu origem a um jogo competitivo em que várias cidades implicadas competem entre si por investimentos, empresas e mão de obra. Sendo que aquelas que possuem, em larga medida, infraestrutura e conhecimento acumulado, largam na frente das demais, conservando uma certa hierarquia.

Em meio a tudo isso, em 1992, é aprovado pela Assembleia Legislativa de Florianópolis e sancionado pelo prefeito, um projeto de lei de urbanização específica para a criação de um Parque Tecnológico do Campeche, no sul da ilha. Esta era uma parte, de um rol de documentos produzidos pelo IPUF, que forma o Plano de

Desenvolvimento do Campeche (RIZZO, 2013). Eram dois os objetivos: a criação da “Cidade Nova Campeche” e a “Tecnópolis” do Campeche.

Os detalhes deste Plano, que previa que o Campeche teria uma população de 450 mil pessoas em 30 anos, podem ser analisado na tese de doutorado de Rizzo (2013). O que importa neste trabalho é que o Plano proposto por um órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis vai ao encontro do contexto de neoliberalização das cidades exposto no capítulo anterior. Embora possua certo espírito modernista, as bases paradigmáticas estão na tentativa de inserir a região no contexto global.

Cabe também ressaltar que a região sul da ilha era uma porção quase que ainda não explorada pelo setor urbano-turístico (construção civil e turismo). Assim como a construção da UFSC abriu caminho rumo ao norte, esta proposta poderia abrir caminho para terrenos inexplorados ao sul da ilha. Como os dois principais setores de Florianópolis estavam passando por dificuldades na década de 90, o projeto vinha bem a “calhar”. Primeiro, porque um projeto deste porte iria, sem dúvida, aquecer a construção civil e o setor imobiliário; e, segundo, porque poderia possibilitar a exploração do turismo em outras regiões da ilha. Além disso, agradaria os pequenos e médios empresários do então novato setor tecnológico. Agradaria também a prefeitura e o governo do Estado, pois inflaria os discursos de “modernidade” e geração de emprego. Desta maneira, agradaria os detentores dos meios de produção, os rentistas, os promotores imobiliários, o Estado e algumas frações da classe média, ou seja, havia um *bloco* de interesses sobre esta proposta que reunia diversos setores da economia local.

Tudo isto, suscita dúvidas do porquê o projeto aparentemente não vigou? É necessário entender que no auge do período da ditadura militar (primeira metade da década de 70), mesmo que tivesse alguma manifestação contrária às obras em andamento e ao brutal processo de urbanização pelo qual a cidade Florianópolis passava, esta seria obviamente reprimida. Ainda mais se observarmos, conforme aponta Gohn (2008), que os movimentos sociais da época estavam centrados na luta contra o regime. Talvez por isso o crescimento urbano-turístico se deu sem muita resistência social.

No final da década de 70 é que os movimentos de contestação à ordem urbana começaram a surgir²⁶ na cidade. A hipótese que o trabalho levanta aqui é que o processo de redemocratização da década de 80 e a luta pela cidadania que acompanhou este processo engendraram um novo cenário político para a Ilha de Santa Catarina, que em alguma medida deu voz aos marginalizados e aos que permaneciam calados devido ao temor de serem pegos pela ditadura. Rizzo (2013, p. 306 a 307), por exemplo, sugere que a participação popular nos processos decisórios do Estado brasileiro é uma novidade que chega a constranger o Estado e os setores hegemônicos e neste sentido eles atuam para sua redução:

A participação direta dos setores hegemônicos nas decisões dos órgãos públicos é muito antiga e é constituinte do Estado. O novo é a participação popular, a qual tem sido, ao longo

²⁶ O Movimento pelo Parque das três Pontas é um exemplo e seu histórico pode ser consultado pelo endereço eletrônico: PARQUE CULTURAL DAS TRÊS PONTAS. Disponível em: <
<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/documentacao/historico/>>.
Acesso em 21 de fev. de 2017.

das últimas décadas, institucionalizada, tornando-se obrigatória para muitas coisas, sobretudo a partir da Constituição de 1988, que consolidaria supostamente a democratização do país. São institucionalizados conferências e conselhos das políticas públicas, audiências públicas, referendos e diversos outros expedientes de participação direta ou por meio de representações diferenciados daqueles que comumente compunham o Estado, em seus diversos níveis. Poder-se-ia imaginar, então, que aqueles que atuam nos órgãos públicos não estavam ainda preparados para os processos participativos e que estariam, ainda, em fase de adaptação e que, com o passar do tempo iriam aprendendo e que a democracia iria evolutivamente se consolidando. Mas, isso não se verifica empiricamente e o que ocorre, num quadro de crise estrutural do capitalismo, é a redução dos espaços democráticos, ou, em outras palavras, acentua-se a seletividade da agenda dos espaços de participação e os assuntos, que são realmente importantes não são discutidos.

No caso, conforme Rizzo (2013), o Plano de Desenvolvimento do Campeche foi barrado pela articulação e organização das comunidades que ali viviam. O Campeche, se comparado aos balneários do norte, ainda guardava, e ainda guarda, resquícios da antiga Florianópolis agrária e pesqueira. Talvez por isso muitas pessoas que migraram para cidade, para trabalhar nas estatais e universidades, optaram por morar na região, pelo estilo de vida mais aprazível e tranquilo da região. Alguns deles eram professores, arquitetos e profissionais liberais que tinham capacidade técnica para argumentar contra os membros do IPUF. Desta maneira, articulou-se um movimento social-comunitário, que incluía também ambientalistas, que se contrapôs ao Plano e que foi capaz de barrá-lo, mesmo quando o órgão decidiu

fatiar o projeto em várias leis e enviar para a Câmara dos Vereadores (DOS SANTOS, 2015, p. 309; RIZZO, 2013, p.238).

A articulação formada no interior da comunidade deu origem ao Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV), em 1997. Este movimento foi o responsável pela organização do “*I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche*”, cujo objetivo era elaborar uma crítica ao plano e também caminhar no sentido de uma proposta alternativa. Desta experiência saíram dois documentos, o primeiro, o *Dossiê Campeche*, um documento oficial que faz duras críticas ao projeto proposto pelo IPUF, e, anos mais tarde, em 2000, é encaminhado à Assembleia legislativa do município o “*Plano Comunitário da Planície do Campeche, proposta para um desenvolvimento sustentável*”, um ano depois de o IPUF reencaminhar o Plano de Desenvolvimento do Campeche.

Nas palavras de Dos Santos (2015, p. 311):

O resultado deste cenário foi a polarização das discussões em duas propostas inconciliáveis, tanto do ponto de vista metodológico, conceitual e propositivo, mas principalmente no que tange as dinâmicas políticas e aspectos simbólicos inscritos.

Este projeto foi fruto, não apenas do seminário, mas de uma série de reuniões, oficinas, passagem em escolas, igrejas, grupos de terceira idade, buscando discutir e mobilizar a população da região. No fim da década de 90, nada se tinha aprovado, e em 2001 realizou-se uma audiência pública sobre a elaboração de um terceiro plano, que também foi duramente criticado e também não vingou.

Esta iniciativa é criticada pelos movimentos sociais inscritos no processo, que compreendem esta ação como uma manobra para manter a essência do plano oficial do IPUF em detrimento das demandas comunitárias. Argumentavam que esta terceira proposta só levava em consideração os aspectos do Plano Comunitário que não discordavam do plano oficial. (DOS SANTOS, 2015, p. 312)

Em 2001 é aprovado o Estatuto da Cidade, que altera a dinâmica de elaboração de planos diretores e exige a participação popular nos debates em torno do plano. Mesmo assim, o projeto ainda voltou para a Câmara de Vereadores.

Em 2003, em plena vigência do Estatuto da Cidade, o bloco governista da Câmara de Vereadores contrariando as preceitos da Lei, resolve de acordo com Tirelli et all (2007: 71), “colocar de novo em pauta a votação do Plano Diretor, com a possível intenção (pela falta de publicidade até um dia antes da votação) de surpreender a comunidade. Contudo, a população reagiu rapidamente e realizou uma intensa mobilização na planície do Campeche e na cidade”. Como resultado da manifestação, que reuniu em torno de duzentas (200) pessoas na Câmara de Vereadores, foi suspensa a votação. Esta prática comum aos nossos governantes, que vem se alternando no poder, ignorando as leis e impondo seus interesses, seria combatida pelo movimento sócio-comunitário em diferentes momentos. (MOREIRA, 2009, p. 97)

Em 2004 iniciam-se as primeiras movimentações para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, conforme o Estatuto das Cidades, e em 2005 o processo se estabelece definitivamente. Depois disso o assunto nunca mais foi retomado. Este conjunto de choques, segundo Dos Santos (2015), contribuiu para o

desgaste do IPUF, órgão fundado em 1977 e que teve seus períodos áureos na década 80, que já vinha sofrendo uma série de críticas no começo dos anos 90. Segundo os críticos, o IPUF era um órgão de pouca efetividade, pois poucos projetos propostos por ele eram aprovados, além de ser custoso para prefeitura. Para muitos o órgão passou a exibir um *status* que não lhe cabia, especialmente nos seus anos iniciais, quando aumentou seu número de funcionários e gerenciou grandes contratos.

Este processo evidencia uma compreensão relativamente recorrente naquele momento: os anos iniciais do IPUF, caracterizados pela rápida ampliação da estrutura, do quadro técnico e pela a incorporação de competências e projetos de grande porte fez com que o órgão se tornasse, uma instância concentradora de poder e influência. Neste cenário o IPUF seria capaz de rivalizar com o prestígio e a legitimidade de ação do prefeito municipal e da Câmara de Vereadores. A ideia de que o IPUF ficara “grande demais” era compartilhada por setores da mídia local naquele momento. (DOS SANTOS, 2015, p. 284)

Sobre os conflitos entre o MCQV e o IPUF, que rendeu muitas desavenças, Dos Santos (2015, p. 313) alega que:

As divergências entre IPUF, parcela da sociedade civil, poder executivo e poder legislativo, aprofundadas ao longo dos anos, não seriam resolvidas e permaneceriam latentes nos anos seguintes. Neste contexto, o IPUF sairia da disputa ainda mais fragilizado do que havia entrado.

Segundo um dos técnicos entrevistados pelo autor, a experiência do Campeche foi um “divisor de águas” dentro do órgão. O instituto, que já vinha fragilizado, teve agravado o seu quadro e deu

margem para o início de um processo de desmantelamento. Houve sem dúvida uma perda de legitimidade, “que até aquele momento apresentava-se, em Florianópolis, como propriedade exclusiva dos técnicos institucionais do planejamento urbano” (DOS SANTOS, 2015, p. 313).

Estes dois fatos – a derrota na experiência do Campeche e a perda de legitimidade do IPUF – e mais a aprovação do Estatuto das Cidades, que determina que uma cidade como Florianópolis faça um Plano Diretor Participativo, é também um divisor de águas na forma com que o *bloco* de interesses empresariais passa a interferir nas questões que dizem respeito à cidade. Em um ambiente em que o capitalismo se desenvolve, desenvolve-se também a sociedade civil organizada (COUTINHO, 1987), e isto, somado à redemocratização, criou um ambiente de contestação dos interesses dos empresários e da prefeitura, que se revelou despreparado para lidar com tal situação. Até porque a conjuntura no Brasil ainda tendia a favorecer os movimentos de cidadania e democracia. Enfim, o acesso privilegiado ao setor público por setores hegemônicos do empresariado florianopolitano, tem que conviver agora com os ruídos dos segmentos sociais.

3.4 NA VIRADA DO SÉCULO

A virada do século aponta para dois obstáculos a serem superados pelo setor urbano-turístico de Florianópolis: a primeira seria superar a sazonalidade e a dependência que o turismo na ilha possuía com relação ao turismo de veraneio; o segundo era enfrentar a novidade da contraposição as propostas encabeçadas pelo *bloco* de interesses, que se tornou mais intensa na década de 90 em diante, com a experiência do

Campeche. Em 2001 parece surgir um esboço de solução para esses problemas, ou ao menos um aceno nessa direção.

3.4.1 *Sapiens Park*: uma alternativa ao fracasso

A solução parece ser o projeto apelidado pelo governo do estado de “Rota da Inovação”, cuja proposta na sua totalidade só foi concebida em 2013, mas teve como marco o acordo firmado entre a CODESC, representando o Governo do Estado de Santa Catarina (GESC), e a fundação CERTI, que o opera dentro UFSC, para concepção e desenvolvimento do *Sapiens* Parque. Este parque seria localizado na região de Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus. Em 2002, então, é formalizada juridicamente a criação do *Sapiens Park S.A.* Na verdade isto representou um redirecionamento da antiga proposta para o Campeche: ao invés do Sul, o Norte! Sempre o Norte!

Se verifica nesta proposta um claro entrelaçamento de interesses reunindo diversos atores sociais como Estado, entidades de representação da sociedade civil e empresários – como por exemplo, a CODESC/GESC, a Fundação CERTI e o setor empresarial tecnológico, da construção civil e do turismo. Neste sentido, estes entrelaçamentos entre as esferas pública e privada permitem, seguindo a rigor os trabalhos de Gramsci (1987) e Lipietz (1988), falar em *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis. É possível, inclusive observar a participação de professores universitários no desenvolvimento desta proposta, o que permite fazer um certo paralelo com o intelectual meridionalista de Gramsci (1987). Nos parágrafos a seguir discorre-se sobre a proposta e também sobre outros atores sociais

que compõem este *bloco*, recuperando um pouco dos projetos da década de 90 para o setor das TIC's.

Na verdade na década de 90, havia a proposta da construção de três Parques Tecnológicos: Parque Alfa, no bairro Saco Grande; Parque Beta, no Campeche; e Parque Gama, destinado à química fina no município de São José. Dos três apenas o Parque Alfa foi executado (1993), localizado às margens da SC-401 (RIZZO, 2013). Como não foi possível a construção do Parque no Campeche, que era o mais ambicioso dos três, nada pareceu mais conveniente do que redirecionar as ambições dos empresário e setor público para o norte, que sempre foi o seu canteiro de obras. Frente às dificuldades que o setor turístico estava passando, e às pressões do setor da construção civil, que ganhava nova musculatura com a estabilização monetária e o surgimento de grandes construtoras, a proposta de um Parque Tecnológico no extremo norte da ilha vinha a “calhar” melhor do que no sul.

Vinha melhor a “calhar”, pois trazia a “novidade” das empresas de alta tecnologia para uma região da cidade caracterizada como ponto de turismo e lazer e que conforme apontado na seção anterior buscava superar as dificuldades dadas pela dependência do turismo de veraneio. Com a inauguração das atividades do Sapiens Park, em 2006, uma série de empreendimentos começou a despontar na região: outros parques tecnológicos, estabelecimentos comerciais, *Shopping*, passaram a se instalar nas margens da SC-401. Mas, para além disso, o impacto da migração de empresas, comércio e serviços para o norte tem como consequência uma alteração na dinâmica socioespacial da região.

Como argumenta Reis (2012), a dinâmica das regiões interioranas da parte insular era predominantemente rural e pesqueira, e

a partir do final dos anos 60 algumas destas regiões começam a ganhar características de estação balnear ou cidade balneário. Todavia, no final do século XX e no começo do século XXI, estas regiões, em especial as do norte da ilha, começam a perder as características de cidade balneário e a ganhar características de cidade permanente. Esta última mostra-se como áreas com típicas características de um meio urbano permanentemente ocupado, das quais os maiores exemplos são, sem dúvida, os bairros de Canasvieiras e Ingleses. Estes deixam de ser somente locais para veraneio e turismo, e passam a ser locais de moradia, pela proximidade aos estabelecimentos de trabalho.

Em grande medida, a proposta que foi chamada depois de “Rota da inovação” parece ter contribuído para essa mudança e teve impactos ambientais e urbanos para região. Ela veio acompanhada de obras, que fortalecem os laços da região norte com o aeroporto Hercílio Luz, como pode ser observado na Figura 2, além de coroar a rota com o Parque *Sapiens* ao final. O projeto também incorpora um forte *marketing* urbano, baseado numa proposta de *branding* territorial (LOGO, 2013), procurando inserir Florianópolis no contexto internacional, destacando a cidade como “referência nacional em inovação e tecnologia.” Na revista número 1 da proposta, produzida pelo Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional (LOGO) da UFSC, mostra-se que o projeto encarna os preceitos do planejamento estratégico urbano discutidos no capítulo anterior.

A marca é muito mais do que a identidade visual, **ela representa uma empresa ou um produto, um conceito e até mesmo cidades, estados e países**, pois engloba todos os aspectos físicos e imaginários, desde o seu nome, passando pela identidade visual, como também pela sua missão,

postura, atendimento, posicionamento e produto (LOGO, 2013, p. 11).

Os grifos foram feitos pelo autor desta dissertação e servem para elucidar a equiparação das “cidades, estados e países” com “uma empresa ou um produto”. Percebe-se que, ao colocar a cidade em comparação com uma empresa ou uma mercadoria, recorda-se das analogias de Vainer (2013), ou seja, cidade-empresa e cidade-mercadoria. Isto não é por acaso, pois o que está por trás do discurso da marca é o lançamento de Florianópolis no contexto das cidades globalizadas. “Dentro da realidade competitiva de nosso tempo, a maneira como as cidades demarcam e comunicam os diferentes espaços dentro delas decide quais cidades alcançam sucesso e quais falham na corrida pela prosperidade econômica” (LOGO, 2013, p.11).

É possível observar que o Laboratório incorpora muito bem os preceitos da cidade neoliberal. Para fazer frente ao desafio de vender a “marca” Florianópolis, o projeto faz uso de uma estratégia de *branding territorial*, cujo sentido assim se apresenta:

Branding Territorial é a parte da gestão de marcas que trata da criação e gestão de identidade de territórios, em maior ou menor escala. Este processo vem emergindo como o instrumento mais adequado para a concepção, gestão e promoção de lugares junto a públicos internos (cidadãos residentes, trabalhadores e organizações instaladas na área) e externos (cidadãos não residentes, organizações com potencial para se instalarem na área, visitantes de negócios e turistas). Tem como função influenciar o público alvo a pensar e agir positivamente em relação a produto e serviços associados a um lugar específico, alimentando o círculo expectativa – ação – satisfação e assumindo-se como um processo dinâmico que toma por base a identidade

e ativos físicos e psicológicos do território em toda a sua complexidade (LOGO, 2013, p. 20)

Figura 2 - Proposta Rota da Inovação



Fonte: retirado do site do *Sapiens Park*.²⁷

A metodologia para conceber a “marca” da cidade é chamada de *TVU Branding: Think View Use (TVU)*, que, traduzindo, significa *pense veja e use*. Cada palavra representa uma etapa do processo de desenvolvimento da “marca”, com metodologias específicas. A primeira

²⁷ <http://www.sapiensparque.com.br/pt/historia/>

etapa (Think), trata das primeiras impressões da cidade, levantadas através de entrevistas com os *Stakeholders*²⁸ e *Opinion Makers*²⁹, que também inclui um levantamento de dados, para a concepção da “marca”. Nesta primeira edição da revista, apresenta-se cada ponto específico da rota, o que chama de “nós”; também são apresentados propostas e projetos necessários para a realização do plano. A primeira dessas propostas diz respeito ao aeroporto Hercílio Luz, que inclui uma reforma incorporando um conceito de *Aeroshopping*, até chegar em Canasvieiras, no *Parque Sapiens*. Em meio a isto há também um projeto de um “Parque Viva a Ciência”, com propósito educativo, incluindo um museu no seu interior, no aterro da Baía Sul. Também são considerados “nós” as universidades e empresas estatais da região, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), o ParqTec Alfa, o Centro Administrativo de Santa Catarina (sede do governo do estadual) e os vários estabelecimentos comerciais e empresariais próximos, e, por último, o *Sapiens Park*, assim como empresas e centro tecnológicos que lá operam (LOGO, 2013).

Na etapa 2 (View), se detalha o processo em que foi concebida a marca, as entrevistas, o diagnóstico realizado através do instrumento de planejamento estratégico SWOT (FOFA). Dois pontos chamam a atenção nas entrevistas e no diagnóstico. Primeiro, que, segundo a revista número 2, o projeto consiste na “construção de uma rota urbanística específica, promovendo diversos pontos de inovação pela cidade em um trabalho conjunto com a comunidade local” (LOGO, 2013, p. 11). É estranho, porque, segundo a lista de entrevistados, que

²⁸ Termo comum da administração que serve para designar “público interessado” ou grupo que tem interesse no projeto.

²⁹ Formadores de opinião.

inclui políticos, secretários de Estado, empresários, professores, presidentes de fundações e institutos e até um representante da Floripamanhã, não há sequer um líder comunitário da região. Em segundo lugar, o diagnóstico realizado inclui um grande otimismo demonstrado pela quantidade de pontos positivos enumerados; interessante é que nas fraquezas inclui-se o custo de vida como um problema, e também que há “grande especulação imobiliária” (LOGO, 2014, p. 24). Dentre as “oportunidades” de desenvolvimento indica-se: “Incentivar a realização e o direcionamento de eventos para a área da Rota. Realizar eventos inaugurais da mesma. Envolver empreendimentos turísticos no financiamento do projeto e aproveitar o turismo de veraneio para sua difusão” (LOGO, 2014, p.25).

A partir deste diagnóstico realizam-se os cruzamentos de Forças com Ameaças e de Pontos Fracos com Oportunidades de desenvolvimento, e são analisadas as vantagens competitivas, a capacidade de defesa, a necessidade de orientação e as vulnerabilidades. Dentre estes, destaca-se para o nosso estudo:

Dentro das “vantagens competitivas”:

(...) Aproveitar o reconhecimento da cidade na área de tecnologia, negócios e qualidade de vida como chamariz para eventos ligados à Rota da Inovação que divulguem as instituições parceiras e seus projetos e também ajude a criar soluções inovadoras para cidade;

A qualidade de vida em Florianópolis somada ao seu perfil de sediar eventos internacionais, além do ambiente favorável a negócios e carreiras ligados à grande diversidade cultural e efervescência criativa, atraem pessoas qualificadas, empresas e investimentos;

Utilizar-se da imagem de cidade mais amigável do mundo e do turismo de veraneio para divulgar o

perfil de inovação ao turista, atraindo investimentos externos e mão-de-obra qualificada tendo em vista o amplo mercado e o seu crescimento esperado para os próximos anos; (LOGO, 2014, p. 28)

Dentro das “capacidades de defesa”:

Florianópolis pode fazer uso de sua vocação para o turismo de veraneio através de iniciativas públicas que conectem o lazer ao aspecto inovativos e tecnológico da cidade, promovendo-se junto ao público empresarial e criativo;

A cidade pode preparar-se para a competitividade global entre territórios através da união do interesse público e privado sob a mesma perspectiva, explorando a promoção da cidade para o segmento de negócios em inovação e tecnologia, já responsável pela maior renda do município; (LOGO, 2014, p. 29)

Dentro das “Necessidades de Orientação”:

(...)A marca e as ações relacionadas à Rota da Inovação não devem ser vinculadas a uma gestão do governo, o que pode torna-la plataforma política. Mas ser implementada e direcionada pela própria comunidade, integrando gestores, instituições e cidadãos por interesses comuns;

A realização de parcerias entre a Prefeitura Municipal e os centros de pesquisas universitários trazem novos pontos de vista e proporcionam a condução de processos metodológicos mais efetivos, (co)criativos e ágeis;

O posicionamento da cidade como pólo de inovação deve acontecer por ações contínuas e efetivas na vida da comunidade interna (cidadãos), de forma a dar consistência à este cenário, valorizando também as ações cocriativas e participativas entre os vários indivíduos e a Rota; (LOGO, 2014, p. 30)

Dentro das “vulnerabilidades”:

É aspecto de vulnerabilidade o uso que se possa fazer da marca associado a ações partidárias, o que pode torna-la um símbolo de responsabilidade governamental invés de relacioná-lo ao setor de inovação e implementação social e de negócios;

Os problemas de infraestrutura urbana, ligados ao alto custo de vida e à intensa especulação imobiliária, fragilizam ainda mais o setor de tecnologia. E pesa contra o interesse de profissionais capacitados em residir na capital, podendo agravar a escassez de mão-de-obra qualificada;

(...)

Problemas de infraestrutura com agravantes na temporada, o despreparo turístico, a carência de ações culturais de grande impacto e a associação da cidade apenas com símbolos naturais ou a ponte Hercílio Luz promovem um desgaste da imagem da cidade como pólo de inovação e prejudicam a atração do turismo de negócios e investimento (LOGO, 2014, p. 31).

Verifica-se que muitas coisas se repetem no diagnóstico do projeto, isto serve para demonstrar a ênfase que os autores querem dar a aspectos que lhes interessam. Há uma preocupação com a imagem da cidade e em buscar utilizar o turismo como um meio de divulgação, e em promove-la como uma cidade inovadora e tecnológica, além da necessidade expressa de atrair eventos, investimentos, empresas e mão de obra qualificada. Essa preocupação é compreensível, pois, afinal de contas, a única certeza que se tem é que Florianópolis é uma cidade desigual e segregadora, ou como prefere Lins (2011, p. 107), fractal:

Ora, é claro que essa cidade, tida como tecnológica e turística, e particularmente como “vendável” – louvada em *marketing urbano* que

exercita a simbologia de um quase reduto de exceção na paisagem urbana nacional –, não corresponde à totalidade de Florianópolis. Esse município já despontou em nível de país pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (QUALIDADE..., 1998), mas a regra da forte diferenciação interna das condições de vida não deixa de marcar presença. Merece destaque que as desigualdades ganharam intensidade recentemente, pois o percurso de crescimento, na forma assinalada, só fez intensificar o caráter fractal desse espaço urbano.

No próprio Estudo de Impactos Ambientais e Vizinhança, obrigatório para grandes empreendimentos, segundo o Estatuto das Cidades, é reconhecido que o projeto *Sapiens Park* pode ter efeitos em termos de ocupação de áreas impróprias, devido as decorrentes pressão e valorização imobiliária (DA SILVA, 2011). Isto é tido no relatório como algo já tendencial, mas que pode ser acelerado pelo projeto.

Há também uma preocupação bastante intensa no uso da proposta enquanto plataforma política para campanhas individuais e partidárias, pois nas revistas publicadas pela LOGO que tratam do projeto procura-se explicitar um suposto caráter apolítico da proposta. Também se verifica uma preocupação com o diálogo e a criação de consensos entre a “comunidade local”. Cabe aqui destacar que ao longo de todo o projeto nenhum membro das comunidades, nem mesmo do entorno da obra, parece ter sido consultado. Então fica dúvida sobre quem é essa “comunidade”. Se são apenas agentes interessados na execução do projeto, como membros do setor turístico, tecnológico e do Estado, cabe questionar o tipo de consenso de que se trata.

O que é importante observar é que, tanto no método, na estética ou nas propostas e mesmo na linguagem utilizada, tudo remete ao

planejamento estratégico das *business school's* estadunidenses e britânicas. Isto já estava presente no Plano de Desenvolvimento do Campeche, tendo ocorrido apenas um redirecionamento providencial, que impulsiona o setor das TIC's e, de quebra, sana as principais dificuldades do setor urbano-turístico. Em primeiro lugar, porque leva para região norte um cotidiano urbano, ou seja, as pessoas cada vez mais vão para os balneários para viver e trabalhar na região, não apenas para veraneio. Isto oferece numerosas possibilidades de investimentos para o setor da construção civil, agradando também rentistas e promotores imobiliários, que desde muito tempo operam na região; mesmo que o projeto encare a especulação imobiliário como um problema, ele não se propõe combatê-la. Em segundo lugar, este cotidiano urbano vivenciado agora em muitos bairros do norte da Ilha, com moradores que trabalham próximos de onde vivem, possibilita a realização de eventos na região, distribuindo-os no espaço do município. Ocorrências antes limitadas só a região central agora podem ser realizado no norte da ilha. Aliás a inauguração do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em Canasvieiras, é um bom demonstrativo desta intenção. Desta maneira, impulsiona-se a ocupação de hotéis na região norte da ilha, não apenas no período de alta temporada, mas também nos demais.

Por fim, há uma preocupação com o custo de vida na região e com os problemas de infraestrutura que podem vir a prejudicar a imagem da cidade. O primeiro ponto demonstra uma contradição que pode vir afetar o *bloco hegemônico metropolitano*, pois, neste caso, podem surgir conflitos entre os interesses de agentes do setor da TIC's e turismo e os dos rentistas, promotores imobiliários e até construtoras. Todavia, há mecanismos que podem facilmente contornar esses

possíveis conflitos, dado que no mundo neoliberal, e ainda mais no Brasil, o empresário se confunde com o rentista e o rentista com o empresário. Além disso, no relatório de impacto ambiental e de vizinhança do Parque *Sapiens*, não parece haver demonstração de muita preocupação com isto. O segundo ponto, trata-se de algo já corriqueiro na cidade, e que tem sido motivo de grande pressão principalmente por parte do empresariado do setor turístico e da construção civil: os problemas de infraestrutura tem sido utilizados como justificativa para lançar ambiciosos projetos e propostas³⁰, todavia parece haver certa dificuldade em aprova-las.

Neste sentido, entende-se que as necessidades mais emergenciais dos principais setores de Florianópolis, passaram a ser atendidas de melhor maneira na virada do século com a proposta do *Sapiens Park*. Este projeto reúne diversos atores do setor empresarial do turismo, da construção civil e das TIC's, além de fundações, universidades e o próprio Estado, o que possibilita falar em *bloco hegemônico metropolitano* em torno deste projeto. Observa-se que sem dúvida alguma, o elemento principal que barrou as intenções do plano para o Campeche foi a comunidade e os movimentos que se articularam na região, mas o abandono de um projeto específico para área nos anos 2000, foi devido à conveniência da proposta do Parque *Sapiens*. Claro que fortalecendo um eixo que se consolida como um eixo tradicional de

³⁰ Como por exemplo o houve a proposta, inclusive encabeçada por representantes do Floripamanhã, de fazer uma quarta ponte na região norte, outra proposta foi a construção de um teleférico ligando o centro da cidade à UFSC, também a construção de um VLT (veículo leve sobre trilhos) e a mais provável, a obra do BRT (Bus Rapid Transit).

valorização imobiliária em Florianópolis, contentando também as frações mais tradicionais da classe dominante da Ilha.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que este capítulo procurou mostrar é como a expansão urbana de Florianópolis guarda relação com a ascensão dos principais setores da economia da cidade. Verifica-se que este processo se deu em um primeiro momento mais fortemente pelo crescimento urbano-turístico em direção aos balneários, especialmente os do norte e nordeste. Neste sentido, ocorrem mudanças na paisagem de Florianópolis e região, motivadas pelos interesses imobiliários das camadas de mais alta renda da ilha. Este processo estimula o crescimento de dois setores da economia de Florianópolis, construção civil e turismo, que por vezes neste capítulo foram chamadas de “setor urbano-turístico”.

Em um segundo momento se observa o crescimento do setor tecnológico (TIC) e junto com este setor a euforia e a animosidade dos órgãos públicos expressas nos projetos e propostas da década de 90, que sofreram fortes resistências por parte da população e comunidade dos bairros impactados com o projeto (Campeche e Rio Tavares). A resistência popular obrigou o redirecionamento da proposta: do sul da ilha, para o norte. O *Sapiens Park* foi a opção em meio ao fracasso, todavia se verifica que a proposta parece acomodar melhor os interesses de segmentos ligados tanto ao setor público quanto ao privado. Há uma evidente articulação em torno deste projeto entre empresários, políticos e até professores universitários ligados as fundações e outras entidades.

Neste sentido, estas articulações se assemelham com a noção de *Bloco histórico* proposto por Gramsci (1987), todavia para o autor o

intelectual ocupava um papel central na dominação do campesinato pela burguesia rural. No caso do *Sapiens Park* ou da “Rota da Inovação” se verifica a participação de professores universitários ligados a fundações e entidades, como por exemplo a Fundação CERTI e a LOGO, que operam dentro do *campus* da UFSC, e a também ligados a própria FIESC. Contudo, estes professores não exercem exatamente o mesmo papel que o intelectual meridionalista. A presença deles dão certa legitimação ao projeto, já que demonstra uma fragmentação entre profissionais que em um passado recente mostraram-se avesso a este tipo de proposta. Evidencia-se também um dissenso entre profissionais de reconhecida importância como formuladores de opiniões, e que podem influenciar em outros segmentos sociais (como a própria juventude universitária). Assim, ao invés da sociedade fragmentar o *bloco*, como sugere Gramsci (1987), o *bloco* fragmenta a sociedade, procurando torna-la impotente, pois desta maneira a sociedade fica presa nos seus próprios conflitos e discussões, enquanto dá margem para os empresários e o Estado operarem a produção do espaço urbano.

É neste contexto, que a ONG Floriapamanhã surge em Florianópolis, a entidade trata de ser uma iniciativa empresarial, fruto do amadurecimento da classe dominante na ilha devido aos episódios acontecidos nos anos 90 e 2000, a fim de disputar a hegemonia do pensamento também na sociedade civil. Conforme argumenta Montañó (2010, p. 231):

O capital, sob a forma do projeto neoliberal, deve re-instrumentalizar o Estado e as relações de trabalho apenas para os seus fins. O capital, para isso, deve re-instrumentalizar a sociedade civil, de espaço privilegiado de lutas sociais como nos contextos anteriores para “setor” de atividade

entre as classes “harmonicamente mancomunadas para o bem comum” – deve converter a sociedade civil em instância dócil, para tornar-se meio adequado aos fins da alta burguesia.

4 FLORIPAMANHÃ: A ONG DAS ONGs?

A indagação que está no título deste capítulo se refere a um trecho de um documento que aparece em anexo a Ata de fundação da ONG, intitulado “Floripamanhã Estrutura e Operação”, que transcrevo abaixo:

Floripamanhã precisa ser identificado como parceiro qualificado da comunidade. **A ONG das ONGs da cidade.** Essa Visão, bem como a Missão da instituição, precisa ser assimilada rapidamente pelo público, pois caso contrário sua consolidação estará seriamente comprometida. **Precisamos estar próximos, entender, compartilhar e falar a linguagem da comunidade, o que significa abrir um canal de comunicação qualificado com seus diversos órgãos representativos: associações de moradores, ONGs, clubes de bairro, etc.** Este é o principal desafio que impacta no sucesso do Floripamanhã. Por isso, minha sugestão é adotar o conceito de Rede de Colaboração, onde todos têm a oportunidade de participar/sugerir qual a cidade que queremos viver daqui para frente. (ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE FLORIPAMANHÃ, 2005, S.p., grifo nosso)

Infelizmente o documento não possui numeração de páginas, mas o trecho dá uma ideia de qual papel os fundadores pensavam em atribuir à entidade.

A ONG Floripamanhã é fundada em um contexto de muita efervescência em torno do debate sobre a questão urbana no Brasil e na cidade de Florianópolis, que se intensificou com a elaboração da Constituição Federal (CF) e se processou com a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001. A CF previa que cidades acima de 20 mil

habitantes teriam que possuir planos diretores, que, conforme o Estatuto da Cidades, em seu artigo 4º, parágrafo 3º, deveriam ser um “objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.” Este processo, em Florianópolis, começou com as primeiras tratativas em 2004, e foi efetivamente instalado em 2005 (DOS SANTOS, 2015). Curiosamente, no dia 17 de agosto deste mesmo ano é fundada a organização não-governamental Floripamanhã.

Além disso, a cidade tinha acabado de avivar uma intensa luta política travada entre os movimentos sociais, ambientalistas e as comunidades do Campeche e Rio Tavares contra a proposta do Parque Tecnológico e da Tecnópolis planejados para região. Cresceu na cidade um espírito, em meio a sociedade, de indignação e de questionamento que somente pode ser expresso em um ambiente minimamente democrático, e se formou um movimento urbano que, além de questionador, é propositivo. Este movimento foi capaz de barrar a ambição e interesses dos setores hegemônicos da economia de Florianópolis, que tem no período mais recente o setor das TIC's como um braço para execução de seus planos.

Esta experiência serviu para o amadurecimento da classe dominante da ilha, que percebeu a necessidade de ampliar seus tentáculos dentro da própria sociedade civil florianopolitana, já que ela em alguma medida passou a ser um espaço privilegiado de contestação da ordem. Neste sentido, na década seguinte (anos 2000's) ocorreu uma articulação entre Estado, empresários e entidades da sociedade civil que engendrou a proposta conhecida como “Rota da Inovação”. Em torno deste projeto se formou um *bloco hegemônico metropolitano*, o qual a Associação Floripamanhã também faz parte. O trecho transcrito acima

deixa exposto uma das principais funções da entidade: fortalecer os laços com a sociedade. Isto pode ser identificado na urgência com que enfatiza a necessidade de “estar próximos” e de falar a “linguagem” da comunidade. E em meio ao começo de um plano diretor que incluía a participação social, era urgente ao menos atenuar a força dos movimentos sociais, urbanos e ambientais de Florianópolis.

É neste contexto que surge a Floripamanhã, devendo ser observado que não se tratou de uma estratégia nova: a criação de ONGs com aparente interesse social ou como representante da sociedade, para fragmentar e enfraquecer os movimentos de luta social faz parte do projeto neoliberal. Não escapa a isto a disputa no meio urbano. A entidade apresenta, dentre os seus associados, pessoas jurídicas como empresas, sindicatos patronais e associações empresariais, alguns já presentes desde a sua fundação³¹. Há também profissionais liberais, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e outras, que por vezes aparecem como associados e por vezes como integrantes de projetos ou grupos de trabalho que envolvem a entidade.

A ideia é que a ONG seja um elo intermediário entre a sociedade e o Estado nas questões relativas a Florianópolis e sua região metropolitana, e, desta maneira, procure aglutinar frações da sociedade civil junto a seus interesses. É por isso que ela tem que ser a “ONG das ONGs da cidade”. É possível observar isto de duas maneiras: analisando o(s) discurso(s) que permeiam o funcionamento da entidade e o próprio

³¹ Em todas as atas da ONG constam lista de presença com pessoas e a instituição que representa ou sua profissão.

modo como a ONG opera na prática, que em muitas vezes contradiz o seu discurso. O capítulo está dividido em três partes: a primeira seção trata de analisar a retórica da ONG, que remete às ideologias típicas do “terceiro setor” e também das cidades neoliberais; a seção 2 irá analisar a prática da entidade, bem como sua estrutura, procurando observar sua atuação e os projetos desenvolvidos pela organização. Na seção 3, busca-se evidências da influência da ONG no setor público, através da análise de alguns documento produzidos/encomendados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e também pelo Governo do Estado de Santa Catarina (GESC), neste sentido discute-se o papel da entidade frente as transformações urbanas recentes de Florianópolis.

4.1 O CANTO DA SEREIA: OS DISCURSOS QUE PERMEIAM O FUNCIONAMENTO DA ONG FLORIPAMANHÃ

Ao longo do processo de pesquisa de campo e análise documental, se verificou uma série de discursos ou retóricas que permeiam a atuação da entidade, e que podem ser divididos em quatro tipos, alguns dos quais já bastante comuns em Florianópolis. Em outros casos existem novidades, como, por exemplo, a defesa da sustentabilidade. Este tipo de retórica sempre pertenceu aos movimentos ambientalistas do sul da ilha, que participaram ativamente junto com os moradores na disputa contra os projetos da Tecnópolis e do Parque tecnológico do Campeche. Todavia, agora uma ONG de iniciativa empresarial assume este discurso, colocando muitos dos atores sociais em dúvida sobre as suas pretensões.

Os discursos guardam, na verdade, semelhanças com a ideologia observada no meio político e empresarial da cidade na década

de 80, descrevendo o turismo como salvação ou vocação natural de Florianópolis. Devido aos fatos que se sucederam na planície do Campeche, o *bloco hegemônico*, através da ONG, passou a incorporar novas retóricas. Em parte os discursos são um produto do contexto neoliberalizante em que as urbes estão inseridas, que se caracterizam pelo forte *marketing* urbano (VAINER, 2013), e, por outro lado, ele também é fruto das disputas internas na cidade. Ao incorporar, dentro de sua prática e retórica, pautas que sempre foram defendidas por movimentos sociais, procura-se também internalizar as disputas da cidade e provocar uma cisão entre aqueles que se recusam a aderir à entidade e aqueles que direta ou indiretamente acabam aderindo. As motivações para apoiar a organização partem da promessa de que é possível construir uma cidade sustentável e que contente a todos. O próprio nome da entidade remete à ideia de pensar o futuro de Florianópolis, que é a junção de duas palavras “floripa” e “amanhã”, agindo como chamariz para os desavisados. Trata-se do que Montañó (2010, p. 152) chama de o “canto da sereia”:

Com tais pressupostos, o debate sobre o “terceiro setor” desenvolve certas manifestações que se põem como promessas de uma vida melhor. Estas soam, aos ouvidos dos autores, defensores e alguns membros do “terceiro setor”, como um canto de sereia... que seduz e nos chama irreflexivamente para as obscuras profundezas do mar.

Os principais discursos praticados pela Floripamanhã estão divididos em quatro tipos: o discurso da conciliação, o discurso do desenvolvimento sustentável, o discurso tecnicista e o discurso da

criatividade e da cultura. Estes procuram, em sua totalidade, conduzir diferentes atores da sociedade florianopolitana a legitimar ações e opções que a entidade oferece dentro de uma gama extremamente limitada de possibilidades. Faz-se necessário lembrar que os discursos que permeiam a atuação da ONG são norteados pelas concepções de cidades globais discutida no capítulo 2; por trás de todos estes discursos há a ideia da cidade como mercadoria, como empresa e como pátria. O ponto aqui é que a retórica que deve ser construída para uma cidade, que quer atrair pessoas (mão de obra e turistas), investimentos e empresas, deve convencer também os atores que disputam a cidade.

4.1.1 O discurso da conciliação

No documento comemorativo de 10 anos da Floripamanhã, intitulado “Floripamanhã 10 anos: Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente”. Na página seguinte ao da capa do documento há dois textos curtos, o primeiro escrito pela ex-presidente da Associação, e o segundo, pela então presidente da ONG, alguns trechos dos quais são transcritos abaixo:

Nos seus 10 anos de história, a Associação FloripAmanhã vem unindo esforços e articulando forças de diferentes atores da sociedade em busca da construção coletiva da Florianópolis que queremos.

As discussões sobre os desafios e o futuro da cidade nos oferecem a oportunidade de repensarmos nossas relações com o ambiente que vivemos e os impactos positivos ou negativos que causamos. Estamos privilegiando objetivos pessoais ou pensando também no interesse coletivo? (FLORIPAMANHÃ, 2015, sem página)

Iniciando sua segunda década a FloripAmanhã consolida como seu grande patrimônio o talento para construir sinergia e pontes entre forças sociais, comunitárias, empresariais e políticas na busca por soluções que tornem a cidade um espaço onde as pessoas possam ser mais felizes e saudáveis.

[...]

No entanto, ainda existe na cidade um potencial imenso e inexplorado. Florianópolis é uma das raras cidades do mundo com tanta riqueza paisagística, ambiental e humana. Com sensibilidade e espírito comunitário, aliados ao conhecimento que detém as pessoas que aqui habitam, podemos florescer uma cidade muito mais inteligente, criativa e feliz. (FLORIPAMANHÃ, 2015, sem página)

Na página seguinte há também um comentário de um dos conselheiros, idealizador da organização sobre o papel “conciliador” da entidade. Em um dos trechos o autor diz:

Nos seus cenários, FloripAmanhã teve plena consciência de que deveria ter um papel conciliador entre duas correntes antagônicas: a corrente dos que defendem a preservação do patrimônio ambiental de forma radical e irracional; e a corrente dos que querem a desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Nesse seu papel de agente conciliador, FloripAmanhã foi eloquente na defesa da tese de que o meio-ambiente e o desenvolvimento podem e devem ser parceiros na promoção de um crescimento sustentável que garanta para a posteridade as riquezas naturais e promova a geração de rendas e empregos, estes estimados em mais de 7.000 por ano em Florianópolis (FLORIPAMANHÃ, 2015, sem página)

Estes trechos selecionados procuram mostrar a intenção da ONG em ser um intermediário entre a sociedade e o poder público. Neste último texto, por exemplo, há uma manifestação explícita do interesse em evitar

a disputa política e ideológica entre os “radicais”, e, nesse caso, a entidade Floripamanhã é a salvação para as ideologias antagônicas, pois ela é a responsável pela conciliação desses interesses.

Em meio ao contexto atual, se observa um fortalecimento do descrédito das entidades políticas e ideológicas, e, neste sentido, a intenção da ONG aparece como a de uma entidade capaz de estabelecer os consensos que o Estado em si jamais conseguiu. E também de aproveitar para jogá-los no que Montañó (2010) chama de cultura/ideologia do “possibilismo”, que nada mais é do que o pragmatismo do planejamento estratégico urbano. “Destinar esforços em criticar o que seria imodificável (as reformas estatais, o neoliberalismo, a globalização), ou investir em utopias, seria, segundo esta cultura, em vão. Deveria se dedicar a fazer o que é possível de ser feito dentro das margens permitidas pelas “naturais” tendências atuais” (MONTAÑO, 2010, p. 238).

Um exemplo deste discurso “naturalista” na Floripamanhã é a ideia de que Florianópolis possui vocação para o turismo e a tecnologia³². A ideia da vocação da ilha foi inicialmente um discurso utilizado para justificar investimentos no setor turístico da cidade, na década de 80, em meio a uma crise pela qual a cidade passava. Este discurso, que segundo Ouriques (1996) veio acompanhado de um forte *marketing* exaltando as paisagens naturais de Florianópolis, provoca

³² O artigo 4º inciso VI de seu atual estatuto diz: “Cooperar e apoiar o debate do desenvolvimento das duas vocações da região: turismo e tecnologia, viabilizando política de atração de talentos e empresas específicas desses setores;” (8ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2015).

uma valorização dos imóveis principalmente no litoral norte da ilha e também a sua consequente verticalização.

A primeira coisa a se questionar é a própria ideia de “vocação” de uma cidade. Se, por acaso, estas pessoas que dizem que a “vocação natural” de Florianópolis é o turismo e as TIC’s, vivessem em um contexto anterior aos anos 30, provavelmente diriam que a “vocação” da ilha seria rural e pesqueira; nas décadas de 30, 40 e 50, a vocação seria portuária e comercial; nos anos 60 e 70, seria somente o turismo; e s  a partir da década de 80, o setor tecnológico entraria no palpite destes “psicólogos do meio urbano”. Indaga-se se estes setores subsistiriam sem estes investimentos? E, se por acaso os atores urbanos da cidade tivessem aderido às propostas Plano Diretor de 1954, que previa um porto em Florianópolis, eles ainda diriam que a vocação da cidade é o turismo e o software? Tudo isto é extremamente relativo e dependeu dos atores sociais que atuam no interior do espaço urbano de Florianópolis. Portanto, não há uma “vocação”, há, na verdade, um discurso para legitimar os contínuos investimentos na região norte da ilha. A Floripamanhã procura fazer isto ao afirmar que as possibilidades de desenvolvimento estão limitadas a estes dois setores e às atividades relacionadas. Como procura enfatizar Aguiar (2015, p. 69) na sua disserta o, que versa sobre o Floripa 2030, um dos projetos da Floripamanhã que mais expressam os desejos da entidade para com a cidade:

Outro aspecto a ser ressaltado é a notória predilec o dos que elaboraram o projeto por atividades econômicas que já fazem parte do cotidiano da cidade e que vem desenhando seus contornos nos últimos 20 anos: o turismo e a chamada economia do conhecimento. O projeto as

apresenta reivindicando uma nova roupagem, mas reforçando a crença de serem elas as únicas portadoras de condições de alçar a cidade a um novo patamar de desenvolvimento.

No documento comemorativo mencionado anteriormente, um empresário do setor de turismo e fundador da ONG deixa bem claras as razões para esta predileção:

A FloripAmanhã tinha e tem a finalidade maior em seus princípios o turismo, em todas as suas variáveis. (...).

A ACIF criou uma comissão de turismo. Mais tarde o mesmo grupo com novos apoiadores fundou a Protur (1989), que deu origem ao Convention Bureau. Há dez anos criou-se o FloripaAmanhã, tendo a sua frente novamente os mesmos criadores da Comissão de Turismo da ACIF, da Protur, do Convention, Fernando Marcondes, Roberto Costa, Alaor Tissot, juntamente com entidades de turismo da cidade.

O FloripAmanhã, diz no próprio nome, futuro, vem fazendo sua parte. Continuamos atrás dos mesmos sonhos de dez anos.” (FLORIPAMANHÃ, 2015, sem página)

Assim, esta é uma das principais maneiras de se estabelecer “consensos” e conciliar interesses, impondo aos atores e à população alternativas limitadas, todas do agrado dos setores que comandam a vida política em Florianópolis.

4.1.2 Discurso do desenvolvimento sustentável

Nos seus documentos e propostas, a ONG procura respaldar o discurso do desenvolvimento sustentável de duas maneiras: a primeira tem a ver com a ideia de que os setores de turismo e software são

considerados indústrias “limpas”; e a segunda vincula-se a uma proposta de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano (RBU). O objetivo é mostrar que a ONG também é preocupada com as questões ambientais, e que isto não é exclusivo de alguns habitantes que moram no Campeche ou no Rio Tavares. A entidade faz isto de maneira a tentar conciliar os ambientalistas e o setor empresarial, que desde a década de 90 vem travando intensas disputas na cidade.

Em meio à “guerra” política travada em torno do Plano de Desenvolvimento do Campeche, o IPUF chegou a dizer, em uma nota na forma de Parecer Técnico nº 214/98, que: “Na prática, a questão ambiental tem sido usada como arma política, como forma de barrar projetos que não interessam aos militantes” (IPUF, 1998, p. 13 *apud* RIZZO, 2015, p. 289). O discurso do órgão era o mesmo dos empresários ligados ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), todavia, a partir dos anos 2000, os empresários deste setor procuraram suavizar o discurso de crescimento a todo custo promovendo um debate intitulado: “Desenvolvimento Urbano e Consciência Ambiental - a Relação Possível”. É importante salientar que a partir dos anos 2000 se verifica uma inflexão do *bloco hegemônico* com as questões ambientais.

O que é importante destacar é que houve uma inflexão importante na década seguinte (após década de 90) no processo de busca de ocupar lugar importante no mapa do mundo, busca relacionada ao modelo de cidades competitivas. Por meio de consultoria de uma fundação de direito privado, sediada na Argentina, a *Fundación CEPA, Consultora de Estudios y Proyectos del Ambiente S. A.*, a municipalidade foi buscar o reconhecimento da Ilha de Santa Catarina como reserva da biosfera pela ONU.

Tem sido divulgado que ela obteve o título em 2007, mas há controvérsias, pois não há comprovação do fato. Esta mesma fundação foi contratada posteriormente para fazer a proposta de zoneamento do Plano Diretor Participativo tendo lhe sido entregue o poder de seleção das diretrizes da leitura comunitária. O mapa por ela apresentado, a despeito de poucas modificações feitas pelos técnicos do IPUF, que foram apresentados em audiências públicas e que estão disponíveis no sítio da Prefeitura, ampliam as áreas de preservação em relação ao que era antes considerado pelo IPUF e introduz zonas de amortecimento nas planícies. O Plano, no todo, é bastante orientado para a valorização da paisagem, à preservação ambiental, o que daria a impressão de que estaria em curso uma nova valorização dos espaços públicos. Ele é, de fato, a intensificação do empresariamento da cidade e é curioso observar que não é Florianópolis, ou o conjunto de ambientes que compõem este trecho do litoral brasileiro, que são declarados, reserva da biosfera, mas apenas a Ilha, o que dá indícios de uma seletividade que interessa aos grandes empreendedores e uma maior elitização da ocupação da Ilha. O título que se divulga, passa a ser incorporado à marca da cidade, que é considerada como tal a sua parte insular.” (RIZZO, 2015, p.304)

O autor deixa bem claro que, para ele, a proposta de “Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano” procura valorizar a paisagem de maneira a também valorizar o território urbano dentro da ilha. Este processo não é novo. Ouriques (1996, p. 89), por exemplo, enfatiza que o *marketing* turístico na região norte da ilha, que procura enaltecer a paisagem pública, serve para a apropriação de uma maior parcela de recursos pela iniciativa privada. Neste sentido, a preservação é um requisito para os empresários da ilha e de outras regiões ganharem com o fetiche da mercadoria-paisagem.

Todavia, mesmo quando a proposta foi encaminhada, no Plano Diretor de 2010, sofreu duras críticas, e inclusive teve que ser abandonada, “por não requerer uma série de adequações nas leis e nos mapas que restringiriam interesses dos promotores imobiliários e colocaria o poder público em forte contradição, passíveis de ajuizamento” (AGUIAR, 2015, p.75). Os questionamentos são expressos por Pimenta (2013), que indaga sobre a forma como foi elaborado o zoneamento das áreas de preservação. “Pergunta-se: Como uma Macrozona Núcleo Natural pode prever indústria de pequeno porte? Como uma Macrozona de Amortecimento pode prever de três a dezesseis pavimentos numa área em que a proposta conceitual a define como zona rural?” (PIMENTA, 2013, p. 165).

Portanto, Pimenta (2013, p. 171) conclui que:

O projeto terá como um dos impactos o desmatamento da Mata Atlântica, e por consequência a fragmentação dos seus remanescentes, fato contraditório ao que o Programa Reserva da Biosfera Urbana propõe em seu modelo. Ainda, a proposta passa por cima de diversas outras leis que restringem o uso do solo, sobre o que caberia uma análise a parte.

Com relação ao fato de o turismo e a indústria tecnológica em Florianópolis serem considerados como setores “limpos” e economicamente sustentáveis, há também uma série de questionamentos. Primeiro, porque as atividades correspondentes tendem a aprofundar mudanças no espaço urbano de Florianópolis, através das obras de infraestrutura e da ocupação do solo onde antes havia a característica de áreas rurais e pesqueiras, processos ligados justamente à impulsão do turismo. Neste sentido, pergunta-se se o

turismo é mesmo um setor “limpo” da economia, pois foi devido a ele que se verificou um intenso desmatamento.

Ouriques (1999) questiona também o caráter, exposto muitas vezes, do turismo enquanto promotor de emprego, argumentando que a principal característica do setor costuma ser a informalidade. Neste sentido, questiona-se o caráter dos empregos que se procuram oferecer neste setor, valendo lembrar também que, dada a sazonalidade do turismo em Florianópolis, a maior parte das contratações se dá na alta temporada. O mesmo autor, em outro trabalho, argumenta que o turismo em si possui uma natureza segregadora, por separar turistas e população local e separar os que podem pagar dos que não podem. Assim, questiona-se sobre “que benefícios palpáveis para os habitantes locais afetados por estas atividades podem ser percebidos” (OURIQUES, 2007, p. 10).

Sobre o setor que começou a florir mais recentemente em Florianópolis, o setor das TIC’s, este é, sem dúvida alguma, segundo Aguiar (2015), um segmento bastante atraente devido ao seu dinamismo e aos rápidos resultados econômicos proporcionados. Com relação aos impactos o autor ainda coloca que:

Por exemplo, do ponto de vista do impacto populacional: por ser um ramo intensivo em conhecimento e não em mão de obra, atrai de outras localidades, ou retém aqui, um contingente que chega a ter faixa salarial média elevada, que busca um padrão de vida elevado – adquire carros e buscam habitação de qualidade, como consequência a elevação do preço dos imóveis da cidade. Considerando que há um grande esforço para se atrair e produzir mão de obra que supram a demanda do arranjo local, estes fatores

importantes a serem considerados. (AGUIAR, 2015, p. 59)

Podemos observar, então, que uma das consequências é agravamento da segregação e outro problema é a questão da mobilidade urbana, já que os centros e parques tecnológicos estão bem distantes “dos polos de formação da força de trabalho, de parceiros para o desenvolvimento da tecnologia e dos clientes.” Em contrapartida, o autor aponta que as empresas do ramo estão próximas as residências dos empresários (IDEM).

Outro impacto que pode ser notado é que com a abertura e as transferências de empresas, de órgãos do Estado e outros equipamentos/atividades para a região norte da Ilha, modificam-se as características de alguns dos bairros da região que são conhecidos como estação balnear e agora ganham características de cidade permanente. Ocorre que, apesar disso, os turistas e veranistas continuam a frequentar estas praias na alta temporada, o que sobrecarrega a infraestrutura urbana da região, que já é precária, sendo que no verão de 2016, segundo a FATMA, quase metade dos pontos de banho nas praias de Florianópolis foram considerados impróprios para esta finalidade (DA SILVA, 2016). Dentre alguns dos pontos, diversos deles eram em praias conhecidas do norte, inclusive com um aumento de relato de viroses e doenças diarreicas afetando até turistas que vieram passar as férias na Ilha de Santa Catarina (ID., 2016).

Isto mostra que a forma como tem sido conduzido a expansão urbana, através das TIC's e do turismo, tem provocado impactos que potencializam a segregação e a devastação ambiental, e assim coloca-se em cheque o discurso da ONG e das demais entidades da cidade que

apelam para um desenvolvimento sustentável às avessas. Na realidade, esta retórica, de certa maneira, também é uma retórica “conciliadora”, afirmando ser possível o que a realidade tem mostrado como impossível até o momento. O objetivo deste discurso, na verdade, é apaziguar os grupos de ambientalistas que ganharam certo protagonismo na cidade na década de 90 e vender a Ilha de Santa Catarina como lugar aprazível para turistas e negócios.

4.1.3 Discurso tecnicista

Esta retórica não é muito explicitada pela Floripamanhã em seus documentos, especialmente aqueles que visam promover o nome da entidade. Todavia, quando a realidade se impõe sobre a aparência, e se explicita o verdadeiro caráter desta organização, o discurso da técnica como proeminente em relação aos demais ganha visibilidade. Este discurso, por vezes, vem acompanhado de outro discurso, o qual argumenta que o IPUF deveria ser fortalecido. Todavia esse é um assunto contraditório dentro da entidade, e, embora isto por vezes apareça nas atas (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, 2006, p. 2), a forma de atuação da entidade, especialmente com respeito ao plano diretor, que veremos na seção 4.3, não parece indicar que a Floripamanhã deseje o fortalecimento do órgão.

Com relação ao discurso técnico, em um documento elaborado pela associação com diversos pareceres técnicos, eis que aparece um parecer de um Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, demonstrando algo peculiar da Floripamanhã, o uso de opiniões de

professores universitários para legitimar suas ações. Em determinado trecho do parecer ele diz o seguinte:

As pessoas ainda continuam a pensar que a vontade delas deve ser absorvida na íntegra, mas isto não é condizente com a técnica tanto de planejamento de uma simples edificação e muitíssimo menos com uma entidade complexa como o é uma cidade. Apesar de existir a Resolução 65 do Concidades em que diz que a participação deva ocorrer em todas as etapas do Plano Diretor, esta proposta contém uma ilegalidade e uma inconsistência acadêmica séria. A ilegalidade se divide em duas vertentes: a primeira é que só profissionais legalmente habilitados (pelo CREA e/ou CAU, por exemplo) cabem decisões desta natureza e a segunda que é resolução e não lei. A inconsistência acadêmica é que nunca se conseguiu na Academia em teses ou outra forma aceitável que a população traçasse ao menos o projeto de uma casa ou traçado de uma rua, quanto mais “planejar” uma cidade! (Vide CV do autor.) (FLORIPAMANHÂ, 2012, p.40).

A retórica da técnica é um discurso que não permeia só a ONG, mas que tem sido comum em toda a cidade. Mostra-se muito presente nos momentos em que os conflitos internos de Florianópolis são mais intensos, como no caso das audiências do plano diretor ou mesmo nas eleições municipais³³, pois aparece como um discurso isento de ideologias e de partidarismo. Mas isto é só na aparência, pois um técnico não é ninguém acima dos outros, como procura argumentar o autor do trecho acima, e é, muito menos, isento ou apolítico. O profissional, tanto do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

³³ Em meio as eleições para prefeitura de Florianópolis em 2016 um dos candidatos, Murilo Flores do PSB, tinha como slogan de campanha a “gestão técnica” que contrapunha a “política”.

(CREA) como do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), está sujeito ao emaranhado de interesses e de ideologias que rondam ou impregnam o Estado, a sociedade e o próprio espaço urbano.

Na Audiência Pública do Plano Diretor de Florianópolis do dia 1 de agosto de 2016 realizada no Centro de Eventos da UFSC³⁴, um dos participantes questionou a proposta de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, que cruza o Bairro Pantanal alegando que a proposta implicaria em uma série de indenizações para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, pois exigiria a transferência de estabelecimento comerciais e de moradia. Todavia, em meio ao tempestuoso clima que se deu em algumas audiências, surge, então, a posição técnica, oriunda de um órgão técnico, pela voz de um técnico, em favor da duplicação. O técnico do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) alegou que a proposta já era antiga e que tinha que ser aprovada, pois favoreceria o transporte público. O participante ainda contra argumentou, longe dos microfones e em meio a protestos de outras pessoas que estavam lá, afirmando que ao contrário do que o técnico dizia a duplicação tenderia a incentivar o automóvel ao invés do transporte público. Depois disso, o debate sobre o tema se encerrou e não foi mais retomado.

A posição do técnico neste exemplo e em outros que se pôde observar nas Audiências Públicas do Plano Diretor de Florianópolis, chega como um “carteiraço”, interrompendo os debates, numa situação

³⁴ INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS (IPUF). 2º Audiência Pública da sede Insular. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9JLUblBUHT8> >. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

típica do que Lefebvre (2008, p. 68 e 69) chamava de terrorismo intelectual, conforme suas palavras:

A pressão da técnica, dos técnicos e tecnocratas, da epistemologia, das pesquisas de natureza puramente técnica e epistemológica, conduzia a um terrorismo intelectual. A burocracia sempre faz reinar um terrorismo. Há o que se deve e o que não se deve falar. No último decênio, havia o que se considerava sério e o que não era sério. O espírito de seriedade era, e continua sendo em muitos lugares, a expressão de um terrorismo latente, ligado, ademais, ao sentido da responsabilidade, ao respeito à competência, qualidades incontestáveis da tecnoburocracia.

O discurso técnico na atualidade parece ser um “carteiraço” em favor dos interesses empresariais da ilha, e muitas vezes, por incrível que pareça, sem muito embasamento. No caso, o que não é sério e não pode ser tratado, são as utopias e os devaneios de um setor “radicalizado” da cidade. Em última instância, a retórica da técnica cai na ideologia “possibilista” e pragmática comentada anteriormente. Os argumentos, então, apoiam-se na ideia de que a cidade não pode parar de crescer, ou que a tendência “natural” da cidade é “esta” ou “aquela”. Isso escancara que por trás do técnico há um argumento ideológico, ou seja, o argumento técnico não é apolítico, e, portanto, trata-se de uma estratégia política para legitimar determinada ação no espaço.

E assim conclui-se mais uma vez retomando Lefebvre (2008, p.67) e parafraseando-o: “O espaço é político, portanto, existe uma política do espaço.”

4.1.4 Discurso da criatividade e da cultura

O discurso da criatividade e da cultura são retóricas alimentadas pela concepção teórica da “nova economia” (*new economy*), no âmbito da qual se acredita na emergência de novos setores e também que as estruturas do período fordista são cada vez mais deixadas para trás. Neste sentido, a economia deixa também as mercadorias padronizadas de produção em massa, em benefício de bens e serviços de qualidade com atributos simbólicos e culturais, com reflexos na promoção de cidades e territórios (GATHEN, 2016).

Em Florianópolis, esta retórica surgiu junto com desenvolvimento das propostas para parques tecnológicos na Ilha de Santa Catarina e com o planejamento estratégico urbano. Ou seja, é um discurso que procura atrair atores do setor tecnológico e outros seduzidos pela ideia. Busca-se também inserir a cidade no contexto global e desenvolver ações que promovam a “marca” da cidade. Com efeito, toda a ideia presente no projeto da “Rota da Inovação” traz embutido esse discurso, cuja difusão ocorreu em grande medida como reflexo, especialmente, da experiência inglesa, concebida e executada, segundo Reis (2008, p. 18), mirando o seguinte:

1 - como resposta a um quadro socioeconômico global em transformação; 2 - privilegiar os setores de maior vantagem competitiva para o país e reordenar as prioridades públicas para fomentá-los; 3 - divulgar estatísticas reveladoras da representatividade das indústrias criativas na riqueza nacional (7,3% do PIB, em 2005) e com crescimento recorrentemente significativo (6% ao ano, no período 1997-2005, frente a 3% do total); 4 - reconhecer o potencial da produção criativa para projetar uma nova imagem do país, interna e

externamente, sob os slogans “Creative Britain” e “Cool Britannia”, com a decorrente atratividade de turismo, investimentos externos e talentos que sustentassem um programa de ações complexo.

A questão central da dita economia criativa está na sua associação com a cultura, que garantiria os resultados. Segundo o autor, a economia da cultura representa a valorização de aspectos muitas vezes intangíveis, que caracterizam bens ou serviços como únicos e, talvez, inimitáveis (REIS, 2008). Todavia, deve-se salientar, conforme Lins (2011, p. 235) que:

Ainda no diapasão conceitual, deve-se ressaltar que economia da cultura não é exatamente a mesma coisa que economia criativa, uma expressão de uso também frequente na literatura e considerada em iniciativas de política. Essa duplicidade constitui, em si, assunto para debate, mas vale assinalar que referir à segunda normalmente envolve considerar direitos de propriedade intelectual, principalmente direitos autorais. Vários setores ou segmentos teriam lugar nessa designação, “não só as indústrias culturais e o artesanato como, também, moda, *design*, arquitetura e até setores de pujança econômica indiscutível, mas cujo componente cultural é questionável, a exemplo de propaganda e software” (REIS, 2007b, s/p).

No caso da experiência inglesa, a ênfase na economia da cultura foi colocada na própria indústria criativa, que envolveu “desde moda e galerias de arte até atividades ligadas ao entretenimento, à arquitetura e ao *design*” (LINS, 2011, p. 238). Por isso, muitas vezes ambos os conceitos se confundem, porém é também considerando a relação dessas duas esferas que a Floripamanhã procura apoiar as suas propostas. De fato, trecho extraído do documento comemorativo da ONG, onde se

declara apoio a uma proposta de criação de um centro tecnológico (Centro Sapiens) em uma das partes mais antigas da cidade, com a intenção de criar um Polo Gastronômico, estampa o seguinte:

Este projeto une o poder público e a iniciativa privada em prol da revitalização e de investimentos em segmentos da economia criativa na parte leste do Centro Histórico de Florianópolis. A Floripamanhã é uma das entidades parceiras que assinou a adesão ao Centro Sapiens (em 14/09/2015) com o propósito de, entre outras ações, desenvolver na região o Polo Gastronômico Cidade UNESCO da gastronomia (FLORIPAMANHÃ, 2010, p.29)

A proposta mostra sintonia com muitas das experiências internacionais de *clusters* culturais concentrados em determinados espaços urbanos, como se pode perceber no seguinte endereço eletrônico³⁵: “O Centro Sapiens é um projeto para a revitalização da região leste do centro histórico de Florianópolis, tornando um espaço dinâmico e de convivência. A partir das iniciativas pública e privada, visa transformar a área em um polo de inovação voltado ao turismo, gastronomia, artes, design e tecnologia.”

Observa-se, então, que o discurso possui bases concretas em propostas que procuram promover a cidade ou uma parcela do seu território. Cabe aqui reiterar que estas propostas tendem a representar impulso ao processo de mercantilização da cidade (ARANTES, 2002). E, neste sentido, um espaço culturalmente rico pode vir a cultivar a sua própria destruição, pois, na medida em que a cultura se torna mercadoria, podem vir a resistir apenas aquelas que possuem caráter vendável.

³⁵ <http://www.sapiensparque.com.br/pt/centro-sapiens/>

A cultura diretamente como mecanismo de valorização da mercadoria cidade, ou como agregada ao turismo assume sua faceta de recurso flexível e gerenciável. A criatividade deixa de ser um elemento da dádiva e passa a ser uma mercadoria comercializável. Nesse processo o patrimônio só é valorizado, quando atende a uma demanda de mercado e não ao fortalecimento de uma identidade histórica, e a arte passa a servir de canal de valorização de uma outra mercadoria e não a elevação espiritual das pessoas que a apreciam, ou de contribuir para elevar um tecido social esmagado pela pasteurização da cultura de massa. (AGUIAR, 2015, p.66).

Também é perceptível na entidade que a cultura obedece está presente em seus documentos em segundo plano, só aparecendo enquanto atividade que ajuda a impulsionar o turismo e o setor tecnológico. Aguiar (2015, p. 69), na sua dissertação sobre o Floripa 2030, argumenta que: “A cultura também aparece como um dos eixos de intervenção, porém é apresentada de forma subalternizada, como uma variável valorizadora das outras duas e como um elemento homogeneizador.”

Neste sentido, cabe aqui discutir o que está por trás do discurso da criatividade e da cultura, que parece ser uma estratégia conciliadora entre os diversos setores da economia de Florianópolis para vender a cidade, fortalecendo especialmente aqueles setores hegemônicos (turismo, tecnológicos e construção civil), mas contentando também os secundarizados (imobiliário, lazer e entretenimento) e pessoas e entidades ligadas ao meio cultural e tecnológico. As propostas que gravitam em torno da economia criativa e da cultura são atraentes, conforme o ponto de vista de que é possível preservar certos aspectos do cotidiano e da cultura da ilha, que é muito rica no cenário catarinense

(LINS, 2011). Além disso, as respectivas atividades podem promover geração de renda e de postos de trabalho, numa palavra, desenvolvimento.

Contudo, existe um risco muito grande nestas propostas, quando aparecem associadas à ideia do planejamento estratégico urbano: podem reforçar um fenômeno bastante presente na cidade, qual seja, a segregação socioespacial. O cuidado com este possível fenômeno se justifica especialmente porque o centro da cidade, região que contempla uma das propostas, sempre foi um espaço de “encontros” de pessoas de diversos bairros. Por isso, muitas vezes o centro ou o núcleo histórico revelam os “traços da gênese da cidade” (EMMENDOERFER & DIAS, 2011, p. 98). Estas transformações implicam em novas e revitalizadas infraestruturas urbanas que podem culminar em um processo de *gentrificação*, que levam não somente à erupção urbana ou à migração intra-urbana, devido à valorização dos preços dos imóveis e do comércio, mas também o abandono de parcelas tradicionais da população que ali frequentam bares, rodas de samba, jogos de dominó e que passam a não se identificar mais com o espaço em questão.

Enfim, o debate sobre a “nova economia” e sobre seu uso para promover territórios urbanos em Florianópolis, é ainda aspecto a ser objeto de um estudo crítico, baseado nas experiências que estão a se formar na cidade. Contudo, conclui-se que as propostas que permeiam este discurso na entidade estudada guardam relação com a transformação da cidade em uma mercadoria vendável, preocupação bastante presente no discurso da ONG.

A seção seguinte tratará de como a Floripamanhã procura operar na prática, inclusive reexaminando o conteúdo de algumas das

propostas e das retóricas trabalhadas nesta seção. O que é importante registrar é que muitos destes discursos representam retóricas que procuram aglutinar setores da sociedade civil florianopolitana e legitimar ações dentro do espaço urbano da cidade.

4.2 O *MODUS OPERANDI* DA FLORIPAMANHÃ

4.2.1 O marco legal que dá suporte à operação

O contexto do começo da década de 90, como assinalado anteriormente, foi de redemocratização e de reincorporação de diversos atores à vida social brasileira, como sindicatos e demais entidades da sociedade civil. Mas representou também uma conjuntura de fortalecimento dos preceitos neoliberais, que abarcavam a “necessária” (contra) reforma do Estado de bem-estar social e a atribuição de responsabilidades ao dito “terceiro setor”, como uma forma de “compensação” pela desresponsabilização do Estado. Isto passou a acontecer no Brasil na década de 90, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), encabeçado pelo até então ministro Bresser Pereira.

A partir disso, uma legislação correlata começou a surgir para regular a criação das organizações deste “setor”, fora as que já existiam antes, e que ainda dão uma base legal para as atividades da FloripamANHã. A entidade não chegou a utilizar todos os dispositivos que o ordenamento jurídico oferece às organizações do “terceiro setor”, todavia o que irá se apresentar a seguir é a maioria, pois, embora estes mecanismos não estejam contemplados pela ação prática da FloripamANHã até então, ainda podem vir a ser utilizados pela entidade.

Os trabalhos que ajudaram a elencar a legislação correlata a respeito do “setor” foram os de Montañó (2010) e Szazi (2000). Seguem abaixo algumas delas:

- *A Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935*, que reconhece como de utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país, com fim de servir a coletividade. Esta é regulamentada pelo *Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961* (SZAZI, 2000).
- *A Constituição Federal de 1988*, no seu artigo 150, inciso VI, alínea c, estabelece a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. O *Decreto nº 91030, de 5 de março de 1985*, regula essas isenções fiscais, beneficiando entidades sem fins lucrativos que promovam atividades com fins culturais, científicos e assistenciais.
- *A Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998*, dispõe sobre o Serviço Voluntário, considerado como atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública. O serviço voluntário não gera, segundo a lei, vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária.
- *A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998*, qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Essa lei

promove uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado.

- A *Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998*, altera os dispositivos anteriores para isenção de contribuição à seguridade social, dirigidos a entidades filantrópicas. O *Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998*, dispõe sobre a concessão do certificado de entidade de fins filantrópicos, alterado posteriormente pelo *Decreto nº 3.504, de 13 de junho de 2000*.
- A *Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999*, conhecida como lei da OSCIP, qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e institui e disciplina o termo de parceria, a ser firmado entre Poder Público e as Oscip, destinado ao vínculo de cooperação entre as partes. A lei é regulamentada pelo *Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999* e pela *Portaria MJ nº 361, de 27 de julho de 1999*. É alterada pela medida Provisória nº 2.123-29, de 23 de fevereiro de 2001.
- A *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de

1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Foi alterada pela *Lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015*.

Esta legislação contemplou a criação de uma série de incentivos fiscais e apoios financeiros e diversas modalidades de cooperação e financiamento, conforme indica Montañó (2010, p. 204 e 205):

a. Auxílios e contribuições. Os auxílios derivam da Lei de Orçamento; as contribuições definem-se por lei especial (cf. Szazi, 2000: 103).

b. Subvenções sociais. Destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência social, médica ou educacional (cf. idem: 104).

c. Convênios, acordos ou ajustes. São o meio jurídico adequado para a execução, em regime de mútua cooperação, de serviços de interesse recíproco (cf. idem: 105).

d. Contratos de gestão. A partir da Lei nº 9.637, o Estado destina recursos para que uma entidade privada sem fins lucrativos, *sem processo licitatório*, realize atividades públicas (cf. idem: 109). Na verdade, isto representa uma verdadeira *privatização*, mediante a *terceirização* ou transferência de funções de responsabilidade estatal para chamada “iniciativa privada”.

e. Termos de parceria. Seguindo o que reza a Lei nº 9.790, o Estado transfere recursos públicos para a entidade “parceira” (cf. idem: 109). Isto, quando é feito de forma a substituir (não complementar) a responsabilidade estatal com a resposta às demandas sociais, é outra forma de *privatização* de funções do Estado.

f. Isenção de impostos, ou renúncia fiscal do Estado a recolher impostos de entidades declaradas como instituições filantrópicas ou de interesse público, conforme a Lei nº 9.732. A isenção de impostos a pessoas físicas é pequena; para 2000 a estimativa foi de pouco mais de 5 milhões de reais para todo o universo de

contribuintes; no entanto, para as pessoas jurídicas a renúncia fiscal para o mesmo ano é de quase 26 milhões de reais (cf. idem: 113).

Em relação à legislação mais recente, a Lei nº 13.019/2014 surgiu com o objetivo de regulamentar projetos de interesse público com começo, meio e fim, e criar mecanismos de financiamentos chamados de termos de colaboração ou de fomento. Os primeiros são para projetos propostos pelo poder público, e os segundos são para projetos propostos pelas próprias organizações da sociedade civil. Alguns destes dispositivos de benefícios e financiamentos são utilizados pela Floripamanhã.

Com relação à legislação municipal e estadual, interessa mencionar duas Leis:

- A *Lei municipal 7.323, de 21 de maio de 2007*, que declara a Associação Floripamanhã como de utilidade pública para o Município.
- A *Lei estadual nº 14.390, de 02 de abril de 2008*, que declara a Associação Floripamnhã como de utilidade pública para o Estado.

Ser denominada de Utilidade Pública, trocando em miúdos, significa dizer que a organização da sociedade civil pode receber os benefícios conforme a legislação vigente no Município e no Estado. Antes da Lei nº 13.019, existia também o título de Utilidade Pública Federal, mas tal lei revogou estes títulos, que atualmente existem apenas ao nível estadual e municipal.

Além desses títulos, a associação também possui Título de OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, registrado

pelo MJ nº 08071.02878/2009-86, conforme publicado no Diário Oficial de 13 de novembro de 2009. Por ser considerada uma organização sem fins lucrativos, e que trabalha com diferentes pautas sobre questões importantes para a cidade, permite-se que a associação possua cadeiras em alguns dos conselhos da cidade e do estado, incluindo conselhos com poder de deliberação.

Em suma, a Organização Não-Governamental Floripamanhã, além de ser um reflexo do amadurecimento do *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis, que se deparava com novos obstáculos advindos dos setores sociais e da redemocratização (ainda que burguesa), também é um produto de um contexto em que sobressai a hegemonia da ideologia neoliberal, expressa no ordenamento jurídico que permitiu a constituição da entidade e suas formas de inserção dentro do aparelho institucional do Estado.

4.2.2 Estrutura e forma de organização

A Associação Floripamanhã foi fundada em 17 de agosto de 2005, e atualmente sua sede se localiza no *Sapiens Park*, em Canasvieiras. No seu Estatuto, que passou por diversas alterações desde a sua fundação, constam seus objetivos para Florianópolis e a respectiva região:

I. Trabalhar, inicialmente, para fazer de Florianópolis, sempre entendida como a Grande Florianópolis, um ambiente economicamente desenvolvido, socialmente justo, e ecologicamente sustentável, preservado seu patrimônio cultural e natural;

II. Promover a cultura de planejamento e de desenvolvimento urbano, estimulando as vocações regionais;

III. Estimular a cooperação público-privada, o sentimento de cidadania, o compromisso com o desenvolvimento sustentável com geração de riqueza e bem estar social;

IV. Fortalecer o debate do projeto de reserva da biosfera em ambiente urbano na Ilha de Santa Catarina;

V. Fortalecer o debate sobre a Legislação de gerenciamento costeiro e do plano de ordenamento náutico de Florianópolis, como forma de preservação ambiental, planejamento e oportunidade de geração de riqueza;

VI. Cooperar e apoiar o debate do desenvolvimento das duas vocações da região: turismo e tecnologia, viabilizando política de atração de talentos e empresas específicas desses setores;

VII. Contribuir para a prosperidade da região destacando projetos direcionados aos conceitos de inovação, criatividade e cidade inteligente, como forma de bem estar social e qualidade de vida.

VIII. Contribuir para a construção e conscientização da importância do planejamento, do desenvolvimento territorial e urbano, social, cultural, econômico e ambientalmente responsável, sem limite de fronteiras geopolíticas, através da promoção, desenvolvimento, implantação e execução de programas e projetos voltados a estes objetivos (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 1 e 2).

Para fazer cumprir com seus objetivos, a entidade se propõe a:

II. Atuar na difusão da Educação Ambiental, inclusive na promoção de campanhas educativas e de esclarecimento à opinião pública;

III. Oferecer, ao Poder Público, sugestões, subsídios e informações;

IV. Patrocinar eventos próprios ou participar de eventos promovidos por terceiros;

V. Promover, institucionalmente, a proteção do meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ficando autorizado a promover medidas judiciais e/ou administrativas, inclusive ajuizar ações civis públicas (art. 5º e incisos, da Lei nº. 7.347/85), dentre outras medidas, até mesmo no resguardo de interesses difusos e coletivos;

VI. Atuar em todo o território nacional. (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 2)

A organização possui quatro órgãos administrativos: 1. Assembleia Geral; 2. Conselho Consultivo; 3. Diretoria; IV. Conselho Fiscal. Atualmente ela também possui uma funcionária responsável por secretariar as atividades da entidade e uma estagiária.

A Assembleia Geral é órgão máximo da instituição. É composta por associados e se reúne ordinariamente no mês de abril, para prestar contas do ano anterior, e extraordinariamente quando convocada pela presidência. Ela delibera sobre questões internas da ONG, como prestação de contas, alteração estatutária, eleição do conselho fiscal e da diretoria.

O Conselho Consultivo é um órgão de apoio à diretoria. No começo era um órgão composto somente por associados das primeiras faixas de mensalidade (1, 2 e 3), ou seja, das mensalidades mais altas. Mas essa discriminação foi alterada, e atualmente o Conselho é formado por pessoas de “conhecimento notório na sociedade, podendo ser associados” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 6).

O Conselho Fiscal é o órgão, como o próprio nome diz, fiscalizador do cumprimento das atividades econômicas e financeiras da

associação. É composto por associados, com três membros efetivos e três suplentes, sendo os mandatos de dois anos.

A Diretoria é órgão executivo da organização, que se encarrega da sua administração. Compõem a diretoria um presidente, um vice-presidente, um diretor administrativo e seu adjunto, um diretor financeiro e seu adjunto, um diretor de comunicação e seu adjunto e um diretor jurídico e seu adjunto. Todos estes são necessariamente associados, não podendo nenhum deles ocupar cargo público.

As formas de angariar recursos para financiamento de seus projetos e manutenção da sua estrutura são: “I. Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público pra financiamento de projetos na sua área de atuação; II. Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; III. Doações, legados e heranças; IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração; V. Contribuição dos associados; VI. Recebimento de direitos autorais etc.” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 3). Sendo que a contribuição dos associados é dividida em 8 faixas, sendo a primeira (1) a de maior valor.

Oficialmente a associação possui 61 associados e fundadores³⁶, dentre os quais nomes conhecidos da cidade, integrantes de outras entidades de representação, ex-secretários e ex-diretores de fundações e órgãos ligadas ao governo municipal e estadual. Dentre os associados existem também pessoas jurídicas, sendo elas: Costa Norte Hotéis Ltda; Desenho Alternativo Ltda; Empreendimentos Imobiliários Zita Ltda; Eugenio Raulino Koerich S.A Com. e Ind.; Habitasul Empreendimentos

³⁶FLORIPAMANHÃ. Associados e Fundadores. Disponível em <<http://floripamanha.org/quem-somos/associados/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

Imobiliários; HCB Participação e Administração Ltda.; JC Concierge & Eventos; Koerich Construção e Participação Ltda; PRAXIS Feiras e Congressos; SETUF – Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis; SEPEX SC Sindicato das empresas de publicidade exterior do Estado; SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis.

Para se ter uma ideia sobre a capacidade financeira, vale informar que no ano de 2015 a receita da associação foi R\$ 195.781,82, dos quais R\$ 109.770,00 referem-se a mensalidades, R\$ 62.011,82 a doações e R\$ 24.000,00 a serviços prestados (ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2016). Esta é uma tendência da ONG ao longo desses mais de quinze anos de existência: ser financiada pelos seus próprios sócios, com apenas dois momentos de exceção. Assinale-se que se trata de situação diferente da tendência geral das organizações do “terceiro setor”, no Brasil e no mundo, que costumam viver da prestação de seus serviço. A maioria, inclusive, costuma deixar a atividade de *fundraising* ser norteadora de sua missão e visão (MONTAÑO, 2010, p. 208 a 215). A entidade em questão, ao contrário, vive sobretudo dos recursos das mensalidades de seus associados.

As exceções aconteceram em 2008, quando a ONG recebeu de subvenções sociais R\$ 200.000,00 e, ainda neste mesmo ano, recebeu R\$ 105.310,00 de doações empresariais (ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2009). No ano seguinte a entidade também recebeu R\$ 360.000,00 de subvenções sociais (ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2010), e por causa disso as receitas deram um

grande salto nesses dois anos. Os recursos das subvenções sociais vieram da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, do Governo do Estado de Santa Catarina (GESC), do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo (FUNTURISMO). Tanto os recursos oriundos das subvenções sociais como as doações empresariais foram destinados ao projeto Floripa 2030 – Cenários Possíveis³⁷.

Outro aspecto que pode ser observado nas atas das Assembleias Ordinárias da ONG, particularmente naquelas em que foram incluídos em anexo os valores das mensalidades de cada associado (atas de 2011 e 2014), é que as contribuições maiores são de pessoas jurídicas. Do lado dos custos e despesas, a maior parte refere-se a despesas com pessoal e com custeio e manutenção, com exceção dos dois anos mencionados acima, quando os maiores gastos foram com despesas ligadas a projetos³⁸.

Sobre o projeto Floripa 2030 em outro momento irá se discutir mais sobre ele. Por enquanto ficam somente alguns questionamentos sobre a atuação da instituição: se a organização não sobrevive de seus serviços prestados, mas depende dos recursos provindos dos seus associados, e se estes ocupam cadeiras nos conselhos e na diretoria da entidade, então, não seria correto pensar que ao invés de trabalhar para o interesse público a Floripamanhã trabalha para o interesse dos seus associados, já que são eles que sustentam a organização? E se os custos e as despesas costumam ser maiores com pessoal e manutenção, e não

³⁷ Isto foi confirmado em e-mails trocados que estão no anexo I.

³⁸ Estas informações estão todas nas atas das Assembleias Gerais Ordinárias realizadas todo mês de abril, aonde a entidade presta conta aos seus associados, todas as atas estarão referenciadas e estão disponíveis no acervo do autor.

com projetos, qual tem sido a contribuição da ONG para Florianópolis, efetivamente?

4.2.3 Forma de atuação

A Associação Floripamanhã inicialmente agrupava seus trabalhos em Câmaras Temáticas, que constituem esferas da ONG que procuram trabalhar sobre temas específicos, através de grupos de trabalho, reunindo não só associados, mas também especialistas, secretários e servidores do município, assim como técnicos do IPUF, Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), além de outros órgãos. Atualmente a nomenclatura foi alterada para Eixos Temáticos. Destas estruturas saem algumas propostas que posteriormente podem vir a se tornar projetos da entidade ou diretrizes da sua forma de atuação. Atualmente a entidade opera em quatro Eixos Temáticos: Economia Criativa, Articulação Intersectorial para a Solução de Problemas da Cidade, Planejamento de Cidade Sustentável e Revitalização de Espaços Urbanos.

Em cada eixo temático participam associados que representam a entidade nos conselhos, fóruns e demais espaços nos quais ela tem presença. Dentre estes órgãos, figuram aqueles que são comandados pelo governo do Município ou do Estado de Santa Catarina. A organização possui cadeira nas seguintes entidades³⁹:

- **Conselho Municipal de Turismo:** Participa desde 16/05/2007
- **Conselho Municipal de Inovação:** Participa desde 05/09/2012.

³⁹ FLORIPAMANHÃ. Representações. Disponível em: < <http://floripamanha.org/quem-somos/entidades-nas-quais-a-floripamanha-tem-representacao/> >. Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

- **Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS):** Participa desde 13/02/2014.
- **Fórum de entidades:** Participa desde 02/10/2014
- **Comitê de Desenvolvimento da região Metropolitana da Grande Florianópolis (CODERF):** Participa desde 14/05/2015
- **Conselho da Cidade:** Participa desde 02/10/2015
- **Conselho Gestor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL/MPSC):** Participa desde 09/03/2016

É importante observar que, embora a maioria destes conselhos e espaços promovidos pelo Estado e Município seja de caráter consultivo, há alguns, como o CMHIS e o CODERF, que são deliberativos. Assim, tem sentido questionar a participação da ONG nestes órgãos, mesmo naqueles que se apresentam como consultivos. Conforme foi discutido na subseção anterior, a organização é composta por associados ligados a setores do empresariado, que sustentam a entidade financeiramente, e ainda por cima compõem a sua diretoria e demais órgãos de deliberação da associação. Tendo em vista tal situação, não estariam os empresários sendo duplamente representados, já que as cadeiras desses conselhos são ocupadas por Estado, representantes empresariais e sociedade?

No caso, por exemplo, do CMHIS, a entidade ocupa a vaga que é destinada a um membro da sociedade civil, representando “organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento urbano ou moradia popular” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010). Embora seja apenas uma cadeira, o voto pode ser decisivo para a deliberação, e, além do mais, a própria entidade tem acesso privilegiado aos órgãos do Estado. Os próprios recursos

adquiridos para o projeto Floripa 2030, via subvenções sociais, portanto sem envolver licitações, demonstram isto.

Outra coisa que demonstra as facilidades que a entidade possui, e uma prática recorrente da ONG, é a participação em, e até mesmo fundação de, espaços como fóruns, conselhos e comitês criados por outras instituições que não o Estado e que, por vezes, não possuem a devida transparência. Nestes espaços há a presença de membros da associação, de entidades de representação empresarial (CDL, *Convention Bureau*, ABAVI, SINDUSCON) e também de servidores, técnicos e até secretários dos municípios da grande Florianópolis. São alguns deles:

- **COMDES – Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis:** Participa desde 17/03/2009. Foi coordenadora geral em 2011 e 2012 e em 2013 coordena a comissão de Mobilidade;
- **Fórum de Turismo de Florianópolis – FORTUR:** Foi fundadora e coordenadora no primeiro ano de atividade do FORTUR – 2014;
- **Grupo Interinstitucional para Gestão de Resíduos Sólidos de Florianópolis:** Desde 16/02/2010. Coordenação desde a Fundação, junto com CDL-Florianópolis e com o apoio da Prefeitura Municipal e Comcap;
- **Grupo Gestor dos 65 Destinos Indutores:** Participa desde 14/07/2011. Condução: ASSESC;
- **GTT Náutico de Santa Catarina:** Participa desde 11/06/2013.

Estes “espaços” muitas vezes acabam se tornando um ambiente privilegiado do empresariado, no sentido de articular e pressionar o Estado por propostas, pois contam com a presença de ambos (empresariado e Estado) sem nenhum tipo de “ruído” que eventualmente possa acontecer nos Conselhos Municipais e Estaduais, tendo em vista a atuação de outras entidades. A maioria deles não disponibiliza atas e não é regida por estatutos ou leis que sinalizem ou imponham transparência sobre o que está sendo discutido. Afinal de contas, se até secretários frequentam algumas destas reuniões, seria interessante que a população tivesse acesso ao que está sendo discutido.

Outros espaços de representação de que a entidade participa são: a OAB Cidadã, desde 01/10/2010; e o Conselho Consultivo do Centro de Educação e Cidadania Ambiental, desde 27/07/2011. O primeiro trata-se de um projeto de Advogados que procura auxiliar a população no acesso aos seus direitos, encabeçado pela OAB, e o segundo é um projeto de educação ambiental, mas que também possui intenções de explorar a ideia do turismo ecológico, sendo a proposta encabeçada pelo projeto CECA (Centro de Educação e Cidadania Ambiental).

4.2.4 Projetos e propostas

Esta subseção objetiva mostrar os principais projetos e propostas elaborados pela entidade. Observa-se também que essa atividade representa uma das formas pelas quais a ONG se articula com outros setores e frações de classe da sociedade florianopolitana. Segue

abaixo as principais propostas da associação, tendo algumas sido tratadas já na seção anterior⁴⁰.

Florianópolis Cidade da Gastronomia

Este é um projeto ainda em andamento liderado pela Floripamanhã que procura vender a “marca” da cidade como uma “City of Gastronomy”, nos moldes daquilo que foi discutido na seção anterior. A iniciativa tratou de incorporar a cidade em uma Rede Mundial de Cidades Criativas, que reúne urbes de todas as partes e, assim, favorece trocas de experiências e conhecimentos.

O projeto contou com as ações de um Grupo Gestor formado por: Sindicato de Hotéis Restaurantes Bares e Similares de Florianópolis/SHRBS, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes/ABRASEL-SC, Instituto Federal de Santa Catarina/IFSC, Universidade Estácio de Sá, Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEART/UDESC), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Santa Catarina, Florianópolis e Região, Convention & Visitors Bureau, Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL) de Florianópolis, Santa Catarina Turismo (SANTUR), Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), através da

⁴⁰ FLORIPAMANHÃ. Prioridades Floripamanhã. Disponível em: < <http://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/> >. Acesso em 1 de março de 2017.

Secretaria Municipal de Turismo, sendo a coordenação geral exercida pela Associação FloripAmanhã.⁴¹

Além de compor a rede de cidades, a proposta também contemplou a criação de um Observatório da Gastronomia, onde se discutem conceitos e se definem questionamentos, e um Laboratório de Inovação Cultural – LabinFloripa, este último para dar suporte aos empresários do setor com propostas e projetos juntos à UNESCO.

Programa Adote uma Praça

Este é um projeto que segue em andamento, realizado em parceria com a FLORAM, pelo qual a iniciativa privada pode se encarregar da manutenção de logradouros, praças ou parques, e em troca é colocada uma placa promovendo o nome da empresa, no melhor estilo empresa “cidadã” que Montaño (2010) comenta em seu trabalho.

O Projeto de Estudo Complementar para Implantação do Plano de Ordenamento Náutico

Trata-se de um projeto, que também continua em andamento, para subsidiar a regulamentação de atividades náuticas, especialmente para o transporte hidroviário, turismo náutico, aquicultura e pesca. A proposta é liderada pela FloripAmanhã com o apoio de Fecomércio- SC, CDL-Florianópolis, Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO/CDL-São José), Florianópolis e Região, Convention & Visitors Bureau, Videoteca Videolocadora, Sindimóveis-

⁴¹ FLORIPAMANHÃ. Florianópolis: Cidade Unesco da Gastronomia / Unesco City of Gastronomy. Disponível em: <<http://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/florianopolis-cidade-unesco-da-gastronomia-unesco-city-of-gastronomy/>>. Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

SC, Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis, Orsitec Assessoria Contábil e Empresarial, Pedro Paulo de Abreu e Renato Odecio Kock.

Projeto Recicla bem Floripa

Esta é uma proposta do Grupo Interinstitucional para a Gestão dos Resíduos Sólidos de Florianópolis (GIRS), que é composto por cerca de 50 entidades representativas. O projeto visa difundir a educação ambiental e orientar sobre a seleção e destinação correta de resíduos para a reciclagem. O Grupo conta com a participação de Floripamanhã, CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), Nosso Lixo, CDI (Comitê para Democratização da Informática - SC), COMCAP, Banco do Brasil, ICOM e Instituto Vonpar.

Floripa2030

Este, com certeza, é o maior projeto em que a organização já se envolveu. Trata-se de uma proposta de cidade que sintetiza os desejos e ambições de boa parte dos empresários de Florianópolis, muito embora procure também conciliar com ideias que passaram a vigorar na ilha, a fim de legitimar o projeto perante a sociedade florianopolitana.

O “Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e Região” é um projeto encabeçado pela Floripamanhã, e que teve orientação metodológica Fundação Centro de Estudos e Planejamento Ambiental (CEPA). Contou com o apoio de diversas entidades, dentre as quais: Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA – SC), Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), Reserva da

Biosfera UNESCO, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Fundação Certi, IPUF, Governo do Estado de Santa Catarina (GESC), UFSC, Unisul, Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), FUNTURISMO e outras entidades e empresas ligadas ao setor empresarial, como o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), CDL e Grupo Habitasul.

As discussões sobre a necessidade de um plano para a cidade são efetuadas no âmbito da entidade desde o seu início das suas atividades, quando, no seu primeiro ano de funcionamento, já havia uma Câmara Temática chamada “Plano Diretor e Biosfera Urbana”, sendo a Reserva de Biosfera Urbana (RBU) uma das propostas que compõem o projeto. Na ata da Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2006, há referências aos interesses dos associados sobre a elaboração de um Plano de Turismo, que seria um “Plano de longo prazo para atividade”, sendo destacado que isso facilitaria as ações, frisando-se, entretanto, a necessidade de planejamento. Um representante do SINDUSCON e da CDL chamaram a atenção para o plano diretor da cidade, tendo, inclusive, o representante da primeira entidade dito que “temos que achar formas de convencer a Câmara e o Executivo sobre como esta cidade deve crescer em bases científicas, contratando consultores para trabalhar junto, se necessário” (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, 2006). Na mesma Ata, o presidente da Floripamanhã em exercício comentou ter realizado 3 ou 4 reuniões com arquitetos para discutir o assunto.

Nesta ata aparecem registros sobre os primeiros debates em torno da necessidade da elaboração de um projeto de longo prazo, como é o Floripa 2030. Em 2007 já era possível observar as primeiras

movimentações, e na ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 10 de abril de 2008 a proposta parecia já estar encaminhada. Segundo esse documento, tratava-se da “elaboração de três cenários para um modelo de desenvolvimento sustentável urbano-territorial para Florianópolis; proposta conceitual, que facilite e articule as iniciativas de desenvolvimento público e privado, garantindo níveis de sustentabilidade sócio-econômico-ambiental; aplicação do modelo de reserva de biosfera urbana e capacidade de carga, como critério básico para ocupação do solo” (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2009, p. 2). Inclusive, no mesmo documento, a então Presidente da Associação ressaltou a importância das câmaras temáticas desenvolverem propostas específicas para o projeto (Ibid, p. 3).

Fica claro que a intenção era a criação de um projeto que articulasse os principais setores, e frações de classe, em uma proposta que possibilitasse uma maior coesão à ação empresarial nos embates com a sociedade, especialmente em relação ao Plano Diretor que já estava em andamento. Os detalhes do projeto Floripa 2030, podem ser analisados em Aguiar (2015). O que se procura observar aqui são alguns aspectos do projeto, que procura ser uma síntese das várias propostas da FloriapamANHã e dos desejos e ambições de muitos empresários da ilha. Um primeiro aspecto é que o projeto incorpora os discursos da entidade comentados na seção anterior, aglutinando uma serie projetos como a Reserva de Biosfera Urbana (RBU), as propostas do Projeto de Estudo Complementar para Implantação do Plano de Ordenamento Náutico e de Gestão de Resíduos de Sólidos (FLORIPAMANHÃ, 2008).

O que dá o tom da dinâmica socioespacial contemplada na proposta do Floripa 2030 é a multiculturalidade e a polinucleabilidade, o que consiste em promover o desenvolvimento de regiões distantes do distrito sede. Desta maneira, propõem-se alternativas para a cidade, em face da dita “falta” de desenvolvimento em determinadas regiões, procurar uma melhor distribuição populacional, colocando a população próxima da região onde trabalha, para evitar os fortes problemas de mobilidade urbana. Observe-se que em relação a esse último aspecto há contradições que merecem ser mencionados: por exemplo, polinucleabilidade, acaba por fortalecer as distâncias entre um núcleo e outro (entre um bairro e outro). Isto pode, ao invés de remediar os problemas de mobilidade urbana, vir a agravá-los.

Assim, uma estratégia deste tipo teria que vir acompanhada de uma forte estabilidade do emprego, de modo a que o cidadão não tivesse motivos para mudar de bairro e nem se deslocar. Também teria que haver imóveis a preços e alugueis compatíveis com os salários. Todavia, isto não parece caracterizar as tendências mundiais e tampouco do Brasil, pois tanto a estabilidade do emprego quanto os salários tem sido recorrentemente alvos de aprofundamento do seu caráter precário. Outro aspecto é que, para garantir a estabilidade do emprego, também teria que ocorrer um fortalecimento dos sindicatos trabalhistas nos setores que são objetos de interesse do próprio projeto, mas organismos desse tipo (sindicatos) nem sequer constam entre as entidades que participaram das reuniões.

Sobre isto, o texto do projeto ainda comenta, na parte intitulada “Política de distribuição do crescimento populacional para conseguir uma cidade polinuclear”:

A distribuição do crescimento populacional se baseia na articulação com os municípios da região metropolitana para receber maior população que a estimada segundo as tendências; e na aceitação por parte dos habitantes de Florianópolis de que em determinados distritos e/ou localidades o padrão de ocupação de baixíssima densidades deverá mudar para um padrão mais concentrado que permita abrigar mais população sem descaracterizar demasiadamente a paisagem urbana existente. (FLORIPAMANHÃ, 2008, p. 40)

O documento ainda segue: “Do contrário a Ilha tenderia a ser elitizada ou ocupada desordenadamente como já ocorre hoje, atentando contra a sua frágil capacidade de ocupação” (FLORIPAMANHÃ, 2008, p. 40). Ao autor deste trabalho a proposta expressa no projeto parece avessa ao que ela procura argumentar, pois, ao dizer que os municípios da região metropolitana deveriam receber “maior população que a estimada”, o projeto parece então sugerir canalizar parte de um “excedente” populacional da ilha para região metropolitana. E ainda que a população deve aceitar um padrão mais concentrado, ou seja, maior verticalização em determinados bairros. Isto, somado ao impacto da Reserva de Biosfera Urbana (RBU), significa então supor que este “excedente” seria fruto de um processo de valorização ou mesmo de expulsão de populações que ocupam hoje áreas irregulares, devido ao novo “padrão” ocupacional de determinados distritos. Parece que, ao contrário do que se procura afirmar no projeto, a proposta é justamente elitizar a ilha. Aguiar (2015, p. 70) concorda que o projeto possui esta mesma lógica:

A busca desta equidade, traduzida pela estratégia 02: Cidade multicultural e polinuclearidade, gerará intervenções, que em decorrência de sua natureza e objetivos, tendem a gerar um processo gentrificante, que em longo prazo impedirá que setores de baixa e até mesmo de média renda se instalem na ilha, deixando a porção continental como única alternativa. Alcançando o previsto no cenário síntese: “Crescimento moderado, direcionando o restante do aumento populacional esperado para o continente com base em medidas de promoção, estímulo e acompanhado por investimento em infraestrutura e habitação social (...)” (Ibid, p.56)

O autor também sintetiza o que de fato se trata no Floripa 2030, segundo as entrevistas feitas por ele com a até então presidente da Associação e com o presidente do SINDUSCON na época:

O que se percebeu das entrevistas? O Floripa 2030 conseguiu convergir o que é essencial em termos de organização espacial, do ponto de vista do Bloco Hegemônico⁴²: uma cidade com qualidade, agradável e eficiente, para poucos. Em todo o documento fica implícito que se está buscando, para além de soluções urbanísticas para a cidade, um projeto de desenvolvimento mais amplo e com um forte viés de inserção desta cidade em um circuito internacional dinamizado pelos mecanismos intrínsecos à chamada globalização. (AGUIAR, 2015, p. 68 a 69)

É interessante observar que mesmo o projeto tendo estas características, ele em certa medida conseguiu “dobrar” diversos setores de classe que se mostraram bastante receptivos à proposta na época.

⁴² O autor utiliza a noção de Blocos Hegemônicos e Blocos no Poder, todavia sem especificar o que são e quem são os atores que compõem estes Blocos. Aparentemente ele por vezes parece se referir a noção de Blocos que Marx e Poulantzas utilizavam, e por vezes a de Gramsci. Todavia em nenhum momento da Dissertação ele fala em blocos hegemônicos metropolitanos.

Cabe destacar, inclusive, que o Floripa 2030 veio acompanhado de um documento intitulado “Pacto cidadão de desenvolvimento sustentável Floripa 2030”, que conta com as assinaturas de políticos como o então deputado estadual César Souza Júnior (PSD), o prefeito da cidade Dário Berger (PMDB), Esperidião Amim (na época PP), Angela Albino (PCdoB), Nildomar Freire Santos (PT) e até mesmo de partidos que possuem um histórico recente de combatividade em relação a estas propostas, como Afrânio Boppé (PSOL) e Joaquina de Oliveira (PSTU).

Todavia, é necessário fazer justiça com Afrânio Boppé (PSOL), que, quando vereador, se mostrou contrário ao projeto complementar de Lei nº 1.292/2013, que instituía o Plano Diretor de 2014, que guarda muita semelhança com o Floripa 2030. Somente ele, e os também vereadores Lino Perez (PT) e Pedro Silvestre (PP), votaram contra a proposta. As assinaturas de políticos ligados aos movimentos sociais revelam que não havia entendimento sobre o que estava sendo proposto com o Floripa 2030, o que só ficou mais claro no episódio do plano diretor que será tema para seção seguinte.

4.3 EVIDÊNCIAS DA INFLUÊNCIA DA ONG FLORIPAMANHÃ NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL: O PAPEL DA ENTIDADE NAS DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

Ao longo desta pesquisa pôde-se identificar a influência da ONG Floripamanhã na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e também no Governo do Estado de Santa Catarina (GESC), através da análise de alguns de seus documentos. Para fins deste trabalho foram

analisados quatro documentos que exprimem evidências da influência da entidade: 1. Ante Projeto de Lei do Plano Diretor Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis (PMF, 2010); 2. A Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanismo (PMF, 2014); 3. Projeto Vita et Otium (INSTITUTO SILVA PAES, 2010); 4. Plano de Ação Florianópolis Sustentável (Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, 2015). Dada a importância para esta pesquisa, o trabalho procurou focar nos dois primeiros, todavia para entendê-los se faz necessário analisar também o contexto em que ambos foram publicados.

4.3.1 Processo de grande eloquência: as questões ligadas ao Plano Diretor Participativo de Florianópolis

Antes do início do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) de Florianópolis em 2005, a cidade já possuía um Plano Diretor que se resumia a uma Lei de Uso da Ocupação do Solo nº 001/1997, valendo somente para o Distrito Sede. Com a criação do Estatuto das Cidades, em 2001, e as pressões da população, houve a necessidade de se fazer um plano diretor que contemplasse todo o território da cidade e, ainda por cima, como manda o Estatuto, o plano deveria contar com a participação popular.

Para fazer cumprir com estas obrigações, foi criado em 2006 o Núcleo Gestor (NG) do plano, definido em Audiência Pública, incorporando representantes de cada um dos 13 distritos do Município. Houve alguns conflitos nesta etapa, e alguns especialistas acusavam a falta de metodologia para seguir com o processo participativo, assim

como o descaso da prefeitura em relação ao plano (SABOYA, 2010). Isto tudo ocorreu no primeiro mandato da gestão do prefeito Dário Berger. Todavia, apesar destas reclamações, o plano seguia sem grandes obstáculos, e o processo inclusive contou com ampla participação popular, segundo Dos Santos (2015, p. 418) “foram mais de 4.000 cidadãos envolvidos diretamente nas discussões; e mais de 1.000 encontros, entre fóruns, seminários, oficinas, reuniões ordinária dos núcleos.” Isso demonstrava também um novo tipo de comportamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) com a população, diferente daquele adotado no Plano de Desenvolvimento do Campeche. Nesta etapa do plano o IPUF parecia ser muito mais compreensivo e atento as demandas da população do que foi em episódios anteriores.

Em 2008 o prefeito é reeleito, e esperava-se a continuidade do processo de elaboração do plano, todavia em uma decisão unilateral, o líder do executivo rompe com a forma com que estava ocorrendo o PDP de Florianópolis. Um fato que corrobora isto foi a troca da direção do IPUF, acompanhada pela contratação da *Fundación CEPA* (Centro de Estudos e Planificação do Ambiente), uma empresa de consultoria argentina, que diga-se de passagem foi a mesma que orientou o Floripa 2030. A Fundação foi contratada por processo licitatório e acabou vencendo por critérios de preço⁴³ (SANTOS, 2015).

Inúmeras foram as críticas feitas a este processo, bem como ao próprio Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis, que foi produto desta etapa do PDP. Além

⁴³ Santos (2015, p. 425) em uma nota de rodapé constata que: “A diferença no valor da proposta da Fundação CEPA em relação a segunda colocada foi de apenas R\$ 4.000,00, de R\$ 396.000,00 para R\$ 400.000,00.”

das críticas, inclui-se também ilegalidades apontadas por profissionais das mais diversas áreas. Algumas delas já foram discutidas quando falamos sobre a RBU (Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano), outras tantas podem ser encontradas no livro organizado por professores de diferentes universidade de Florianópolis, intitulado “Reconstruindo Paisagens: Desafios Socioespaciais para Grande Florianópolis”.

Em um dos textos Villaça (2013) faz críticas contundentes a proposta de Ante Projeto de Lei, primeiramente questionando a contratação da CEPA para elaboração, pois segundo o autor tal fato ignorou o que é indispensável, que a “participação popular se inicia antes dessa elaboração”. Em seguida faz críticas à forma como foi conduzido o processo pela empresa de consultoria:

Como já dito acima, o primeiro fruto da participação popular é a formulação daquilo que a população considera *problema*. É a definição do conteúdo do futuro Plano Diretor. É a população que deve pautar o Plano Diretor. Não é o diagnóstico técnico que define o conteúdo do Plano, segundo um receituário previamente estabelecido, como se pensava algumas décadas atrás. Quem sabe dos seus problemas são aqueles que os sentem. Ninguém conhece melhor os problemas de qualquer cidade do que sua própria população. (VILLAÇA, 2013, p. 43)

As críticas de Villaça (2013) revelam que nesta etapa do plano, a participação popular não ocorreu conforme vinha acontecendo, um exemplo emblemático disso foi a proposta da RBU inclusa no ante projeto, que conforme Dos Santos (2015, p. 426) “não foi abordado em nenhum momento ao longo das discussões, seja no âmbito do NG, seja dos núcleos distritais.”

Isto leva ao dia 18 de março de 2010, quando é então realizada uma Audiência Pública, visando a apresentação do plano, no Teatro Álvaro de Carvalho. Na prática, esta audiência indica que o processo participativo, para os membros da coordenação do plano, era necessária apenas ao final, para legitimar o projeto. Isto guarda semelhanças com a forma com que a própria Floripamanhã considera como deve ser a participação da sociedade nos processos decisórios. A intenção é jogar a deliberação social na ideologia “possibilismo” ou no pragmatismo, sem muita margem para outras propostas. Inclusive uma das críticas centrais à proposta residia no conteúdo da resolução nº 25 do Conselho das Cidades que prevê a participação social em todas as etapas do Plano Diretor.

Neste sentido, cabe interpretar, que a revolta da população no dia da Audiência Pública foi brutal, tanto que a Audiência teve que ser interrompida por causa dos protestos. Ishida (2013, p.29), ao descrever o episódio relata que a Audiência parecia muito mais ganhar características de um “*drama*”, do que a de um rito.

Tudo começou assim: à mesa instalada no palco foram sentando os autores do Plano Diretor e os representantes do poder municipal, conforme a chamada do mestre de cerimônias. Estavam visivelmente sérios, tensos e desconfortáveis. Afinal, para eles uma Audiência Pública deveria ser apenas um rito obrigatório e enfadonho. Um dever do ofício, por assim dizer. Mas, com tanta gente, e gente barulhenta e inquieta, era o último lugar onde gostariam de estar. Enfim, para um simples rito, certamente não havia mais clima. Nele se renunciava algo que, sendo num teatro, o clima era o de um drama.

A proposta foi então revista pelos técnicos do IPUF durante um ano, e ocorreu a divulgação de uma segunda versão do Plano Diretor ao Núcleo Gestor, que havia sido desativado em janeiro de 2009 (DOS SANTOS, 2015, p. 423) e foi reativado em novembro de 2011 a mando do Ministério Público (VILLAÇA, 2013). O prefeito Dário Berger ainda tentou encaminhar o projeto à Câmara de Vereadores no dia 23 de março de 2010, todavia as pressões dos líderes comunitários e movimentos sociais impediram a votação (DOS SANTOS, 2015). Em vias de uma nova eleição para prefeitura de Florianópolis e o desgaste político que a gestão da época havia sofrido, as tentativas de retomar as discussões do Plano foram frustrada pelo calendário eleitoral do então prefeito da cidade.

Em 2012 nas eleições para o cargo de prefeito de Florianópolis o candidato eleito, a princípio, se apresentaria como contrário ao que até então se assistia. Conforme Aguiar (2015, p. 24 e 25):

Eis que, ao longo de 2013, como prometido em campanha, o novo mandatário da cidade retoma o debate do PD. Recompõe a equipe do IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis com técnicos reconhecidos pelo histórico de trabalhos sobre Florianópolis e por suas trajetórias acadêmicas, enterrando de vez o CEPA - Centro de Estudos e Planificação do Ambiente. Realiza-se em abril de 2013 um evento na UFSC, chamando todos os interessados para que conheçam os “novos” paradigmas que guiarão o novo processo de construção do PD. Em maio o núcleo gestor do plano, que conduziu os debates desde 2006, retoma as atividades após três anos de suspensão dos trabalhos, em 2010. E mesmo que de forma atabalhoada, em julho é realizada a Conferência das Cidades.

A aparente recuperação dos processos de 2006 não durou muito tempo, pois no mesmo ano o Núcleo Gestor foi novamente destituído e um novo Plano Diretor entrou em votação, no dia 27/11/2013, com mais de 600 emendas. Em 27/12/2013 foi feita uma segunda votação, que aprovou a proposta, e em 17/01/2014 ocorreu a publicação no Diário Oficial, sob a Lei 482/2014 (Op. Cit.). Entretanto, uma ação civil pública foi movida pelo Ministério Público e acatada por juiz do Tribunal Regional Federal, determinando a suspensão do plano e a realização novamente das 13 audiências públicas, além de nova votação. Segundo o juiz, houve o entendimento de falta de participação popular, com descumprimento do Estatuto das Cidades.

É neste contexto de muitas disputas políticas e reviravoltas, que o Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e a Lei nº 482/2014 são produzidos. Neste sentido, cabe analisar as semelhanças destes documentos com as propostas da Floripamanhã, para assim poder indicar possíveis influências da ONG em meio a este processo.

4.3.2 O Ante projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

O primeiro fato que sugere uma possível influência da ONG Floripamanhã no Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis ou Plano Diretor de 2010, é o próprio processo ter sido delegado pela consultoria CEPA. Esta mesma consultoria foi responsável por orientar o projeto Floripa 2030, uma das propostas da ONG Floripamnhã que mais expressam os desejos

da entidade para com a cidade. O próprio título do Ante Projeto, que remete ao “Desenvolvimento Sustentável”, sugere inspiração no título da proposta da ONG: “Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e Região”.

Um segundo aspecto que aponta para influência da ONG Floripamanhã no Plano Diretor de 2010 está no Capítulo II que versa sobre os objetivos do plano. No inciso I do art. 4º, a proposta de Ante Projeto de Lei indica que um dos seus objetivos é: “Integrar o Município de Florianópolis na dinâmica urbana da Região Metropolitana e inseri-lo na dinâmica econômica do Mercosul, considerando os diversos graus de interdependência geo-econômica, política e sócio-cultural” (PMF, 2010, p. 8). A integração de Florianópolis a região Metropolitana é também um dos objetivos da ONG, expresso em seu Estatuto (FLORIPAMANHÃ, 2015). Já a inserção da cidade na dinâmica econômica do Mercosul é algo que vem ocorrendo com Florianópolis desde a década de 80, e que interessa muito os setores do turismo ligados ao Floripamanhã.

Outros aspectos que demonstram semelhanças entre o Plano Diretor e o que a entidade procura defender está no inciso seguinte: “II – consolidar Florianópolis como centro regional e internacional de desenvolvimento sustentável nos setores de turismo e de serviços, e como pólo competitivo de conhecimento e inovação tecnológica, inseridos num espaço urbano de alta atratividade e qualidade de vida” (PMF, 2010, p. 8). Neste sentido, as ideias expressas neste inciso remetem ao discurso da entidade, que procura promover a cidade como sustentável a partir das vocações de Florianópolis ao turismo e a economia do conhecimento. Cabe ressaltar que por diversas vezes no

documento estes dois setores são encarados como “vocações locais” e estão em muitos dos artigos associados a políticas de incentivo.

Da mesma maneira a questão cultural é evocada em diversos artigos procurando criar mecanismos que ofereçam incentivos as vezes como uma maneira de “reduzir as desigualdades de acesso a emprego e renda” (PMF, 2010, p. 10) ou por vezes com uma forma de “diversificar e qualificar as atividades turísticas” (PMF, 2010, p. 8). Assim, a proposta parece seguir a mesma linha da Floripamanhã, colocando as atividades culturais como uma maneira de promover o turismo e o setor tecnológico.

Um quarto ponto que apresenta muitas semelhanças com as propostas da Floripamanhã é a forma como Plano projetava a organização do território de Florianópolis. Conforme o art. 6º, do Capítulo III, da Seção I, que versa sobre as “Diretrizes Gerais da política urbana de Florianópolis”, em seu inciso IV o artigo fala: “(...) adoção do modelo polinucleado de organização territorial baseado no fortalecimento de centralidades urbanas e conexões de mobilidade, articulado com preservação de ecossistemas e conectividades biológicas, visando uma distribuição equilibrada e sustentável de pessoas e atividades econômicas” (PMF, 2010, p. 10).

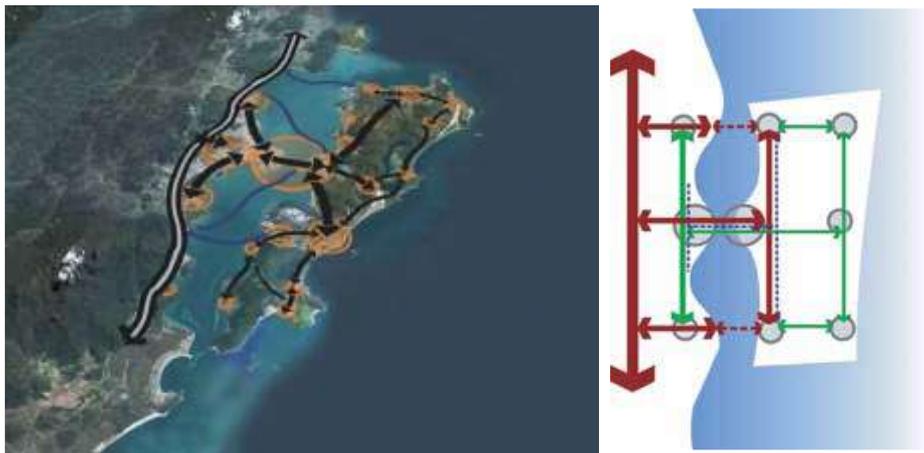
No projeto Floripa 2030 este “modelo” de cidade também é proposto, inclusive, assim como no Plano Diretor de 2010, ele é colocado como a salvação de diversos problemas da cidade: como a mobilidade urbana e preservação ambiental, através da distribuição do crescimento populacional adensada nestas centralidades, permitindo assim um menor trafico de veículos e maior preservação ambiental. Na

seção anterior quando se discutiu o Floripa 2030, foi questionado se este “modelo” de ocupação de fato traria tais resultados.

Outro aspecto em que o Plano se assemelha com o Floripa 2030 são nas propostas de mobilidade urbana. No projeto da ONG Floripamanhã é proposto um modelo de duplo “H”, conforme figura 3, isto incluiria o fortalecimento das rodovias já existentes e a criação de novas, além de outros modais de transporte, como por exemplo o náutico.

A proposta participativa foi multiplicar as opções de acessibilidade e distinguir os fluxos dos distintos locais. Surge assim um modelo de duplo “H”, com mais de uma ponte de ligação, ou túnel e desenvolvimento de acessibilidade náutica em vários pontos adequados para estes transbordos, e com mais eixos de mobilidade: dois paralelos às baías, um no continente e outro na ilha; e um novo traçado da estrada BR116, como via de circulação fora da área conurbada e outra conectividade de caráter paisagístico na costa leste. (FLORIPAMANHÃ, 2008, p. 52)

Figura 3 - Proposta de mobilidade urbana do Floripa 2030, o modelo de duplo “H”.



Fonte: Floripamanhã, 2008, p. 53

Da mesma maneira que o Floripa 2030, o Plano Diretor de 2010 expressava algo similar, no seu art. 4º do capítulo II, Título I, no inciso XIV:

(..) buscar a revitalização e re-qualificação das orlas marítima e lacustre do Município, garantindo o livre acesso, valorizando as atividades turísticas e de lazer, ordenando os parques aquícolas, implantando infraestrutura náutica e incentivando o transporte marítimo e os esportes aquáticos (PMF, 2010, p. 9).

Com relação ao sistema viário, o plano expressa no inciso XVI do mesmo artigo, a implantação de um programa de ampliação, hierarquização e melhorias nas infraestruturas viárias de Florianópolis, procurando inibir o tráfego pelo interior de zonas urbanas (PMF, 2010, p. 9). A Figura 4, trata-se do que o Ante Projeto chama de síntese do

modelo proposto, mostra como plano previa as principais vias do sistema de transporte de maneira esquematizada, tanto as vias náuticas quanto as viárias, ambas demonstram similaridade com a proposta da Floripamanhã (figura 3). Na Figura 4, embora não haja legenda oficial, é possível inferir que os corredores marítimos estão em azul, e são quase idênticos as rotas propostas pela ONG (na figura 3, também em azul). Ainda na Figura 4, os eixos viários esquematizados, em branco e cinza, também são bem semelhantes, com a diferença de serem mais detalhados, especialmente no que diz respeito as rotas paisagísticas em verde. O documento também permite inferir que os círculos vermelhos e laranjas tratam-se das centralidades urbanas já existentes em Florianópolis, e os quadrados em vermelho e branco diz respeito a novas centralidades.

Um último aspecto importante de ressaltar que indica a influência da Floripamanhã neste Ante Projeto de Lei é a incorporação do conceito de Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano (RBAU⁴⁴). Conforme expresso no art. 6º do capítulo 3, Título I, que versa sobre as diretrizes do plano, as quais uma delas consta: “II – incorporação do modelo teórico conceitual da Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano (RBAU) ao planejamento e gestão municipal” (PMF, 2010, p. 12). Esta proposta incorporada no Ante projeto, foi a mesma discutida em seções anteriores, e que sofreu duras críticas no artigo de Pimenta (2013).

De maneira geral, o que se procurou fazer nesta subseção é caracterizar os principais aspectos do Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de 2010 e contrastar com as ideias da ONG Floripamanhã. Isso

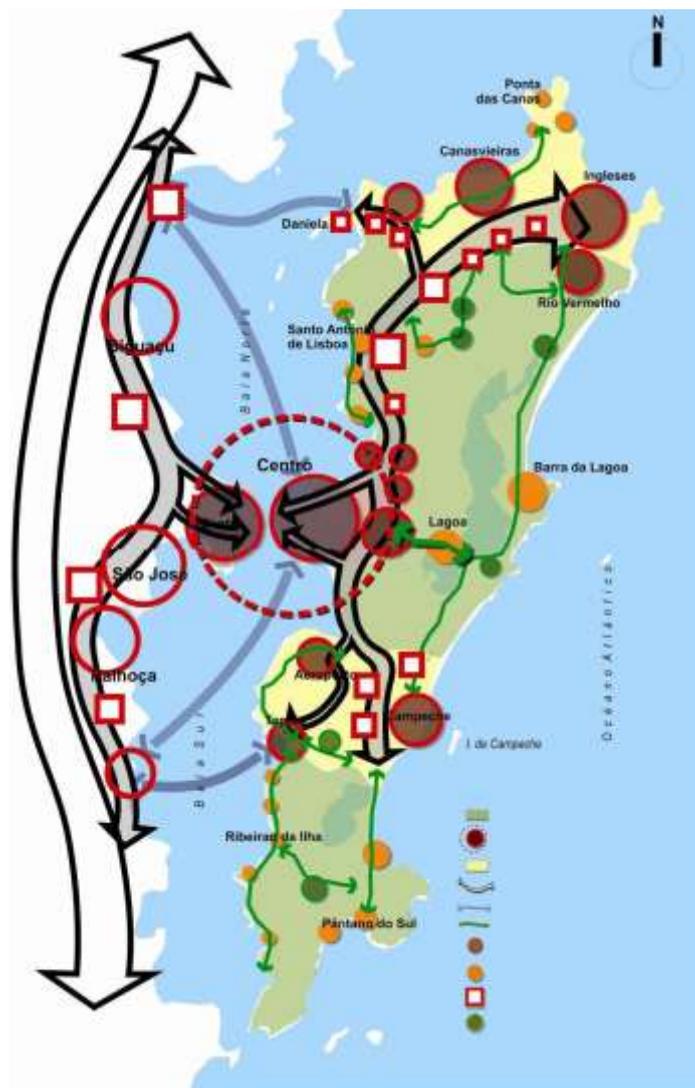
⁴⁴ Alguns autores preferem o termo Reserva de Biosfera Urbana, a entidade Floripamanhã sempre usou a expressão Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano, todavia ambas se referem a mesma coisa.

se repetirá na subseção a seguir. Contudo, o que se verificou é que o Plano Diretor de Florianópolis 2010 acolhe quase na sua totalidade as propostas da entidade. Aparentemente o que difere o Plano, por exemplo, do Projeto Floripa 2030, parecem ser alguns artigos a mais que definem as responsabilidades de cada ente federado e os detalhamentos nas questões referentes a saneamento, ocupação e parcelamento do solo, e etc. Esta percepção levou Aguiar (2015) a dizer que o Plano Diretor de Florianópolis de 2010 é o projeto Floripa 2030 melhorado.

As semelhanças são assumidas inclusive pela própria Floripamanhã em documento recente publicado em 2016, que faz uma avaliação do projeto Floripa 2030 (FLORIPAMANHÃ, 2016). Inclusive, na ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Floripamanhã, do dia 8 de abril de 2010, consta que: “Já em 17 de novembro de 2009, realizamos um Seminário para institucionalização do Floripa2030 no âmbito da Prefeitura Municipal de Florianópolis, onde contamos com o do Secretário Carlos Roberto De Rolt.” Neste sentido, questiona-se se isto não acabou beneficiando a Fundação CEPA no decorrer do processo licitatório, já que as evidências apontam que o Floripa 2030 foi tomado como referência principal para elaboração do Ante Projeto de Lei. Vale lembrar que o projeto Floripa 2030 foi financiado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio de subvenções sociais⁴⁵, através do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo (FUNTURISMO).

⁴⁵ Fato este confirmado pela Floripamanhã nos e-mails trocados disponíveis no Anexo I deste trabalho.

Figura 4 - Síntese do Modelo Proposto no Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis.



Fonte: PMF, 2010, Anexo A, esquema 8, sem página.

Todas estas evidências expostas aqui, sugerem uma articulação entre PMF, fundação CEPA e Floripamanhã, na implantação do “*Master plan*” da ONG, que em grande medida guarda também os desejos e ambições de boa parte do setor empresarial de Florianópolis, principalmente aqueles empresários mais interessados na “globalização” da cidade. Não foi à toa que o repúdio da população ao Ante projeto de Lei foi muito grande, pois ele exprimia as maiores ambições dos empresários da cidade, e, além disso, apontava para o agravamento da segregação e a desigualdade no espaço urbano de Florianópolis. Todavia, apesar da resposta da população contrária a proposta e a forma como foi conduzido o processo participativo, no apagar das luzes de 2013, entra em votação na Câmara dos Vereadores outro Plano, o qual será tratado na subseção a seguir.

4.3.2 A Lei Complementar nº 482/2014

O que se observa do Plano Diretor de Florianópolis de 2014 – Lei Complementar nº 482, de 17 de Janeiro de 2014 – é que o Plano indica similitudes em alguns aspectos com as propostas da Floripamnhã, em continuidade com as ideias do Floripa 2030. Todavia, algumas mudanças parecem indicar rupturas e discordâncias dentro do *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis. Aguiar (2015) também aponta possíveis rupturas pela demora entre uma proposta e outra. O autor argumenta que este hiato, pode sugerir contradições dentro do próprio *bloco*.

Possíveis influências podem ser observadas logo no início do documento, em seu art. 3º prevê um projeto setorial para o Centro

Histórico da cidade, contemplando também a região em que a ONG e outras entidades defendem a proposta do Centro *Sapiens* (PMF, 2014, sem página).

Outros aspectos que indicam a influência da ONG no Plano Diretor de 2014 podem ser claramente observados no Capítulo I do Título I, Da Política de Desenvolvimento Municipal, que versa sobre os Princípios e Diretrizes do Plano (PMF, 2014, sem página). No art. 10 são expostas suas diretrizes, em que consta:

VII - reafirmação do modelo polinucleado de organização territorial, baseado no fortalecimento de centralidades urbanas, diminuindo a pressão de crescimento nas áreas de interesse cultural e ambiental da cidade, otimizando a prestação de serviços de infraestrutura, qualificando as conexões de mobilidade, articulando o desenvolvimento urbano com os ecossistemas, propiciando conectividades biológicas e a preservação do patrimônio cultural, visando uma distribuição equilibrada e sustentável de pessoas e atividades econômicas. (PMF, 2014, sem página)

Em outros momentos do documento o caráter polinuclear é reafirmado, por exemplo, na Seção I que trata da Política de Fortalecimento da Multicentralidade, que segundo o art. 15 consiste “em consolidar um modelo de uso e ocupação polinuclear...” (PMF, 2014, sem página). Ao longo do documento verifica-se uma preocupação em reproduzir um tipo de ocupação concentrada, inclusive criando núcleos adensados em ambientes não urbanizados e não sujeitos a preservação natural e histórica.

Neste sentido, o documento guarda forte semelhança com o projeto Floripa 2030 e também com o Plano Diretor de 2010, que

sugerem também um tipo de ocupação do solo em Florianópolis adensada e polinucleada. Tanto na proposta da Floripamanhã, quanto na Lei Complementar nº 482/2014, as considerações para adoção deste “modelo” parecem ser quase as mesmas, isto pode ser observado em um dos trechos do Floripa 2030, na parte intitulada “Política de distribuição do crescimento populacional para conseguir uma cidade polinuclear”:

O aumento da densidade média responde a premissa de sustentabilidade de otimizar o aproveitamento das infraestruturas e reduzir ao máximo as pressões sobre os ecossistemas naturais. Reverter a degradação da paisagem num cenário de crescimento populacional requer a aceitação social de mudanças na paisagem urbana. (FLORIPAMANHÃ, 2008, p. 50)

Um segundo aspecto que aponta evidências da influência da Floripamanhã no Plano está na Seção IV do capítulo II⁴⁶, no Título I, que versa sobre a “Política de Recuperação das Baías e Fortalecimento do uso do Mar” (PMF, 2014, sem página). Em seu art. 18 a Lei versa:

Art. 18. A Política de Recuperação das Baías e Fortalecimento do Uso do Mar, consiste na valorização do uso das baías com fins ambientais, de produção pesqueira, aquícola, desportiva náutica e balneária, e de transporte marítimo entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente.

Neste sentido, a proposta parece incorporar as ideias do Ante Projeto de Lei comentado na subseção anterior, em outros momentos do Plano

⁴⁶ “Das Estratégias e Políticas do Ordenamento Territorial” (PMF, 2014, sem página).

Diretor de 2014 se reafirma o uso das baías para o transporte marítimo, embora não haja este detalhamento nos mapas em anexo.

Outro aspecto da mobilidade urbana que parece estar presente neste Plano e que também estava presente no Plano Diretor de 2010, é a organização do sistema viário, que prevê o fortalecimento das rodovias estaduais que cortam o município, priorizando o transporte coletivo com faixas exclusivas para ônibus e ciclovias, bem como “a necessidade de qualificar o aspecto paisagístico dessas vias” (PMF, 2014, sem página). Desta maneira, embora também não haja detalhamentos sobre, esta Lei parece afirmar as propostas incorporadas no plano anterior, que envolvem também o fortalecimento das rodovias estaduais e a criação rotas paisagísticas.

Outros dois aspectos em que o Plano Diretor de 2014 se assemelha com o Ante projeto de Lei de 2010 são: 1. A integração de Florianópolis a região Metropolitana, que consta nos Princípios e Diretrizes da Lei; 2. Turismo e tecnologia também são encarados como vocações da Ilha de Santa Catarina, além disso, o Plano de 2014 procura promover a cultura e o lazer também como maneiras de gerar emprego, renda e desenvolvimento urbano.

O aspecto central em que ambos parecem se diferenciar está na não incorporação da proposta da RBAU ou RBU. Neste sentido, as possíveis rupturas dentro do *bloco hegemônico metropolitano* podem encontrar sua razão nesta proposta, que apesar de valorizar boa parte do solo urbano ao restringir a ocupação urbana, também acaba limitando as áreas próprias para construção, podendo afetar a dinâmica do setor da construção civil. Desta forma, o hiato entre as propostas, conforme a

ponta Aguiar (2015), talvez possa ser fruto desta contradição interna do *bloco*.

Todavia, nas demais questões a Lei Complementar nº 482/2014, parecem agir de acordo com as propostas da ONG Floripamanhã e do Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis. Desta maneira, ainda que o Plano Diretor de 2014 tenha apresentado alterações em relação a proposta anterior, ainda é possível observar em grande medida, aspectos que podem sugerir a influência da entidade Floripamanhã. Na próxima subseção serão analisados brevemente outros dois documentos que também sugerem a influência da Floripamanhã nos setores públicos estaduais e municipais.

4.3.3 Outros documentos que sugerem a influência da Floripamanhã no setor público

Outros documentos encomendados pelo GESC e pela PMF também apresentam semelhanças que convergem com as propostas e interesses da Floripamanhã. O primeiro deles é o projeto *Vita et Otium*, desenvolvido pelo Instituto Silva Paes (ISP) em parceria com GESC, elabora uma série de propostas para o litoral catarinense, procurando conciliar o espaço urbano construído pelo homem e o espaço natural e paisagístico do litoral de Santa Catarina. Ele divide o litoral do estado em cinco segmentos: sul, centro-sul, centro, centro-norte, norte (ISP, 2010).

No Segmento Centro o projeto trata de elaborar uma série de propostas para toda a Região de Florianópolis. Dentre elas, destaca-se a

proposta de relocação da BR 101, deslocando o tráfego da região de Biguaçu, São José e Palhoça, passando para a região de Tijucas, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz. Esta obra possibilitaria:

(...) a criação de um Boulevard Verde Continental, articulado ao Boulevard Verde Insular sobre a SC-401 e SC-405. Esta proposta reforça a estrutura urbana metropolitana em “H”, identificada pelo Plano Diretor Participativo de Florianópolis que deve ser complementada por linhas regulares náuticas de transporte coletivo e *ferry boats*. (ISP, 2010, p. 62)

Neste sentido, o trecho acima aponta que as influências das propostas para o sistema de transporte da região vem do próprio Plano Diretor de Florianópolis de 2010, que dentre os dois planos examinados é sem dúvida o que mais se identifica com as propostas da ONG Floripamanhã. Além destas propostas outras se assemelham com os interesses da ONG, como por exemplo: a criação de novas centralidades tanto na região insular quanto continental; Rotas Náuticas similares aos caminhos marítimos propostos pela Floripamanhã; e também uma série de novos modais de transporte urbano (teleféricos, ciclovias, trens, VLT's e BRT's), que são sugeridos pela ONG no Floripa 2030.

O segundo documento trata-se do Plano Florianópolis Sustentável, desenvolvido pela Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com a CAIXA. Publicado em 2015, a iniciativa trabalha com cidades médias que tiveram um crescimento populacional elevado nas últimas décadas. O Plano inclui uma apresentação do ICES, uma seção metodológica, uma série de

diagnósticos e estudos sobre Florianópolis e região, além de propostas para a cidade.

O Plano do ICES, conforme o próprio título da publicação, indica que a preocupação central é com a sustentabilidade de Florianópolis. Neste sentido, o Plano se assemelha as ideias/visões da Floripamanhã, que também possuem um forte apelo ao desenvolvimento sustentável. Isto pode ser observado em como são tratadas as questões referentes ao saneamento básico, que se aproxima das ideias da ONG.

Promover uma ação integrada do saneamento básico resulta em oferecer e manter para a população da cidade melhores condições de vida e de saúde, assegurando-se ainda condições de preservação efetiva dos recursos naturais, elemento central da atratividade turística que o município detém. Busca oferecer, desta forma, soluções intersetoriais para as questões do abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem das águas pluviais urbanas e da gestão dos resíduos sólidos no município, considerada sua inserção na Região Metropolitana que polariza. (ICES, 2015, p. 158)

O trecho acima destaca da importância da preservação natural como elemento da atratividade do turismo, que se assemelha a retórica e as propostas da Floripamanhã, as quais possuem uma preocupação grande com a paisagem como forma de valorização urbanística. Outro aspecto é preocupação com o abastecimento de água, bem como questões ligadas ao esgotamento sanitário e a gestão dos resíduos sólidos, preocupações sempre presentes nos documentos da ONG, como no Projeto Floripa 2030:

Por outro lado, se planeja o passo desde uma ilha insustentável, que depende do continente para a

provisão de água potável e o depósito de resíduos sólidos, e que gera contaminação das águas e da costa da ilha com seus esgotos; até um modelo onde idealmente a ilha é autossustentável com reservatórios de água da chuva, emissores submarinos ou lagoas construídas para o tratamento dos esgotos e a reciclagem e resíduos sólidos. (FLORIPAMANHÃ, 2008, p. 53)

Outro aspecto que o documento produzido pelo ICES mostra indicações de uma possível influência das propostas da Floripamanhã é alternativa proposta para a mobilidade urbana. O Plano de Ação Florianópolis Sustentável indica que:

Ao longo de seu desenvolvimento, o plano municipal de mobilidade urbana e transportes deverá considerar os conceitos já consagrados pelo Plano Diretor, pelo Sistema Integrado de Mobilidade (SIM) e pelo documento Bases para o Planejamento Urbano Integrado de Florianópolis. Os envolvidos na elaboração desses trabalhos devem ser considerados como importantes stakeholders do processo. (ICES, 2015, p. 178).

O documento Bases para o Planejamento Urbano Integrado de Florianópolis⁴⁷, assim como o Plano Diretor 2014, inclui uma série de propostas para mobilidade urbana que se assemelham as propostas da ONG para cidade. Se observa que este documento prevê diversos modais de transporte, incluído ciclovias, rotas náuticas, rotas paisagísticas e gastronômicas e até uma proposta de uma quarta ponte ao lado da ponte Hercílio Luz, como também projeta o Floripa 2030.

⁴⁷ Estes documentos parecem ser apresentações de power-point, que podem ser encontrados através do endereço eletrônico: <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=planejamento+urbano+integrado>

Neste sentido, estes documentos sugerem que as influências da Floripamanhã vão além dos Planos Diretores mais recentes, indicam que o diálogo entre o setor público e entidade permanece, mesmo fora da órbita do Plano Diretor. Muito embora, as evidências são muito mais claras nos dois primeiros documentos analisados nesta seção.

Há de se observar também que, conforme trabalhado no capítulo 3, muito dos elementos defendidos pela ONG são tendências consolidadas no espaço urbano florianopolitano. Neste sentido, cabe uma reflexão sobre o papel da Floripamanhã para além da análise de sua influência no setor público, pois se muitas das ideias que a organização defende parecem ser aspectos em grande medida consolidados na paisagem urbana de Florianópolis, qual seria o motivo para sua fundação?

4.3.4 O papel da Floripamanhã nas disputas pelo espaço urbano de Florianópolis

Argumentamos no capítulo 3 que o processo de crescimento urbano de Florianópolis se deu através dos interesses imobiliários em explorar o potencial urbano-turístico da Ilha. Ao longo deste processo vários foram os momentos em que obstáculos se contrapunham aos desejos e anseios de parte da população que havia investido onde hoje se encontram os balneários da ilha. A princípio os primeiros obstáculos, marcadamente nas décadas de 30 e 40, se limitavam a falta de infraestrutura e as incertezas que constrangiam parte dos atores da época. Ao longo das décadas de 50, 60 e 70 estes obstáculos parecem não existir mais. Se observa um forte crescimento urbano, não apenas

em Florianópolis, mas também em suas cidades vizinhas, sinalizando uma expansão urbana. Este processo permitiu a ascensão do binômio turismo-construção civil. Em um outro momento surge o setor das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), todavia a expansão urbana por meio deste setor encontrou resistência dos movimentos comunitários, sociais e ambientais, o que obrigou a um redirecionamento da proposta. Além disto, obrigou também os principais setores a se articularem com frações da sociedade civil florianopolitana, afim de legitimar a proposta do Parque *Sapiens*.

Alguns dos aspectos do crescimento urbano da Região Florianópolis tratados no parágrafo anterior, podem ser observados pelos dados da tabela 1, que versam sobre a população da área conurbada de Florianópolis e sua taxa de crescimento anual. Dois aspectos do crescimento populacional da região merecem ser destacados: o primeiro é o crescimento das cidades que ficam no entorno de Florianópolis ao longo de todo o período; e o segundo, a aparente recuperação do crescimento populacional de Florianópolis ao longo da década de 90 e nos anos 2000's.

O primeiro aspecto revela uma dinâmica já antiga: o fato de contingentes migratórios recém chegados a Florianópolis optar por morar nas cidades de São José, Biguaçu e Palhoça é resultado do contínuo processo de valorização da Ilha de Santa Catarina e de sua porção continental, sendo este o fenômeno principal que alavanca o processo de segregação silenciosa (SUGAI, 2015). Também é interessante observar a taxa anual de crescimento populacional, de 1949 até 1980, período em que São José era cidade que encabeçava a lista. Todavia, já na década de 70, Palhoça apresentava um forte crescimento

populacional anual, e em 1980, esta cidade passa a liderar em crescimento. Isto sugere que a dinâmica de crescimento urbano da região tem se direcionado para regiões cada vez mais longínquas de Florianópolis. É importante destacar também que o crescimento de toda região tem caído desde a década de 80, seguindo a tendência de todo o país.

Tabela 1 – População da área conurbada de Florianópolis (1949 – 2010)

Municípios	1949	1959	1970	1980	1991	2000	2010
1. Florianópolis	67.630	98.520	138.337	187.871	254.941	342.315	421.240
2. São José	14.562	21.537	42.535	87.817	139.318	173.559	209.804
3. Biguaçu	12.265	13.751	15.337	21.434	34.027	48.077	58.206
4. Palhoça	11.716	14.266	20.652	38.031	68.298	102.742	137.334
2+3+4	38.543	49.554	78.524	147.282	241.643	324.378	405.344
Total	106.173	148.074	216.861	335.153	496.584	666.693	826.584

Taxa de crescimento anual (%)						
Municípios	1949- 1959	1959- 1970	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000	2000- 2010
1. Florianópolis	3,83	3,13	3,11	2,81	3,33	2,10
2. São José	3,99	6,38	7,52	4,28	2,47	1,91
3. Biguaçu	1,15	1,00	3,40	4,29	3,92	1,93
4. Palhoça	1,99	3,42	6,30	5,47	4,64	2,94
2+3+4	2,54	4,27	6,49	4,60	3,33	2,25
Total	3,38	3,53	4,45	3,64	3,33	2,17

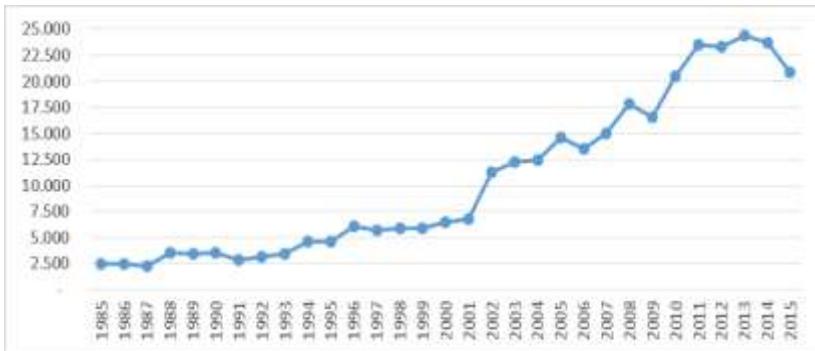
Fonte: IBGE, elaboração própria.

A dinâmica do crescimento urbano é confirmada pelos gráficos 1 e 2. O primeiro trata de dados relativos ao número de vínculos empregatícios no setor da construção civil em toda a região conurbada, que apresenta um forte crescimento no período que vai de 2001 até 2013, e uma subsequente queda em 2014, que se aprofunda em 2015. Isto evidência o forte *boom* imobiliário que caracterizou a região ao longo dos anos 2000's, e a sua atual tendência de queda. Todavia, mais interessante ainda é o que revela o gráfico 2, que trata de discriminar por cidade o crescimento do número de vínculos empregatícios na região. É possível observar que o número de vínculos empregatícios de São José se acopla ao de Florianópolis, a partir dos anos 2000's, e que o de Palhoça se distancia dos números de Biguaçu, aproximando-se dos de São José e Florianópolis. Este crescimento da cidade de Palhoça no período recente também é reflexo dos grandes empreendimentos imobiliários que a cidade passou a receber, como por exemplo, o Condomínio Pedra Branca.

O dinamismo do setor da construção civil reflete a opção, como espaço de moradia - e de operacionalização por parte das construtoras - por contingentes recém chegados à região, geralmente com menor poder aquisitivo. Os altos preços da Ilha, e de Florianópolis de um modo geral, força-os a se instalarem nos municípios vizinhos. Como foi argumentado no capítulo 3, esta dinâmica de mobilidade espacial é antiga, mas se mantém e alcança, nos últimos anos, espaços cada vez mais distantes. Os dados do sistema RAIS referem-se a empregos formais, com carteira assinada, e neste sentido, não costuma ser pequena a informalidade na construção civil, o que impede de se ter uma ideia mais aproximada da realidade. De toda maneira os dados não

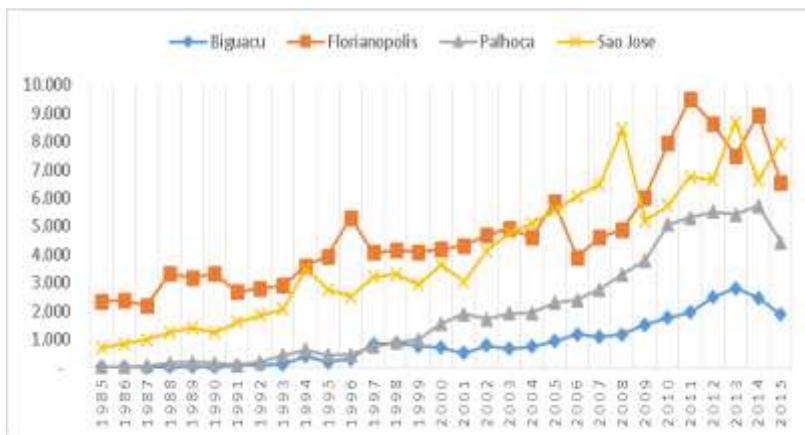
deixam de ser úteis. Os avanços atuais do setor expressam a ampliação da dinâmica segregadora da região, claro que conservando o tradicional eixo de valorização. Todos estes dados revelam mais do que um simples processo de migração ou gentrificação, revelam que se trata de uma verdadeira erupção urbana, ou seja, a expansão da produção ou da reprodução do espaço urbano em toda região. Este processo também veio acompanhado um crescimento das áreas de vulnerabilidade social, o número de favelas em Florianópolis saltou de 29 em 1987 para 58 em 2004, bem como seu crescimento populacional que foi, respectivamente, de 21.393 habitantes para 61.445 (PMF, 2006, p. 7).

Gráfico 1 - Número de vínculos empregatícios no setor da construção civil em toda a região conurbada de Florianópolis 1985 - 2015.



Fonte: Elaboração própria, dados retirados do ministério do trabalho pelo sistema RAIS.

Gráfico 2 - Número de vínculos empregatícios no setor da construção civil para cada cidade da região conurbada de Florianópolis.



Fonte: Elaboração própria, dados retirados do ministério do trabalho pelo sistema RAIS.

O outro ponto interessante do crescimento populacional da região conurbada é a discreta recuperação, se comparado a períodos anteriores, de Florianópolis nas décadas de 90 e nos anos 2000's. Em termos de crescimento populacional a cidade vinha perdendo espaço para os outros municípios, que apresentavam um maior crescimento total desde 1959. Entretanto, nas décadas de 1991-2000, o crescimento da cidade se equipara ao das demais e, na década de 2000-2010, fica atrás por uma pequena diferença. Este aparente crescimento se deve, conforme Rizzo (2013), à interiorização do espaço urbano do município, ou seja, o crescimento dos bairros para além do distrito sede.

No entanto, o maior crescimento de Florianópolis, na década de noventa, também se dá com a periferização, mas no interior do município, processo que já havia começado na década de 1980, com a emergência do interior da Ilha, do

que a área do Campeche é um exemplo. (RIZZO, 2013, p. 271)

Os dados de Aguiar (2015), além de confirmarem o que é constatado por Rizzo (2013), mostram que a dinâmica socioespacial tem se direcionado principalmente para o norte da ilha. Estas considerações em relação ao processo de crescimento urbano de Florianópolis e região revelam que os principais pontos defendidos pela ONG Floripamanhã são tendências da cidade, algumas delas consolidadas já a muito tempo. A metropolização, a multacentralidade, a predileção de suas propostas por setores como turismo e o tecnológico, são demonstrações de que a atuação da ONG vai no sentido de fortalecer as tendências atuais da cidade.

O crescimento das cidades vizinhas, ou da área conurbada, de Florianópolis são sinais de metropolização. O crescimento populacional das regiões do interior da Ilha como Campeche, Canasvieiras e Ingleses, indicam uma dinâmica polinuclear da cidade ou de multacentralidades, que também já é apontada nos mapas de algumas das propostas da Floripamanhã. Por último, a consolidação de setores como turismo e lazer, construção civil e tecnológico, como principais setores da ilha ou como “vocações” da cidade se mostram advindos de um processo anterior a fundação da ONG.

Desta maneira, as propostas da Floripamanhã fortalecem processos já observados na cidade. A ONG faz isso de maneira a tentar barrar uma proposta de iniciativa popular, uma evidência disso foi o próprio contexto em que a entidade foi fundada, em meio a oficialização do Plano Diretor Participativo. Outro episódio que sugere esta prática, foi a provável articulação que a ONG fez para “institucionalizar” o

Floripa 2030, interrompendo um processo de reconhecida participação social no Plano Diretor de Florianópolis.

Se observa que a Floripamanhã também procura fragmentar as disputas pelo espaço urbano florianopolitano, através da incorporação de discursos que tentam agradar os principais setores sociais e atores que podem atuar como promotores da ideologia da entidade, como é o caso de muitos professores universitários. Inclusive, é possível reparar certa semelhança destes professores, com os intelectuais meridionalistas de Gramsci (1987). Alguns professores universitários tiveram um importante papel na resistência ao Plano de Desenvolvimento do Campeche, pois possuíam capacidade técnica para contra argumentar e desta maneira orientavam o movimento em suas críticas. Entretanto, a presença de professores universitários em projetos como o *Sapiens Park*, parece revelar uma estratégia dos principais setores empresariais do município, em fragmentar esta importante categoria na disputa político-ideológica pelo espaço urbano. Isto se repete na atuação ONG, em uma escala de disputa maior, já que a Floripamanhã procura operar com questões que envolvem toda região metropolitana de Florianópolis.

Neste sentido, na Ilha de Santa Catarina parece ocorrer o avesso das recomendações de Gramsci (1987), ao invés dos setores sociais e populares da ilha disputarem a “classe intelectual”, são os setores hegemônicos que disputam esta classe e fraturam a sociedade. Desta maneira, torna-se o embate muito desfavorável para os movimentos sociais, pois além do acesso privilegiado ao Estado que os empresários possuem, ainda por cima estes movimentos tem que enfrentar uma disputa no interior da sociedade civil.

Assim, a ONG Floripamanhã possui um papel central na formação do *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis. A organização é um elo entre os setores hegemônicos da cidade e as frações da sociedade civil que compactuam com o seu ideário. Tendo os professores universitários um importante papel nas disputas ideológicas de Florianópolis, a qual se insere a ONG. O discurso tecnicista, por exemplo, agrada os cidadãos mais frustrados com a política, desta maneira eles enxergam nesta retórica uma saída fora do âmbito político. Sem compreender, todavia, que a política é algo perene da vida social.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou investigar a problemática da interação entre as esferas pública e privada no tocante à (re)produção do espaço em Florianópolis, notadamente envolvendo as atividades da ONG *Floripamanhã*, apontando evidências do entrelaçamentos de interesses e a manifestação de visões sobre o perfil da cidade, com eventuais reflexos socioeconômicos e ambientais decorrentes. Neste sentido, afim de contemplar os objetivos da pesquisa, o trabalho se estruturou em 3 capítulos, além de uma introdução e esta conclusão, os quais procuraram atender cada um dos objetivos específicos, respectivamente.

No capítulo 2, buscou-se uma sistematização dos autores da “nova questão urbana”, enfatizando aspectos como a competitividade entre as cidades em meio a globalização e a tendência ao empresariamento da gestão municipal do espaço urbano. Explorou-se também a noção de *blocos hegemônicos metropolitanos*, entendendo a formação desta noção como resultado dos processos recentes que levaram a ascendência de certos setores da economia, que passam a influir na (re)produção do espaço urbano das cidades. Bem como, procurou-se destacar as fontes de inspiração para elaboração desta noção, Gramsci (1987) e Lipietz (1988). Todavia, cabe salientar que a ideia de *blocos hegemônicos metropolitanos* ainda é uma noção em construção. Neste sentido, se faz necessário explorá-la no estudo de outras regiões metropolitanas, para além da região de Florianópolis.

Entretanto, apesar da literatura sobre o urbano estar bem consolidada, a medida que a pesquisa foi evoluindo se observou a

necessidade de incorporar novos temas, como por exemplo, questão do “terceiro setor” e sindical. O objetivo de incorporar esta temática visa apresentar uma tendência, do final do século XX e começo do XXI, de fragmentação dos movimentos sociais e operários, que permitiram o fortalecimento dos preceitos neoliberais, frente ao enfraquecimento dos movimentos de luta social. Assim, também buscou-se situar o debate sobre o chamado “terceiro setor”, procurando ressaltar aspectos que permitam inferir sobre a ONG Floripamanhã e sua atuação.

No capítulo 3, procurou-se fazer um resgate histórico da trajetória de Florianópolis, buscando demonstrar as principais alterações socioespaciais registradas, se optou por utilizar uma ampla bibliografia para demonstrar tais transformações no espaço urbano. Constatou-se que o crescimento urbano da cidade foi impulsionado por interesses imobiliários em explorar o potencial urbano-turístico da ilha de Santa Catarina, especialmente em sua porção norte e nordeste. Este processo levou a expansão urbana tanto de Florianópolis, como de suas cidades vizinhas, que passaram a receber contingentes migratórios crescentes que optaram pela região conurbada devido aos altos preços dos terrenos e imóveis na Ilha de Santa Catarina, que se faziam sentir especialmente nas décadas de 50, 60 e 70.

O processo de crescimento urbano de Florianópolis possibilitou estabelecer um paralelo com os autores da “nova questão urbana”, pois expansão urbano-turístico engendrou a ascensão de setores da economia da cidade, mais fortemente turismo e construção civil. Nas décadas de 80 e 90 começa a se desenvolver o setor das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o qual foi protagonista de intensas disputas na cidade. O Plano de Desenvolvimento do Campeche foi um episódio

emblemático do final do século XX, que obrigou os setores interessados na proposta para o sul da ilha, em redirecioná-la para o norte. Estes setores passaram a se articular com frações da sociedade civil, em torno do projeto Rota da Inovação, reunindo empresário, políticos, professores universitários e profissionais de diversas áreas. Estas articulações sugerem que a origem do *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis se deu a partir da proposta do *Sapiens Park* e da Rota da Inovação.

Além disso, esta proposta incorpora uma série de elementos que remetem as ideias de empresariamento da gestão da cidade, como por exemplo, a ênfase no *marketing* urbano e a própria forma como é encarada a cidade, como uma empresa ou um produto. Desta maneira, a necessidade de fazer conexões com os autores da “nova questão urbana”, obrigou muitas vezes o autor a fugir do objetivo em recuperar trajetória do crescimento urbano de Florianópolis. Procurou-se sanar estas deficiências no final de capítulo 4, quando se apresentam alguns dados sobre Florianópolis e suas cidades vizinhas, além de outras considerações levantadas pela bibliografia sobre a dinâmica socioespacial recente do município.

Desta maneira, no capítulo 4, observou-se que a ONG Floripamanhã é fundada em um momento de crescente envolvimento da população de Florianópolis com as questões urbanas da cidade, especialmente em 2005 quando se oficializa o Plano Diretor Participativo. Neste sentido, os discursos ou retóricas adotadas pela ONG, expressos em seus documentos, indicam uma tentativa de fragmentar a sociedade em meio a ampla participação social nas disputas pelo espaço urbano florianopolitano. Faz isso incorporando

pautas tipicamente dos movimentos sociais e ambientais da ilha e também emitindo opiniões, em seus documentos, através de professores universitários que compactuam com as ideias da Floripamanhã. Neste sentido, os professores universitários apresentam um papel importante na disputa ideológica da cidade, pois fragmenta um segmento social de reconhecida importância nas lutas sociais pelo espaço urbano, desde de o episódio do Campeche. Desta maneira, a ONG parece seguir os conselhos de Gramsci (1987), ao procurar fragmentar uma importante categoria que pode influenciar na opinião de diversas frações de classe e atores sociais. Também nota-se que a Floripamanhã procura se colocar como intermediário entre Estado e sociedade civil, isto pode ser observado pelas cadeiras que a ONG possui em diversos conselhos estaduais e municipais, bem como no discurso de conciliação da entidade.

Outro fato que se constatou, através da pesquisa de campo, relacionado a atuação da entidade é a criação e participação de “espaços” privilegiados de diálogo entre o setor empresarial e setor público. Trata-se dos fóruns, conselhos e comitês criados por entidades empresarias ou pela própria Floripamanhã em que participam das reuniões secretários, técnicos e políticos da cidade de Florianópolis e região metropolitana, sem a presença de demais atores sociais que possam provocar “ruídos” às demandas empresariais.

Detectou-se também evidências do envolvimento e influência das atividades da organização em documentos produzidos tanto pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, como também pelo Governo do Estado de Santa Catarina (GESC). As evidências são mais aparentes nos documentos elaborados ao longo do Plano Diretor Participativo de

Florianópolis, como o Ante Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e a Lei Complementar nº 482/ 2014. Inclusive constata-se, através das atas e outras publicações, uma provável articulação da ONG na tentativa de incorporar as propostas do Projeto Floripa 2030 ao Plano Diretor de Florianópolis.

Desta maneira, observa-se que o componente ideológico possui um papel central na forma de atuação da Floripamanhã, pois o que se verifica não é necessariamente a materialização das suas propostas e manifestações de interesse, mas a incorporação das ideias defendidas pela ONG em documentos oficiais. As propostas adentram a esfera pública, tanto no Estado e na sociedade, como uma forma de contratar uma alternativa popular que passa a ganhar asas e alçar voos mais altos com o Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Neste sentido, a atuação de professores universitários e profissionais de diversas áreas também aparece como uma maneira de legitimar os interesses da ONG e de seus associados.

Além disso, também pôde se observar, que as manifestações de visões do perfil da cidade da associação Floripamanhã, expressas em seus projetos e propostas, apontam para o fortalecimento de tendências atuais do município e região. Isto reforça o argumento de que a ONG surge para tentar barrar uma proposta de cunho social e popular no Plano Diretor Participativo, que poderia atenuar ou até mesmo reverter os processos que vem se consolidando em Florianópolis. Neste sentido, do ponto de vista teórico, o papel da Floripamanhã, é o de atuar como elo entre frações da sociedade e os setores empresariais, especialmente aqueles ligados ao turismo e a construção civil. Desta maneira, pode se

observar que ONG tem sido um instrumento central para formação do *bloco hegemônico metropolitano* de Florianópolis.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica**: coordenação espacial e convenção urbana uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 368 p.

AGUIAR, André Ruas. **Analisando o Floripa 2030**: um modelo hegemônico de cidade. 2015. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/abepss, 2009. p. 449-460.

AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. **O lugar do público no Campeche**. 1996. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTO, Gaudência. **A Cidadania negada**. São Paulo: CLACSO, 2000. p. 35-48.

ARANTES, Otília B. F. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbana. In: **ARANTES, Otília B. F. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.

ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE FLORIPAMANHÃ, 2005, Hotel Majestic, Ata da Assembleia de constituição da entidade Floripamanhã, Florianópolis, 17 de agosto de 2005.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, 2006, Hotel Baía Norte, Ata da Assembleia Geral Ordinária, Florianópolis, 18 de abril de 2006.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2006, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 30 de agosto de 2006, Hotel Blue Three Towers, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2007, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 25 de abril de 2007, Hotel Bristol Castelmar, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2008, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 10 de abril de 2008, Hotel Baía Norte Othon Classic, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2009, Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 02 de abril de 2009, Maria do Mar Hotel, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2009, Ata da Assembleia Geral Extraordinária e

Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 18 de agosto de 2009, Sede da Associação Floripamanhã, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2010, Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 08 de abril de 2010, Sede da Associação Floripamanhã, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2011, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 14 de abril de 2011, Hotel Intercity, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2012, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 3 de abril de 2012, Hotel Baía Norte, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2013, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 10 de abril de 2013, Associação Catarinense de Medicina - ACM, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2014, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 8 de abril de 2014, Centro de Convenções Florianópolis- CentroSul, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2011, Ata da Assembleia Geral Ordinária da

Associação Floripamanhã realizada no dia 27 de abril de 2015, Espaço Floripa Interativa do Sapiens Parque, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2015, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 12 de novembro de 2015, Auditório da Faculdade SENAC, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2015, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 25 de novembro de 2015, Espaço Floripa Interativa do Sapiens Parque, Florianópolis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ, 2016, Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Floripamanhã realizada no dia 28 de novembro de 2016, Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Florianópolis.

BAIR, Jennifer. Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward. **Competition & Change**, New Haven, v. 9, n. 2, p.153-180, jul. 2005.

BITENCOURT, Suzana. **Castelos de Areia**: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980). 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto das Cidades**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.
Acesso em: 25 jan. 2017.

CAMPOS, Edson Telê. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. 2009. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

CAPOZZA, Dennis R.; HELSLEY, Robert W. The fundamentals of land prices and urban growth. **Journal Of Urban Economics**, Vancouver, v. 26, n. 3, p.295-306, fev. 1989.

CAPOZZA, Dennis R.; HELSLEY, Robert W. The stochastic city. **Journal of urban Economics**, Ann Arbor, v. 28, n. 2, p. 187-203, 1990.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DA SILVA, Camila Rodrigues. **Quase metade de praias analisadas em Florianópolis estão impróprias a banho.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/09/praias-do-norte-de-florianopolis-estao-improprias-para-banho.html> >. Acesso em: 16 de fev. de 2017.

DA SILVA, Beatriz Francalacci. O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis. **Cadernos Metr pole.** v. 13, n. 25, p. 163-184, jan./jun. 2011.

DE LUCA FILHO, Vinícius. **A geografia das feiras de negócios em Santa Catarina: origem, evolu o e dinâmica das transforma es.** 2014. 426 f. Tese (doutorado) – Curso Programa de Pós-Gradua o em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

DE LUCCA FILHO, Vinicius. SANTOS, Fabíola Martins; BASTOS, José Messias. A geografia dos serviços: panorama do setor de eventos na hotelaria de Florianópolis (SC). In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos.* Porto Alegre: AGB, 2010.

DOS SANTOS, Samuel Steiner. **Entre transforma es e permanências: os institutos de planejamento urbano de Florianópolis e Joinville.** 2015. 627 f. Tese (doutorado) – Curso Programa de Pós-Gradua o em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

EMMENDOERFER, Luana; DIAS, Vera Lúcia Nehls. Dinâmica na área central de Florianópolis: reflexão sobre seu papel e sua inserção como local turístico. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 97-109, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

FALLOWS, J. Consider Brazil. **The Atlantic online.** Disponível em: <www.theatlantic.com/unbound/jfnpr/jf40816.htm>. Acesso em: 3 out. 2016.

FLORIPAMANHÃ. Florianópolis. **Estatuto da Associação Floripamanhã.** Data: 30 de julho de 2005.

FLORIPAMANHÃ. Florianópolis. **8º Alteração do Estatuto da Associação Floripamanhã.** Data: 27 de abril de 2015.

FLORIPAMANHÃ. Florianópolis. **Floripamanhã 10 anos: Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente.** 2015.

FLORIPAMANHÃ. Florianópolis. **Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região.** 2008

FLORIPAMANHÃ. Florianópolis. **Estudos sobre o Plano Diretor: Contribuições Técnicas para a Revisão do Projeto de Lei do PDP de Florianópolis.** 2012.

FLORIPAMANHÃ. Florianópolis. **Floripa Rumo a 2030: Avanços e Influências da Agenda no contexto de 2016**. In: Floripa 2030 Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região. 2016. P. 3 a 8.

FUJITA, Masahisa. Existence and uniqueness of equilibrium and optimal land use: Boundary rent curve approach. **Regional Science and Urban Economics**, v. 15, n. 2, p. 295-324, jan. 1985.

FRANK, Andrew Gunder et al. Urbanização e subdesenvolvimento. In: **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GATHEN, Constanze. **Benefits of Networks within Cultural and Creative Industries**. 2016. 75 f. Master Program in Business Administration - Department of Business, Economics and Law. Sundsvall. 2016.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. **Review of international political economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, jan. 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GONÇALVES, Tiago Carginin. A urbanização turística de Florianópolis: o papel das redes hoteleiras nacionais e internacionais. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, mai. 2011.

INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTAVEIS. **Plano de Ação Florianópolis Sustentável. Disponível** em:<

http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/plano_de_acao_florianopolis_sustentavel_bid_caixa.pdf >. Acesso em: 1 de mar. 2017.

INSTITUO SILVA PAES. **Vita et otium**, Disponível em:<http://www.studiomethafora.com.br/fmanager/methafora/projetos/arquivo48_1.pdf>. Acesso em: 1 de mar. 2017.

IOSCHPE, Evelyn Berg (coord.). *3º Setor. Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.

GRAMSCI, Antonio et al. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociological theory**, v. 1, n. 1, p. 201-233, 1983.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, nº 62, São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica a "indústria pós-moderna"**. 1996. 165 f. Dissertação (mestrado) – Curso

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1996.

_____. Turismo, meio ambiente e trabalho em Florianópolis-SC. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 2, 2007.

ISHIDA, Américo. Por trás do Pano. IN: PERES, Arlis B. et al. **Reconstruindo Paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

JARAMILLO, S. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 19-39, 1986.

LIMA, Isabelle Moreira. **Ceará vira pólo exportador de grifes de luxo**. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1311200521.htm> >
Acesso em: 10 de mai. De 2017.

LINS, Hoyêdo Nunes. Cidades fractais: a Ilha da Magia e seus alquimistas. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 22, n. 1 (39), 2011.

LINS, Hoyêdo Nunes. Economia da cultura e ambiente urbano: termos do debate e ensaio de análise sobre Florianópolis. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 120, p. 231-256, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LABORATÓRIO DE ORIENTAÇÃO DA GÊNESE ORGANIZACIONAL. LOGO. **Rota da Inovação venha inovar com Floripa:** A cidade e a Marca. Revista nº 1. 2013.

LABORATÓRIO DE ORIENTAÇÃO DA GÊNESE ORGANIZACIONAL. LOGO. **Rota da Inovação venha inovar com Floripa:** A cidade e os Nós. Revista nº 2. 2013.

LABORATÓRIO DE ORIENTAÇÃO DA GÊNESE ORGANIZACIONAL. LOGO. **Rota da Inovação venha inovar com Floripa:** A cidade e o Diagnóstico. Revista nº 3. 2014.

LABORATÓRIO DE ORIENTAÇÃO DA GÊNESE ORGANIZACIONAL. LOGO. **Rota da Inovação venha inovar com Floripa:** A cidade e o DNA. Revista nº 4. 2014

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Carlos de. Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. In: HIDALGO, R.; PEREIRA, P. **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina.** Santiago de Chile: Instituto de Geografía UC, Serie GeoLibros, p. 23 - 40, 2008.

MATTOS, Carlos de. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: De la ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 47, p. 81-104, 2010.

MISHKIN, Frederic S. **Housing and the monetary transmission mechanism**. National Bureau of Economic Research, 2007.

MOREIRA, Adilson de Souza. **O Processo Participativo no Plano Diretor - Estudo de Caso: Campeche/ Florianópolis, SC- Brasil**. 245 f. Dissertação. Curso Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio Ambiental - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2010.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa. **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. UFSC, 2010.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, Secretaria da Cultura, 1991.

PERES, Arlis B. et al. **Reconstruindo Paisagens: Desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis**: Ed. UFSC. Florianópolis, 2013.

PÉREZ, Carlota. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México: Siglo XXI, 2004.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PIMENTA, Margareth C. A. O Plano Diretor e a construção do espaço social em Florianópolis. In: PERES, Arlis B. et al. **Reconstruindo**

Paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. São Paulo: Leya, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Diagnóstico das áreas de Interesse Social**. 2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Ante projeto de Lei Plano Diretor Desenvolvimento sustentável de Florianópolis**. Florianópolis. 2010. 180p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei complementar nº 482. Florianópolis**. 2014. Sem página.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 8.210, de 24 de março de 2010**. Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) e dá outras providências. Disponível em: < http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_03_2014_15.34.26.8a4c2225b31d1f88baf06eafc1443cb0.pdf >. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: Editora UFSC. 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca et al. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, p. 15-49, 2008.

RIBEIRO, R. J. C.; SANTOS JUNIOR, O. A. **Projeto Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. *O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC*. 2013. 331 f. Tese (Doutorado) – Curso Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

ROBINSON, William I. Beyond nation-state paradigms: Globalization, sociology, and the challenge of transnational studies. In: **Sociological Forum**. Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers, p. 561-594, 1998.

SABOYA, Renato. **PD Florianópolis: crônica de uma morte anunciada**. (2010) Disponível em: < <http://urbanidades.arq.br/2010/04/pd-florianopolis-chronica-de-uma-morte-anunciada/> >. Acesso em 16 de fev de 2017.

SAWAYA, Rubens R. Inflação, Crescimento e Desenvolvimento: como a macroeconomia neoclássica impede o desenvolvimento. **V Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, jun. 2012.

SCHELLING, Thomas C. Dynamic models of segregation. **Journal of mathematical sociology**, v. 1, n. 2, p. 143-186, 1971.

SCHMEIL, Lilian. **Alquila-se una Isla: Turistas argentinos em Florianópolis**. 1994. 214 f. Dissertação (mestrado) – Curso Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1994.

SKLAIR, Leslie. Competing conceptions of globalization. *Journal of World-Systems Research*, v. 5, n. 2, p. 143-163, 1999.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**: A via de contorno norte-Ilha. 1994. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis. 1994.

_____. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e a dinâmica socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970 – 2000). Florianópolis: Ed. UFSC. 2015.

SOARES, Iaponan. **Estreito**: vida e memória. Florianópolis: Fundação Franklin, 1990.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor**: Regulação no Brasil. Petrópolis: Gife. 2000.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Anais: **Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 8, mar. 2013.

VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires**. Paris: PUF. 1996.

VILLAÇA, Flávio. Crítica ao anteprojeto de lei do Plano Diretor de Florianópolis. In: PERES, Arlis B. et al. **Reconstruindo Paisagens**: Desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

ANEXO I – EMAILS TROCADOS COM A FLORIPAMANHÃ

Dúvidas: Subvenções sociais ao Floripamanhã

9 mensajes

João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com> 17 de enero de 2017, 14:28

Para: Marcia Teschner <marcia.teschner@floripamanha.org>

Olá Márcia,

Tudo bem? Como vão as coisas por ai no Floripamanhã?

Estou encaminhando para os finalmentes da minha dissertação, todavia analisando as Atas da Floripamanhã me surgiu algumas dúvidas que vou expô-las aqui e ver se você consegue me responder:

Na ata da assembléia extraordinária e ordinária do dia 02 de abril de 2009, no ítem 4 (Apresentação da prestação de contas exercício 2008), na parte que fala sobre as Receitas Ordinárias, há dentre as quais R\$ 200.000,00 em subvenções sociais e na ata do dia 08 de abril 2010 também há R\$ 360.000,00 em subvenções sociais.

O que eu gostaria de saber é qual é origem destes recursos (municipal, estadual ou federal)? E para que foram utilizados?

Desde já agradeço,

João Luis A. Bertoli

Economista

Cel.: (48)98043502

Email: abrantesbertoli@gmail.com

Marcia Teschner <marcia.teschner@floripamanha.org> 17 de enero de 2017, 19:24

Para: solange@exatacon.com.br

Cc: João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com>, Anita Pires anita@pireseassociados.com.br

Olá Solange

Boa tarde.

Estou em viagem de férias sem acesso às informações solicitas.
Vc poderia verificar isso por favor.

Lembro q era para o projeto Floripa 2030 sendo uma parte doação de entidades e outra do governo do estado. Só precisaria confirmar isso e os valores.

Bjs de Pomerode

Márcia

Solange Borguesan Exata

<solange@exatacon.com.br> 19 de enero de 2017, 11:05

Para: Marcia Teschner <marcia.teschner@floripamanha.org>

Cc: João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com>, Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br>

Bom dia Sr João Luiz,

Ref. 2009 os R\$ 200.000,00 foram recebidos do Futurismo (Governo Estadual de SC) e foi aplicado no Floripa 2030 – Cenários Possíveis.

E os R\$ 360.000,00 foram ref. ao ano de 2010 – também recebidos do Futurismo e também aplicado no Floripa 2030 – Cenários Possíveis.

Abraços

Solange

João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com> 19 de enero de 2017, 13:07

Para: Solange Borguesan Exata

<solange@exatacon.com.br>

Cc: Marcia Teschner <marcia.teschner@floripamanha.org>, Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br>

Obrigado Solange!

Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br> 19 de enero de 2017, 21:16

Para: João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com>, Márcia FloripAmanhã <marcia@floripamanha.org>, Solange Borguesan Exata <solange@exatacon.com.br>

Grata Solange

Alguma duvida mais Joao?
Estamos a disposição
ABS

João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com> 20 de enero de 2017, 13:19
Para: Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br>
Cc: Márcia FloripAmanhã <marcia@floripamanha.org>, Solange Borguesan Exata solange@exatacon.com.br

Por enquanto é só Anita. Se tiver mais alguma dúvida eu retorno.
Muito obrigado,

João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com> 2 de febrero de 2017, 13:25
Para: Márcia FloripAmanhã <marcia@floripamanha.org>
Cc: Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br>, Solange Borguesan Exata <solange@exatacon.com.br>

Oi Márcia,

Tudo bem?

Me surgiu uma outra dúvida a respeito do que havia comentado anteriormente, segundo o documento que tenho do projeto Floripa 2030 ele foi concluído em 2008. Gostaria de saber por que a associação recebeu subvenções sociais em 2009 também para o projeto?

Agradeço a atenção dada por vocês,

Marcia Teschner <marcia.teschner@floripamanha.org> 2 de febrero de 2017, 14:05
Para: João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com>
Cc: Márcia FloripAmanhã <marcia@floripamanha.org>, Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br>, Solange Borguesan Exata <solange@exatacon.com.br>

Olá João Luis

Boa Tarde,

Tivemos alteração, solicitada em novembro de 2008, do Plano de Trabalho do projeto, do Plano de Aplicação e também do Cronograma de Desembolso do Estado. Isso justificado pela necessidade levantada, durante a realização do projeto, de confeccionar vídeos técnicos e institucionais e a realização de encontros para divulgação e de ampliação da discussão de planejamento integrado da Grande Florianópolis. Assim, no final de 2008, foi apenas lançado a publicação(Livro), deixando para 2009 as ações relacionadas acima Assim, o repasse do recurso programado à FloripAmanhã foi alterado tbém (Alteração do Cronograma de Desembolso do Estado, citado acima)

Espero ter esclarecido.

Se permanecerem dúvidas, fico a disposição.

Abs

João Luis Abrantes Bertoli <abrantesbertoli@gmail.com> 2 de febrero de 2017, 14:24

Para: Marcia Teschner <marcia.teschner@floripamanha.org>

Cc: Márcia FloripAmanhã <marcia@floripamanha.org>, Anita Pires <anita@pireseassociados.com.br>, Solange Borguesan Exata solange@exatacon.com.br

Esclareceu Márcia, muito obrigado a disposição.